

REVISTA DE SEGUROS

• VILMA PINTO, DA IFI,
AVALIA A ECONOMIA
E POLÍTICA FISCAL
DO GOVERNO

• TURISMO DÁ SINAIS
DE RETOMADA COM
AVANÇO DA VACINAÇÃO
CONTRA COVID-19

• NESTA EDIÇÃO,
SUPLEMENTO ESPECIAL
DESTACA LIÇÕES E LEGADO
DA CONSEGUO 2021

USO INTENSIVO DE HIDROGÊNIO AJUDA A CONTER AQUECIMENTO GLOBAL





Conseguro 2021

**A CNseg agradece a todos que colaboraram para o
sucesso do maior evento do mercado de seguros**





06

ENTREVISTA

Recém-eleita diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), Vilma Pinto analisa a política fiscal e diz que desrespeitar o teto de gastos gera riscos para o Governo.



20

INFLAÇÃO E DÓLAR

País depara-se com risco inflacionário e impõe ao Banco Central o desafio de manter o aperto na política monetária para fazer a inflação voltar a convergir para o centro da meta.



28

AUTO / INOVAÇÃO

Susep define regras mais flexíveis para o seguro de auto, permite o lançamento de produtos mais acessíveis e gera expectativa de que o volume de prêmios dobre nos próximos anos.

12

ENERGIA

Brasil surge como potencial candidato a suprir grande parte do mercado global com hidrogênio, apontado como o energético da sustentabilidade.



31

CRIMES VIRTUAIS

Relatório do banco suíço Julius Baer estima que ataques cibernéticos devem causar prejuízos de US\$ 6 trilhões à economia global e afirma que os Estados Unidos serão o país mais afetado.



16

CRISE HÍDRICA

O risco de apagão reforça a importância do seguro para garantir às usinas a compra suplementar de energia no mercado livre, de modo a atender o consumo, sem levar as empresas ao endividamento.



24

MEIO AMBIENTE

Fragilizado diante do desmatamento da Amazônia, Brasil pretende fazer acordos de financiamento do clima e mercado de carbono na 26ª Conferência Climática da ONU (COP 26).



36

TURISMO

Após perdas provocadas pela pandemia de R\$ 341 bilhões, de acordo com a CNC, o setor de turismo inicia rápida retomada dos negócios, beneficiado pelo crescente número de pessoas vacinadas no País e exterior.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e
Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Ivan Luiz Contijo Junior e
Luciano Snel Corrêa

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Edson Luis Franco, Eduard Folch Rue, Felipe Costa da
Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, José
Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Murilo
Setti Riedel, Nilton Molina, Patricia Andrea Freitas Velloso
dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro
Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORIA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho,
Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz
Palheiro Mendes e Vera Soares

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

Bianca Rocha, Chico Santos, Eliane Lobato, Francisco
Luiz Noel, Jorge Clapp, Michel Alecrim, Patricia Faria
e Thais Rucco

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens
Google, Bianca Gens e divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação
e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus,
essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**Sete décadas
difundindo
a cultura
do seguro.**



Confederação Nacional
das Seguradoras

70 ANOS

1951 >> 2021



O PAPEL DOS SEGUROS EM AMBIENTE VOLÁTIL, INCERTO E COMPLEXO

Uma edição de conteúdo ainda mais denso chega aos leitores da Revista de Seguros. Além da reportagem de capa, que registra os primeiros passos do País em direção ao uso de hidrogênio verde, que é uma possível resposta ao desafio de gerar energia limpa e conter o aquecimento, há em anexo um encarte especial sobre a Conseguo 2021, evento da CNseg, o maior do mercado segurador brasileiro, realizado de 27 de setembro a 1º de outubro.

São 82 páginas que sintetizam uma conferência - a primeira totalmente virtual - que entra para a história do nosso mercado não só pelos números recordes de audiência (6 mil participantes) como também pelos mais de 130 painelistas e debatedores que se revezaram em debates e reflexões sobre cinco blocos de temas da atualidade e do futuro: economia, infraestrutura, questões ASC, consumidores e regulação governamental, em 40 horas de programação.

Em meio a incertezas de toda a ordem, há consenso de que o mercado de seguros terá um protagonismo ainda maior em cercar de proteção uma sociedade que se defrontará com riscos adicionais causados pelas mudanças climáticas e pelo avanço dos crimes cibernéticos, enquanto

se recupera dos danos da pandemia da Covid-19.

A entrevistada desta edição é o melhor exemplo de um novo País que progride para enfrentar desigualdades e resistir em transparência. Egressa das cotas raciais de faculdades públicas, a economista Vilma da Conceição Pinto, 31 anos, acaba de assumir a direção da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). Vilma graduou-se em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na entrevista, ela fala não só da experiência de superar barreiras por ser mulher e negra, mas também das escolhas difíceis do atual Governo, com impactos econômico e fiscal relevantes. O respeito às regras do teto dos gastos faz parte da solução menos dolorosa para recolocar em equilíbrio as contas públicas, afirma ela.

O Brasil terá de dar conta do desmatamento ilegal da Amazônia, conforme anunciado na 26ª Conferência Climática da ONU (COP 26), em Glasgow, na Escócia. Na maior floresta tropical do mundo, persiste um avanço do desmatamento desde 2019 - mais de 10 mil quilômetros quadrados de mata por ano. O Brasil promete respostas concretas no esforço de manter seu

protagonismo ambiental, reconhece que o desmatamento é seu maior desafio, prometendo combatê-lo, e vê na sua matriz energética um diferencial competitivo.

Outra matéria trata das feridas do setor de turismo, um dos mais afetados com as restrições à mobilidade em razão da pandemia. Pelas contas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor amargou perdas da ordem de R\$ 341 bilhões no período. A indústria brasileira começa uma lenta reação. Em termos agregados globais, as perdas podem custar US\$ 4 trilhões ao PIB mundial, com o corte de um bilhão de viagens internacionais entre 2020 e os primeiros meses de 2021, reporta a Organização das Nações Unidas (ONU). Na pauta, ainda, as consequências de uma persistente alta da inflação e os problemas endereçados pela crise hídrica.

Mas, as matérias desta edição não se limitam a apresentar os problemas, como também, e principalmente, a revelar ações em curso, apresentar múltiplas visões para o equacionamento dos desafios e ensejar propostas que interessem a todos os brasileiros.

Boa leitura!

“BRASIL ENFRENTA CENÁRIOS FISCAL E ECONÔMICO COMPLICADOS”

Vilma da Conceição Pinto, 31 anos, foi aprovada para a direção da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), cargo que acaba de assumir. Mas as atenções estão voltadas para os fatos de ser mulher e negra, inéditos na história da IFI e incomuns em postos de comando, de maneira geral. Ela não se importa. Reconhece que ressaltar gênero e raça ainda é uma maneira de demonstrar a falta de diversidade na elite do poder no Brasil. Nascida em Niterói, no Rio de Janeiro, Vilma é graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Nesta entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, uma das primeiras concedidas após o início de sua atuação como diretora da IFI, criada em 2016, ela fala sobre os riscos de não se respeitar o teto de gastos, analisa a política fiscal e alerta para a bomba de efeito retardado para 2022, caso o Governo mante-

nha dados irreais no Orçamento do ano que vem. Sobre a projeção da IFI de melhora do PIB este ano, ela diz: “Ainda achamos que é possível.”

A senhora assume a direção de uma instituição que fiscaliza as contas públicas num momento em que essas contas estão complicadas e a economia, instável. Qual é sua avaliação?

A situação fiscal e econômica é muito ruim, já vem assim desde 2015 e 2016, período em que o PIB caiu mais de 3% ao ano, e as contas carregavam déficit fiscal desde 2014. Hoje, o cenário está complicado porque, especialmente nos últimos meses, o Governo tem demonstrado dificuldade em se ater ao cumprimento das regras fiscais sem medidas adicionais para alterar essas regras. Um exemplo bem claro é a questão dos precatórios, uma despesa obrigatória que está no teto de gastos desde sua criação. Nesse contexto, somado ao momento econômico e à pandemia, temos um desafio muito grande.

“O Governo pode equilibrar as contas públicas aumentando receitas, reduzindo despesas ou fazendo um mix das duas coisas. Ou seja, tem algumas alternativas, a questão são as escolhas.”



Como reequilibrar as finanças públicas?

A primeira coisa é o respeito às regras fiscais, o cumprimento delas; depois, pensar em como realizar um ajuste fiscal efetivo e recuperar a capacidade de gerar resultado primário positivo e ampliar investimentos e outros gastos, como os sociais e em saúde, cuja demanda vai crescer na próxima década. O Governo pode equilibrar as contas públicas aumentando receitas, reduzindo despesas ou fazendo um mix das duas coisas. Economizar em função da melhoria da qualidade e eficiência dos gastos e dos estímulos econômicos que advenham disso. Ou seja, o Governo tem algumas alternativas, a questão são as escolhas. A questão é que caminho vai seguir para fazer esse ajuste...

Qual seria o melhor?

Depende de decisões do Governo. São escolhas difíceis e com impactos econômico e fiscal relevantes. Se a alternativa for um ajuste

pelo lado da receita, há um entendimento de que a carga tributária é muito elevada. É possível verificar nitidamente isso quando se analisa parâmetros internacionais. Nosso nível de carga tributária é comparável à média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de economia avançada. Assim, o canal via receitas tem que ser muito bem pensado e calibrado. Vamos olhar um pouco para os gastos. Temos algumas mudanças legislativas que foram feitas antes – não chegam a ser reformas, foram ajustes – da existência do teto de gastos, como as mudanças no abono salarial, no seguro-desemprego (de regras de acesso e de duração), no auxílio-doença e, em 2019, teve a Reforma da Previdência, que já foi pós-teto de gastos. E aí encontra-se certa dificuldade para melhorar as contas públicas e gerar resultado fiscal primário positivo. Até é possível vislumbrar uma melhora, mas é muito gradual e, se não houver medidas adicionais de

“O Governo encaminhou, em 31 de agosto, projeto de lei no qual está incluído o Auxílio Brasil, mas, olhando bem, o valor é equivalente ao do atual Bolsa Família. Então, não houve mudança.”

“O cenário é desafiador, porque o crescimento econômico deve ser mais modesto que o esperado, e a alta da inflação está demandando aumento de juros por parte da autoridade monetária.”

ajustes, vai demorar alguns anos para o País conseguir gerar saldo fiscal primário positivo.

Ou seja, é possível, mas não dá para saber se será feito?

Isso. O Governo agora está com a intenção de criar o programa Auxílio Brasil, que vai demandar mais gastos e, para isso, tem que ter uma fonte de financiamento. O Governo encaminhou, em 31 de agosto, projeto de lei no qual está incluído o Auxílio Brasil, mas, olhando bem, o valor é equivalente ao do atual Bolsa Família. Então, não houve mudança. Não se pode simplesmente criar novos gastos sem dizer como vai arrumar os recursos para custeá-los.

A IFI projetou, no Relatório do fim de julho, a possibilidade de recuperação fiscal. Mas, naquela época, ainda não sabíamos que a pandemia voltaria ao ponto inicial, que andaria para trás...

Sim, mas o impacto econômico e o fiscal de agora são um pouco diferentes, porque no início da pandemia tínhamos muitas incertezas, não se conhecia o que estávamos enfrentando e não sabíamos bem o que fazer. Foram impactos muito fortes na atividade econômica no final do primeiro trimestre de 2020 até o segundo trimestre. Mas, depois, embora tenham ocorrido alguns episódios de fechamento, o impacto na atividade econômica não foi tão forte como o que ocorreu no ano passado.

Por quê?

Porque as empresas começaram a se adaptar. O e-commerce cresceu, o home office idem. O setor que teve mais dificuldade de se adaptar às regras de isolamento social foi o de serviços prestados às famílias. Mas o comércio foi um dos que se adaptaram mais rápido. Então, se tiver piora na pandemia, pode alterar, mas acho que não tanto quanto foi no primeiro semestre do ano passado.

O PIB do Brasil caiu no segundo trimestre 0,1%, segundo o IBGE. O Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI, de agosto, fazia uma previsão de crescimento econômico acima dos 4,2%, podendo chegar a 5,4%. É um cenário otimista, não é? Será revisado?

Na ocasião, foi previsto que o PIB brasileiro iria crescer 4,2% em 2021, com viés de alta – podendo chegar a 5%. E 2,3% em 2022. Com a divulgação do PIB do segundo trimestre, a princípio, o cenário de 2021 se mantém em 4,2% com viés de alta, mas em 2022 o número será pior. Embora ainda não tenhamos revisado o cenário, é possível que em 2022 o crescimento fique um pouco abaixo de 2%. O PIB de 0,1% é muito ruim, mas ainda entendemos que é possível chegar a algo próximo de 5% até o final do ano. Sobre revisões de cenário, temos o padrão de fazê-las duas vezes ao ano – uma em maio e outra em novembro, mas em 2021 as revisões foram mais frequentes. Precisamos, agora, fazer uma atualização de acordo com os indicadores que estão sendo observados.

Para 2022, no entanto, o mesmo relatório mostra preocupação com o PIB devido a fatores como inflação alta, aumento de juros, incertezas quanto a demandas externas e risco fiscal. Por quê?

É importante frisar que o Orçamento encaminhado pelo Governo no fim de agosto está com previsões um pouco otimistas, do ponto de vista do crescimento econômico e da inflação, e isso acaba afetando o que está orçado. A inflação prevista para final de 2021, que é utilizada para correção de boa parte das despesas obrigatórias do Governo, está mais baixa que as expectativas de mercado, embora a inflação do meio de ano, que é utilizada para correção do teto dos gastos, tenha sido elevada. Se o Governo projeta inflação baixa para o fim do ano, aumenta a margem do teto de gastos e o espaço para acomodar despesas. Só que isso acaba não sendo real, porque as expectativas, hoje, já mostram um cenário mais adverso para a inflação. Então, a margem não seria aquela que foi colocada no Orçamento. Isso vai demandar, para o ano seguinte, eventual contingenciamento entre outras questões. O cenário é desafiador, porque o crescimento econômico deve ser mais modesto que o esperado, e a alta da inflação está demandando aumento de juros por parte da autoridade monetária, o que afeta também a dívida pública, como temos alertado na IFI.



Que medidas a senhora considera importantes tomar sobre o risco fiscal neste contexto de inflação alta, pagamento dos precatórios postergados, teto de gastos alterado etc.?

É importante frisar que não fazemos recomendação de política pública. Fazemos projeções e alertas em relação ao que está sendo proposto. De acordo com essa questão do orçamento para 2022, que foi encaminhado no final de agosto, acredito que o principal risco esteja nas premissas econômicas, que servem de parâmetro para estimar receitas e fixar despesas públicas, e que eventualmente precisaram ser revistas. O Orçamento foi feito com base em uma previsão otimista de projeções macroeconômicas em comparação ao que é visto hoje pelo consenso do mercado. E isso vai impactar o cumprimento das regras fiscais, sobretudo, o teto de gastos para o ano que vem.

A inflação mais alta é benéfica para as contas públicas?

Vou dar exemplo pela dívida que, agora, está menor. Observamos o crescimento do PIB nominal muito forte, e ele não está acompanhando o PIB real. Ou seja, o que está crescendo muito é o chamado deflator do PIB, que é a inflação do PIB. Como avaliamos a sustentabilidade a partir de um indicador, que é o estoque da dívida pública dividido pelo PIB nominal, e o denominador está crescendo muito, isso faz com que a dívida caia. Mas está caindo por quê? Porque está tendo inflação, e não necessariamente porque o Governo está fazendo uma política fiscal contracionista capaz de equilibrar as contas públicas. Então, é um efeito de alta da inflação que está provocando essa redução no indicador. O Governo está com projeção de inflação para o final do ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 6,2%. O teto de gastos é corrigido pela inflação medida pelo (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até junho. O IPCA acu-

A inflação que corrige o teto de gastos foi muito maior do que o Governo estava esperando – e a inflação vai corrigir boa parte das despesas obrigatórias, aquelas que são indexadas ao índice.”

“O percentual de pessoas ocupadas em cargos de chefia, como diretores e gerentes, tem uma diferença gritante entre pretas e pardas e pessoas brancas: 27% para o primeiro e 73% para o segundo.”

mulado em 12 meses, até junho, foi de 8,35%. Então, o que acontece? A inflação que corrige o teto de gastos foi muito maior do que o Governo estava esperando – e a inflação vai corrigir boa parte das despesas obrigatórias, aquelas que são indexadas ao índice. Isso seria benéfico porque abriria uma margem no teto de gastos, conseguiria aumentar as despesas discricionárias. Mas, agora, as previsões de inflação estão aumentando muito e é bastante provável que chegue ao final do ano igual à que corrigiu o teto de gastos. Então, essa margem fiscal vai se reduzindo muito. Os parâmetros utilizados na peça orçamentária podem gerar um problema para o ano que vem, quando houver a revisão desse cenário, e a margem for muito menor do que está sendo prevista.

Seria uma maneira de conciliar a aplicação de regras fiscais com o teto de gastos?

O teto de gastos é uma regra fiscal. Além do teto, temos a meta de resultados primário e nominal, a regra de ouro, e tem algumas limitações obrigatórias que acabam virando meio que outra regra. Somos pródigos em criar regras, temos boa variedade delas, mas é preciso harmonizar essas regras fiscais. Estamos vendo problemas na execução, por exemplo, a dificuldade no cumprimento da regra de ouro. Também observamos problemas na questão do teto de gastos, dada a dificuldade de acionamento dos gatilhos e das propostas legislativas que visam tirar gastos da limitação constitucional. Ter boas regras fiscais é importante para manter equilibrada a trajetória das contas públicas. Uma característica fundamental de uma boa regra fiscal é a existência de certa flexibilidade para períodos adversos, como o da pandemia.

Há gatilhos para flexibilizar o teto de gastos?

A regra prevê o acionamento de gatilhos, mas esses são alguns mecanismos para tentar ajudar o Governo a reduzir as despesas e manter o cumprimento da regra constitucional. Originalmente, a regra previa acionamento dos gatilhos quando o teto dos gastos fosse ultrapassado. Recentemente, a Emenda à Constituição nº 109/2021 mudou o mecanismo de aciona-



mento dos gatilhos. Agora, eles são acionados com base no orçamento aprovado, sempre que a proporção de despesas obrigatórias em relação à despesa primária total for superior a 95%. Os principais gatilhos são: nenhuma despesa obrigatória pode crescer acima da inflação; os benefícios que são corrigidos pelo salário-mínimo não podem crescer acima da inflação – isso implica que o salário-mínimo seja corrigido somente pela inflação, para que não haja adoção de medidas que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação. Não é possível criar novas despesas obrigatórias, nem conceder reajuste salarial para o servidor público ou promover novas contratações, salvo algumas exceções. Não se pode criar e nem ampliar gastos tributários, que é quando o Governo abre mão de arrecadar algum recurso para beneficiar um setor específico. A mesma

vedação se aplica aos subsídios, que podem ser explícitos (impactam diretamente a despesa do Governo) ou implícitos (impactam o endividamento público). O grande problema está em acionar os gatilhos e garantir mais fôlego para o cumprimento da regra fiscal.

Qual é a taxa ideal de crescimento do PIB para equilibrar as contas públicas?

Vamos pensar no sentido inverso. Dada determinada taxa de crescimento econômico e de juro real, qual será o resultado primário necessário para manter a dívida/PIB estável? Podemos elaborar uma conta para diferentes cenários de crescimento econômico e juro real. Assim, pensando no atual nível de endividamento público, em torno de 84% do PIB, e tomando como base os parâmetros de consenso para 2022, referente ao crescimento do PIB (em torno de 2%) e para os juros reais (entre 3,5% e 4%), o resultado que o Governo precisaria fazer para evitar aumento do endividamento é de algo como 1,7% do PIB. Hoje estamos em uma situação de déficit fiscal, assim, o esforço fiscal necessário deverá ser ainda maior. Em um cenário de maior crescimento econômico, esse esforço fiscal requerido é reduzido.

A senhora sempre demonstra preocupação com a questão social do País. Considera possível o equilíbrio fiscal junto com políticas sociais?

Sim, é possível e legítimo. Conseguimos visualizar isso no período da pandemia. Havia o público que estava no Bolsa Família, o que constava do Cadastro Único e as pessoas que não estavam em nenhum deles – os chamados invisíveis – e precisavam de um auxílio emergencial. A quantidade de pessoas que precisaram do benefício foi muito maior do que se esperava ou se tinha conhecimento, inicialmente. Então, é importante reforçar que esses programas sociais são importantes. Mas têm que ser feitos com responsabilidade fiscal. Antes de criar esses programas, é necessário pensar no melhor desenho da política pública (em termo de eficiência, custo-benefício, alcance etc.). Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não é possível aumentar um gasto obrigatório continuado sem a respectiva fonte de finan-

ciamento. O Bolsa Família é um programa que dá certo e é bem avaliado, uma alternativa seria criar mecanismos para expandi-lo.

Qual foi o caminho que o atual Governo encontrou?

O Governo propôs a criação do Auxílio Brasil em substituição à atual Bolsa Família, mas não definiu o custo fiscal do novo programa. Na exposição de motivos do projeto de reforma tributária dos impostos sobre a Renda (PL 2337/2021), foi posto que as alterações tributárias que implicassem aumento de receita poderiam ser consideradas como medidas compensatórias para o novo programa social do Governo. Já no encaminhamento do projeto de lei orçamentária de 2022, a dotação prevista para o Auxílio Brasil é equivalente ao atual valor do Bolsa Família. Assim, essa questão ainda está em aberto.

O fato de ser mulher e de ser negra tem sido realçado após a aprovação para o cargo que assumiu.

Como é lidar com isso?

Com o tempo, esse realce tem que acabar. Mas, hoje, ele ressalta a falta de diversidade que temos no mercado de trabalho. Por exemplo, o percentual de pessoas ocupadas em cargos de chefia, como diretores e gerentes, tem uma diferença gritante entre pretas e pardas e pessoas brancas: 27% para o primeiro e 73% para o segundo.

O que faz seu êxito profissional maior ainda...

Quando entrei na faculdade, não imaginava que teria a trajetória que tive. Tudo o que conquistei no campo profissional é extremamente gratificante. Entrei na faculdade no programa de cotas – que ajuda muito, mas não resolve por completo a questão da desigualdade. Muitos jovens entram em cursos superiores, mas enfrentam dificuldades no decorrer do curso. É fundamental melhorar a qualidade do ensino público para que se chegue ao ponto de não precisar mais das cotas. É preciso melhorar a educação básica para que o jovem de baixa renda tenha acesso à formação de qualidade e possa enfrentar as provas seletivas em condições iguais.

“Os parâmetros utilizados na peça orçamentária podem gerar um problema para o ano que vem, quando houver a revisão desse cenário e a margem for menor do que está sendo prevista.”

A ENERGIA NA ROTA DO HIDROGÊNIO VERDE

A chave para o desejável direcionamento da indústria do hidrogênio para o rumo do energético verde será a precificação do carbono.

Por força da abundância dos seus recursos naturais, o Brasil vem se posicionando na vanguarda da geração elétrica limpa desde que a eletricidade começou a se massificar no mundo, nas duas últimas décadas do século 19. No século 20, com a geração hidrelétrica e, mais recentemente, com a explosão das fontes eólica e solar.

Agora, quando o aquecimento global impõe não somente uma matriz elétrica, mas uma matriz energética limpa, o País surge como potencial candidato a suprir grande parte do mercado global com aquele que vem sendo visto como o energético da sustentabilidade, transitando entre fonte elétrica, combustível e matéria-prima: o hidrogênio.

A vocação brasileira para a geração elétrica renovável e limpa manifestou-se simultaneamente à difusão da eletricidade, na década de 1880. Ao longo do século 20, especialmente a partir da década de 1950, o País consolidou essa vocação, colocando em operação, sucessivamente, hidrelétricas cada vez maiores – a maior de todas Itaipu, em parceria com o Paraguai, com 14 mil MW de potência instalada.

O Brasil chegou a ter mais de 95% da sua demanda por eletricidade suprida por hidrelétricas. Mesmo agora, com o progressivo esgotamento do potencial de novos aproveitamentos de grande porte, especialmente pelos impactos socioambientais decorrentes, a fonte hídrica responde por 62,5% da capacidade instalada do País, com 109,18 mil MW, segundo os dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2021, da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

● ● ● EXPLOÇÃO DOS RENOVÁVEIS

A partir do final do século 20, com a constatação das mudanças climáticas e dos seus efeitos sobre o aquecimento global, provocado pelas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, especialmente o gás carbônico (CO²), iniciou-se uma reviravolta no setor energético.

O mundo, que vinha produzindo a maior parte da sua eletricidade a partir de hidrocarbonetos e, em alguns países, de fonte nuclear, precisava de uma matriz elétrica mais limpa e renovável. Sem a alternativa hídrica tão abundante, a saída foi investir em tecnologias de geração até então

O Brasil chegou a ter mais de 95% da demanda por eletricidade suprida por hidrelétricas. Mesmo com o progressivo esgotamento do potencial, a fonte hídrica ainda responde por 65%.

quase experimentais e pouco competitivas, especialmente a energia do sol e a dos ventos.

Uma tendência que ganhou contornos de urgência absoluta com a crescente insegurança das sociedades em relação à energia nuclear, temor acentuado a cada novo acidente com usinas



atômicas, cujos marcos foram Three Mile Island (1979 – EUA), Chernobyl (ex-URSS – 1986) e Fukushima (Japão – 2011).

Em poucos anos, as fontes eólica e solar ganharam competitividade e tornaram-se focos centrais dos investimentos, especialmente na Europa. No Brasil, o despertar para essas alternativas ocorreu na metade da primeira década deste século e novamente o País constatou que, como acontecera com as hidrelétricas, tinha potencial para avançar rapidamente nessas fontes renováveis.

Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a capacidade instalada de geração solar no Brasil saltou de apenas 22 MW em 2005 para 20.177 MW este ano e já com projetos em construção ou contratados para alcançar 30.203 MW em 2024. Segundo os dados da EPE, a capacidade instalada do parque eólico fechou 2020 com 9,8% da matriz elétrica brasileira.

Também segundo a EPE, no seu Plano Decenal de Expansão Energética 2030 (PDE 2030), de 2026 a 2030, a fonte eólica terá expansão de 11.875 MW, a uma média anual de 2.375 MW.

Mas a presidente da ABEEólica, Elbia Gannoun, considera a estimativa conservadora e prevê que essa expansão ficará em torno de 3 mil MW anuais, o que elevaria a capacidade do parque gerador eólico a quase 50 mil MW naquele ano.



PLACAS FOTOVOLTAICAS

A trajetória da energia solar produzida a partir de placas fotovoltaicas é mais recente, mas tende a seguir o mesmo rumo da eólica. Os dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostram que, partindo do zero em 2011, a fonte alcançou 9.451 MW de capacidade instalada em junho deste ano, divididos em 6.024 MW de geração distribuída e 3.427 MW de geração centralizada.

A geração distribuída é aquela do autoprodutor, residencial ou não, a maior parte deles conectada à rede de distribuição regional da qual recebe créditos por eventuais excedentes gerados e que são injetados naquela rede. Já a geração centralizada é aquela constituída pelos parques eólicos de grande porte, conectados ao Sistema Elétrico Nacional (SIN) e despacha-

dos segundo a lógica do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Como a geração solar vem, desde 2019, sendo a mais barata nos leilões de energia nova promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a expectativa dos especialistas é que haja uma explosão cada vez maior dessas instalações.

O desenvolvimento das energias eólica e solar vem contribuindo para que a matriz elétrica brasileira permaneça uma das mais limpas do mundo, mesmo com a recente expansão das termelétricas convencionais movidas a vários tipos de combustíveis, especialmente a gás natural, que alcançaram, no final do ano passado, 23,4% da matriz elétrica do País.

A expansão das termelétricas tem sido determinada principalmente por razões de segurança energética, seja em decorrência da variabilidade da geração solar e eólica, seja devido à persistente redução da afluência de água para os reservatórios das hidrelétricas na última década.

Outro fator importante é que as principais hidrelétricas recentemente construídas, como as



de Belo Monte, a maior e 100% brasileira, com 11.233,1 MW, de Jirau (3.750 MW), e de Santo Antônio (3.568,3 MW). São usinas sem reservatório, denominadas a fio d'água, que só geram perto da capacidade plena quando o rio está cheio.

Na atual crise hídrica pela qual o País está atravessando, com necessidade de economizar ao máximo água dos reservatórios das hidrelétricas para enfrentar o período de seca sazonal que vai até novembro, as eólicas, em plena “safra” de ventos no Nordeste, e as termelétricas têm sido fundamentais para o atendimento à demanda.

Na quinta-feira, 19 de agosto, por exemplo, para uma demanda total de 70.302 megawatts médios (MWmed), as hidrelétricas geraram 49,19%; as termelétricas convencionais (excluindo nucleares), 28,81%; as eólicas, 17,89%; as nucleares, 2,93%, e as solares, 1,19% (somente as centralizadas). Os dados são do ONS.

● ● ● HIDROGÊNIO VERDE

O mesmo aquecimento global que estimulou o surgimento de novas fontes de energia elétri-

Na atual crise hídrica do País, que exige economizar água dos reservatórios das hidrelétricas, as fontes eólicas e termelétricas têm sido fundamentais para atender à demanda.

ca está empurrando o avanço de outras tecnologias associadas à descarbonização atmosférica, e a maior delas é a sintetização em massa de um dos elementos básicos da natureza, o hidrogênio, a partir de fontes limpas.

O mesmo aquecimento global que estimulou o surgimento de novas fontes de energia elétrica está empurrando o avanço de outras tecnologias associadas à descarbonização atmosférica.

Com elevado poder calórico e múltiplas aplicações, ele é a principal aposta da Ciência hoje para substituir os hidrocarbonetos na maioria das suas aplicações, incluindo combustível para transporte e insumo para a produção de maté-

rias-primas básicas como aço, no lugar do carvão, e produtos químicos, como já ocorre na cadeia dos fertilizantes nitrogenados.

Sua conexão com o setor elétrico ocorre por vários caminhos, começando pelo fato de que sua produção é eletrointensiva. Produzido a partir de fontes limpas como a hídrica, a eólica e a solar, ele é o chamado hidrogênio verde, maior aposta na luta contra as mudanças climáticas.

Extraído da água por meio do processo chamado eletrólise, ele pode ser armazenado em grandes vasos e usado depois para a produção dessa mesma energia elétrica, preenchendo os espaços vazios deixados pela variabilidade dos ventos e pelo ciclo solar, ou mesmo para poupar água das hidrelétricas.

A estatal Furnas Centrais Elétricas inaugurou no primeiro semestre deste ano, em parceria com outras empresas e centros tecnológicos, uma usina-piloto de eletrólise para a produção de hidrogênio destinado à geração elétrica. A companhia usa água do reservatório da hidrelétrica de Itumbiara, entre Minas Gerais e São Paulo, e o processo é movido por uma pequena usina solar fotovoltaica.

“O século 21 será do hidrogênio, assim como o 18 foi da lenha, o 19, do carvão mineral, e o 20, do petróleo”, afirma o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) do Departamento de Economia da UFRJ

Hoje o mundo produz hidrogênio, principalmente, a partir do carvão (hidrogênio cinza) e do gás natural (azul). Castro afirma que a tendência a médio e longo prazos é a substituição de tudo que gera gás carbônico (CO²) por hidrogênio verde, ainda que a substituição do gás natural, considerado o mais limpo dos hidrocarbonetos e por isso um combustível de transição, deva ser paulatina.



CÉLULA A COMBUSTÍVEL

Os desafios são muitos para a produção em larga escala de forma competitiva, mas Castro lembra que, como o aquecimento global não espera, as mudanças não podem ser demoradas. Uma das mais à vista é o uso do hidrogênio na forma de célula a combustível para substituir os



“O século 21 será do hidrogênio, assim como o 18 foi da lenha, o 19, do carvão mineral, e o 20, do petróleo.”

Nivalde de Castro, UFRJ

derivados de petróleo no transporte pesado a longas distâncias (caminhões e navios).

Com fartura de sol, ventos e água, o Brasil tem tudo para sair na frente como fornecedor global desse novo insumo/combustível. Castro resalta que a Europa, mais avançada nas pesquisas, mas menos na disponibilidade de fontes de geração, será uma grande importadora e já está preparando um “hub” de hidrogênio no Porto de Roterdã (Holanda).

O Estado brasileiro está ciente da oportunidade e tem trabalhado para viabilizar o arcabouço regulatório que construa as bases para a pesquisa e o desenvolvimento da indústria do hidrogênio. “A ideia é criar uma base de conhecimento sobre o hidrogênio e como direcioná-la para o hidrogênio verde”, destaca Agnes Costa, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios do Ministério de Minas e Energia (MME).

Costa explicou que o MME está lançando uma chamada pública para um programa de



“A ideia é criar uma base de conhecimento sobre o hidrogênio e como direcioná-la para o hidrogênio verde.”

Agnes Costa, MME

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na área de hidrogênio, atraindo investimentos privados. No dia 4 de agosto, o MME lançou também, por recomendação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), uma proposta de diretrizes básicas para um Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2).

A proposta tem seis diretrizes: Fortalecimento das Bases Tecnológicas; Capacitação de Recursos Humanos; Planejamento Energético; Arcabouço Legal-Regulatório; Crescimento do Mercado e Competitividade e Cooperação Internacional.

Costa avalia que a chave para o desejável direcionamento da indústria do hidrogênio para o rumo do energético verde será a precificação do carbono. Ele lembra que os compromissos de descarbonização do Acordo de Paris tornam obrigatório que essa indústria seja uma alternativa plena em 2050, mas entende que, em 2030, ela já será uma realidade. Ciente disso, a EPE trará um capítulo sobre hidrogênio no seu PDE 2031, que ficará pronto no final deste ano.

RISCO DE APAGÃO REFORÇA A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO SEGURO

Preço da energia está extremamente alto, e as cotações no mercado livre, que cresceram 40% somente este ano, devem tocar o teto regulatório nos próximos meses.

O setor de energia no Brasil passa por duas crises: a hídrica, com a falta de chuvas para aumentar o nível dos reservatórios, e a sanitária, causada pela Covid-19, que reduziu a produção de empresas e fábricas e reduziu o consumo de energia. O País enfrenta hoje uma seca histórica na região das hidrelétricas – o registro de chuvas entre os meses de setembro de 2020 e maio de 2021 foi o pior em 91 anos. Cinco estados (MG, GO, MS, SP e PR) emitiram alerta de emergência hídrica em junho, com duração prevista até final de setembro.

Essas crises acenam para a possibilidade de novo apagão, como o que aconteceu ao longo de 20 dias, em novembro do ano passado, no Amapá, que atingiu 13 dos 16 municípios daquele estado e foi considerado um dos maiores *blackouts* do Brasil, desde o apagão de 1999, que atingiu parte do País.

O “apagão” é tecnicamente a falta de energia devido a falhas no fornecimento aos pontos

de consumo, cuja causa fundamental pode ter origem em diversos elementos, como geração, transmissão ou distribuição de energia. De modo simples, pode também ser resultado de decisões operacionais para preservar as cargas vitais, selecionando aquelas que não são assim consideradas para desligamento programado até que os níveis de segurança operacional da rede elétrica sejam restabelecidos.

“Do ponto de vista da segurança, a falta de energia pode resultar em danos adicionais aos processos industriais de operação contínua ou, se houver um desligamento seguido de um religamento muito rápido, pode eventualmente causar danos eletromecânicos, como a quebra de eixo de motores elétricos de grande porte”, explica Thisiani Martins, presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Grandes Riscos da FenSeg.

Segundo ela, igualmente importante são os impactos causados aos agentes de geração, transmissão ou distribuição de energia. “Caso algo

súbito e imprevisto aconteça, eventuais danos materiais também podem ocorrer em decorrência de falha operacional ou em equipamentos elétricos, se os sistemas de proteção não operarem como projetado”, diz.

SITUAÇÃO DE ESCASSEZ

Para entregar energia, a usina recorre à compra no mercado livre – onde, em situação de escassez, o produto torna-se extremamente caro. As cotações no mercado livre já acumulam um salto de 40% somente este ano e devem tocar o teto regulatório nos próximos meses. O preço médio da energia atinge hoje R\$ 350 por MWh. No início do ano, para efeito de comparação, estava em R\$ 250 e, em 2020, entre R\$ 180 e R\$ 200, segundo informa Paulo Mantovani, diretor de Energia e Mineração da Marsh Brasil.

Com uma cobertura formada por apólices dimensionadas adequadamente em relação



ao preço da energia, a usina consegue ir ao mercado comprar a quantidade que precisa entregar, sem se endividar. “Quando as apólices não são dimensionadas corretamente, a usina é obrigada a tirar do próprio bolso o dinheiro necessário para completar a compra”, comenta o diretor da Marsh.

No mundo todo, a maioria dos produtos de seguros para construção (“construction all risks”) ou operação (“property”) tem um filtro importante para indenizar perda de lucro e/ou despesas fixas (lucros cessantes): precisa ter ocorrido um acidente coberto pelo seguro e cujo dano direto correspondente (danos materiais) tenha sido indenizado. Somente a partir dessa condição é que se indenizam os lucros cessantes.

De acordo com Edmur de Almeida, coordenador da Comissão Crédito, Garantia e Fiança do Sincor-SP, no Brasil, esse filtro era uma barreira regulatória determinada pela Supesep, mas foi extinto recentemente como parte do atual processo de flexibilização das normas

de seguros. “Hoje, qualquer seguradora pode ofertar um produto que indenize lucros cessantes, independentemente de haver um dano material indenizado”, explica.



CONSCIENTIZAÇÃO

Cada sinistro traz lições e aprendizados para o mercado. No entanto, o problema no Amapá está relacionado a danos ocorridos pontualmente nessa região, cuja causa fundamental não é de pleno conhecimento. Nesse caso, como não houve indenização em decorrência dessa causa, não há dados de sinistralidade.

“Ainda não é possível dizer que esse evento causou uma alteração na contratação dos seguros, mas é possível que exista uma preocupação com a cobertura de lucros cessantes para as concessionárias de energia elétrica ou para os consumidores que perderam produtos, cessaram atividades e tiveram queda no faturamento. Mas foi um bom sinal de alerta

para revisar as apólices de responsabilidade civil dos agentes de energia elétrica”, afirma Thisiani Martins.

Apagão e pandemia são eventos que têm estimulado o empresariado a procurar esse tipo de proteção, seja por meio da gestão de risco pura ou combinada com transferência de risco por meio de seguro, na visão de Edmur de Almeida.

“Muitos donos de hotéis e restaurantes, por exemplo, procuraram seus corretores para saber se o seguro indenizaria lucros cessantes em decorrência daqueles eventos. Infelizmente, a resposta foi negativa. Mas, como ‘a necessidade é a mãe da criação’, quanto maior a demanda para esse tipo de proteção, maior a probabilidade de alguma seguradora oferecer um produto para esse fim”, comenta.

“Temos que observar esses casos de sinistros e ver como podemos melhorar. O caso do Amapá é público, teve um transformador que se incendiou e demonstra como planejamento é fundamental, porque todos os geradores,

transmissores ou distribuidores são passíveis de sofrer sinistro. Além de cuidar dos equipamentos e ter uma manutenção adequada – o que não impede de ocorrer um sinistro –, é fundamental ter planos para uma resposta eficiente e rápida”, diz Paulo Mantovani.

NOVO APAGÃO

No Brasil, o Operador Nacional do Sistema (ONS) faz estudos em tempo real e futuros que permitem uma operação segura das principais fontes geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica. Mas a executiva da FenSeg ressalta que as seguradoras não têm um indicador para confirmar se há um risco de apagões acentuado neste momento.



“Como ‘a necessidade é a mãe da criação’, quanto maior a demanda para esse tipo de proteção (apagão), maior a probabilidade de uma seguradora oferecer produto para esse fim.”

Edmur de Almeida, Sincor-SP



“Temos que observar esses casos de sinistros e ver como podemos melhorar. O caso do Amapá é público. Um transformador se incendiou, o que demonstra como planejamento é fundamental.”

Paulo Mantovani, Marsh Brasil

“Acompanhamos a evolução da situação por meio dos relatórios oficiais e da imprensa e estamos preocupados com a falta de água nos reservatórios, devido ao grande período de seca que o País enfrenta”, diz Thisiani Martins.

Para Paulo Mantovani, apesar da crise hídrica, ainda não é o momento de se falar em apagão. “O setor é bem estruturado, apesar das dificuldades que vem enfrentando. O mercado livre está se desenvolvendo cada vez mais, temos grande potencial de energia solar, eólica e de gás para as termoeletricas. Essas outras fontes não vão acabar com a hídrica, porque o Brasil é abençoado pela quantidade de rios, e teremos mais alternativas”, avalia.

Existem formas de se precaver contra os apagões. “Um gerador de energia aliado a uma apólice de seguro adequada pode amenizar muito os efeitos dos riscos de apagões”, afirma o corretor Jair Fernandes, presidente do Sincor-AM/RR.

Além de aconselhar a compra ou o aluguel de um gerador, Edmur de Almeida disse esperar que, em breve, haja oferta de produtos de seguros para esse tipo de risco e que eles sejam acessíveis para as micro e pequenas empresas, especialmente.

“Se o potencial de prejuízo com o apagão é grande, é melhor considerar fortemente a pos-

sibilidade de gerar a própria energia. Hoje, essa aquisição está muito mais acessível tanto para pessoas físicas (residências e condomínios) quanto jurídicas (comércio, serviços, indústrias e agronegócio)”, diz ele.

O ONS, em atendimento à solicitação do Ministério de Minas e Energia, revisou a Nota Técnica relativa à Avaliação das Condições de Atendimento Eletroenergético do Sistema Interligado Nacional (SIN), com projeções até novembro de 2021, ou seja, o fim do período seco e início do período úmido, considerando um aumento na carga de energia e a menor disponibilidade de usinas térmicas no período.

Embora o estudo indique que, até o fim de 2021, a situação permanecerá sensível, o ONS está atuando para aumentar a oferta das fontes

de energia e garantir que não haja a suspensão do suprimento elétrico.

O comunicado diz: “O Operador reitera que foi essencial o planejamento realizado, baseado em dados técnicos e premissas alinhadas com o momento de pior escassez hídrica, para possibilitar medidas excepcionais como estas que estão sendo tomadas desde o ano passado para estocar

água em todos os reservatórios e, com isso, gerenciar de forma estratégica esse recurso. A situação permanecerá sensível, porém as ações para o aumento da oferta das fontes de energia estão sendo tomadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) tempestivamente e com transparência, visando garantir o fornecimento de energia para a população.”



“Acompanhamos a evolução da situação por meio dos relatórios oficiais e da imprensa e estamos preocupados com a falta de água devido ao período de seca que o País enfrenta.”

Thisiani Martins, FenSeg

DICAS PARA QUEM NÃO QUER CORRER RISCO

A presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Grandes Riscos da FenSeg, Thisiani Martins, elenca algumas dicas para o consumidor não correr o risco de ficar sem energia.



CRIAR PLANOS DE CONTINGÊNCIA para uma eventual falta de energia elétrica e procurar fontes alternativas de energia para as cargas que não podem ser desligadas abruptamente, por questões de segurança de toda natureza;



IDENTIFICAR OS POSSÍVEIS FORNECEDORES de geração em casos de emergência e definir acordos com esses parceiros;



TREINAR OS FUNCIONÁRIOS com procedimento estabelecido para situações de crise, inclusive a falta de energia elétrica;



REVISAR AS PROTEÇÕES ELÉTRICAS de tal forma que as microinterrupções de energia não produzam danos adicionais ao processo de produção e aos equipamentos. Esse estudo deve incluir uma revisão das proteções de subtenção e de sobretensão, além de ser efetuado um estudo da seleção de cargas a desligar em caso de apagão e, muito importante, um estudo de religamento coordenado das cargas, quando a energia elétrica retornar em estágios de prioridade;



REVISAR SE AS APÓLICES DE SEGURO estão bem definidas para os riscos da empresa: cobertos e excluídos.

INFLAÇÃO E DÓLAR PODEM FREAR RITMO DA RETOMADA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Desafio do Banco Central agora é manter a credibilidade da política monetária e fazer a inflação voltar a convergir para o centro da meta.

O Banco Central divulgou no Relatório Focus de outubro as projeções de economistas do mercado financeiro para a inflação, crescimento econômico e taxa de juros. Os resultados das projeções espelharam um cenário de preocupante instabilidade. Pela 26ª semana seguida, a expectativa para a inflação avançou, aproximando de 9%. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de crescimento para o próximo ano é cada vez menor, situando-se agora em 1,57%. Já para a taxa básica de juros, a previsão é de que atinja 8,25% ao ano no fim de 2021 e 8,5% em 2022.

A Revista de Seguros ouviu especialistas e captou a visão de instituições respeitáveis como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a PUC-Rio para verificar o quanto essa visão pessimista tem fundamento, até que ponto se propaga pela sociedade e se pode atingir inclusive mercados que se mostram mais resilientes

no cenário atual, como o de seguros.

As respostas não chegam a ser animadoras, mas trazem um pouco de alento. Na opinião de Armando Castelar Pinheiro, professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ, e pesquisador associado do IBRE/FGV, o País subestimou o risco inflacionário e atrasou o aperto à política monetária, que ficou excepcionalmente estimulante no início do ano.

“Isso deve segurar um pouco o crédito e a atividade econômica. Mas, em compensação, ao colocar a inflação sob controle, a alta da Selic impedirá uma corrosão ainda maior da renda das famílias e dará mais nitidez ao cenário econômico, o que pode estimular o investimento”, comenta, acrescentando que pode haver certa desaceleração do ritmo de retomada econômica em 2022, mas menos em decorrência do aperto monetário e mais do aumento do risco político.

Para o economista Luiz Roberto Cunha, pro-

fessor da PUC-Rio, o desafio do Banco Central (agora, oficialmente independente) é manter a credibilidade da política monetária. Ele lembra que a instituição já sinalizou que fará o que for necessário para a inflação voltar a convergir para o centro da meta. “O País deve terminar o ano com o IPCA próximo de 9%, com viés de alta, e a meta para 2022 é de 3,5%. Portanto, não há dúvida de que o desafio do BC é significativo, especialmente se houver instabilidade política com efeitos sobre o câmbio”, alerta.

● ● ● VISÕES OPOSTAS

Ambos concordam que o cenário internacional, sobretudo o dos Estados Unidos, pode trazer consequências significativas para a economia brasileira. Contudo, eles têm visões relativamente opostas sobre a natureza dos reflexos, se positivos ou negativos, para o País.

Armando Castelar entende que a chance



de uma recessão norte-americana no próximo biênio é praticamente zero, pois o avanço da vacinação, a política monetária expansionista e os fortes estímulos fiscais, dos quais o pacote de infraestrutura de US\$ 1 trilhão é apenas o mais recente, tornam difícil não projetar uma forte expansão da economia dos Estados Unidos nesse período.

Além disso, o economista ressalta que o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta alta de 7,0% para o PIB americano neste ano, crescimento que supera a compensação da queda de 3,5%, em 2020, e a nova alta estimada de 4,9%, em 2022.

“Para o Brasil, isso é bem melhor do que se houvesse uma recessão nos Estados Unidos. A forte expansão global puxa os preços das *commodities* para cima, estimulando o investimento e o PIB no País. É verdade que também pressiona a inflação, mas nada que não possa ser controlado por uma política monetária adequada”, pontua.

Já Luiz Roberto Cunha frisa que não há alternativa melhor para o Brasil entre a recessão nos Estados Unidos e a continuidade da inflação global — especialmente na conjuntura atual, quando ainda há muita incerteza em relação à situação fiscal e o País está com a atividade econômica em recuperação, mas ainda com elevado desemprego.

“Uma alta dos juros nos Estados Unidos certamente terá consequências para o fluxo de recursos externos e tenderá a pressionar o câmbio, que já apresenta muita volatilidade por razões não econômicas, até porque, no segundo semestre de 2020, com o Risco Brasil ainda relativamente baixo e a forte alta nos preços das *commodities*, gerando superávit na balança comercial, a tendência deveria ter sido de valorização do Real e não foi, pois havia dúvidas sobre o avanço das reformas. Já uma inflação mais persistente que venha afetar o crescimento da economia americana terá impacto sobre

o dólar e sobre o fluxo de comércio internacional, prejudicando o País”, explica.

● ● ● SISTEMA DE PREÇOS

Diante da possibilidade de comparação do quadro atual com aquele que levou o economista e ex-ministro Mario Henrique Simonsen a proferir, há algumas décadas, a famosa frase “a inflação aleija e o câmbio mata”, os dois professores acentuaram que a realidade é outra.

“Isso foi há quase meio século. De lá para cá, o Brasil e o mundo mudaram bastante. Não há a mesma escassez de divisas que havia então, nem a mesma dependência de importações, a começar pelo petróleo, que era então quase todo importado. Mas, a bem-sucedida experiência com o câmbio flutuante reforça a conclusão de Simonsen, mostrando que é sempre melhor deixar os preços refletirem a real abundância ou escassez de bens, serviços e ativos, do que tentar



“O País deve terminar o ano com o IPCA próximo de 9%, com viés de alta, e a meta para 2022 é de 3,5%. Portanto, não há dúvida de que o desafio do BC é significativo, especialmente se houver instabilidade política com efeitos sobre o câmbio.”

Luiz Roberto Cunha, PUC-Rio

segurar artificialmente a inflação interferindo no sistema de preços”, ressalva Armando Castelar.

Por sua vez, Luiz Roberto Cunha diz que “Simonsen tinha toda razão”, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, quando o Brasil tinha uma acentuada dívida externa e poucas reservas, além de uma inflação muito mais elevada, inclusive com longos períodos de hiperinflação com a indexação dos preços através de diversas formas de correção monetária. Nesse período, diz ele, as variáveis externas eram determinantes



para o funcionamento da economia, e as desvalorizações cambiais, de fato, geravam muito mais danos do que a inflação.

“Simonsen também dizia que não existe pequena inflação, como não existe pequena gravidez, e lembrava que, na gravidez, após nove meses, temos o belo nascimento de uma criança, enquanto uma inflação persistente por um longo período, especialmente naquele tempo de indexação, gerava uma hiperinflação”, observa o professor da PUC-Rio.



RISCO NOS SEGUROS

Após superar um cenário adverso e apresentar resultados expressivos nos primeiros meses de 2021, será que o seguro corre o risco de ser atingido pela instabilidade econômica? Para os dois professores, a resposta é sim. Para o professor Armando Castelar, a alta de preços está se disseminando e não teria por que ser diferente no setor de seguros, seja em termos de sinistros, seja em termos de custos em geral com que opera o setor.

“Com a continuação da retomada econômica, em especial com um melhor desempe-

nho do mercado de trabalho no próximo ano, a demanda por seguros também tende a subir, facilitando às empresas do setor repassarem algumas dessas pressões de custos para os preços”, afirma Castelar.

Já Luiz Roberto Cunha enxerga consequências mais abrangentes, influenciando o comportamento de diversas carteiras de seguros. Para ele, em produtos como o seguro de automóveis – o setor automotivo foi um dos que mais sentiram o problema de desorganização de cadeias de produção e escassez de insumos resultantes da pandemia –, o custo maior de peças já encaixou sinistros, mas espera-se que esse seja um fenômeno temporário, e já há sinais de normalização desse mercado.

Ele cita ainda o forte crescimento do seguro rural, ao mesmo tempo em que se intensificam eventos climáticos adversos como as fortes geadas ou secas no Centro-Sul do Brasil – o que tem impacto na inflação dos produtos agrícolas e pode pressionar as apólices que cobrem o valor da produção”, alerta o economista, apontando ainda a Saúde Suplementar como outro segmento afetado, por seguir uma “dinâmica particular” de custos, além



“A forte expansão global puxa os preços das commodities para cima, estimulando o investimento e o PIB no País. É verdade que também pressiona a inflação, mas nada que não possa ser controlado por uma política monetária adequada.”

Armando Pinheiro, IBRE-FGV

de sofrer forte influência do câmbio, nos equipamentos e matérias-primas de medicamentos.

“No caso dos reajustes dos planos de saúde, temos no Brasil uma regulação intensa por parte do Governo. Por outro lado, aqui há um custo maior em controlar a inflação, o que se reflete em taxas de juros significativamente mais altas do que ocorre no exterior, o que acaba por remunerar mais as reservas que o setor precisa manter para honrar seus compromissos, melhorando resultados financeiros”, projeta Cunha.

VAREJO SOFRE EFEITOS DA INSTABILIDADE ECONÔMICA



Além do mercado de seguros, outros segmentos vêm demonstrando resiliência ao cenário de instabilidade econômica, ainda que de forma mais tímida. É o caso do varejo, cujas vendas, segundo pesquisa do IBGE, cresceram 1,2% em julho, na comparação com junho, resultado que superou a expectativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que revisou a previsão de crescimento das vendas para o ano de 4,5% para 4,9%. Confirmada essa previsão, o setor registraria seu maior avanço anual desde 2012 (+8,4%).

O otimismo se mantém mesmo com os efeitos de medidas como o aumento das taxas de juros. De acordo com o economista da CNC, Fábio Bentes, esse aumento já se faz sentir no custo do crédito ao consumidor final. A taxa média das operações de crédito com recursos livres para as pessoas físicas atingiu 39% ao ano em julho.

“Por outro lado, o pagamento do auxílio emergencial e, principalmente, a maior circulação de consumidores deverão viabilizar a continuidade da recuperação do setor de comércio varejista”, projeta o economista, para quem o setor ainda pode registrar este ano o maior avanço desde 2012.



“O pagamento do auxílio emergencial e, principalmente, a maior circulação de consumidores deverão viabilizar a continuidade da recuperação do setor de comércio varejista.”

Fábio Bentes, CNC

DESMATAMENTO ILEGAL É O PRINCIPAL DESAFIO ASSUMIDO NA COP-26

Diante das pressões globais em defesa da floresta, o Governo enfatiza na Conferência que o País está alinhado a compromissos como o Acordo de Paris.

A escalada do desmatamento ilegal na Amazônia expôs o Brasil a cobranças na 26ª Conferência Climática da ONU (COP-26), em Glasgow, na Escócia. Por conta do interesse global pela região amazônica, o passivo ambiental foi item obrigatório na agenda do mais importante evento mundial sobre mudanças climáticas. Para o Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, o Brasil se empenhará para engajar o mundo na direção de uma economia muito mais sustentável. “A Cúpula do Clima trouxe ao mundo a responsabilidade de todos, inclusive a do Brasil, que vai fazer sua parte. Vamos ajudar a incentivar projetos verdes e caminhar para uma nova economia verde, mas com responsabilidade”, afirma ele, em entrevista disponível no portal do Ministério do Meio Ambiente.

Outro integrante da delegação brasileira na COP-26, o embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, acrescenta que o Brasil trabalhou

para manter a posição de destaque nas negociações de clima. “O Brasil sempre foi um país ativo e relevante nesse processo todo e queremos continuar a ocupar esse espaço de protagonismo. Segundo Paulino Franco de Carvalho, isso significa que, em vez de apenas indicativos do que todos querem em relação ao clima, a ideia é materializar as ações para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015. “Fazendo uma analogia, o Acordo de Paris é a lei, e o chamado ‘Livro de Regras’ é o decreto que regulamenta a lei e define o caminho para alcançar as metas”, explica o embaixador.

O Brasil promoveu diversos encontros bilaterais antes da COP-26 para acertar posicionamentos comuns na questão do clima e, adicionalmente, cobrar metas mais ousadas de seus interlocutores na redução das emissões, por entender que essa é uma tarefa global. Ou seja, não cabe só a alguns países cortar emissões, ao passo que outros permanecem na zona de conforto.

O Brasil reconhece que conter o desmatamento é seu principal desafio. A devastação histórica do bioma da Amazônia totalizava 730 mil quilômetros quadrados até 2020 (17% da área original), de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Do total, 300 mil quilômetros quadrados foram destruídos nos últimos 20 anos, segundo o Instituto, que gera os dados oficiais do desmatamento anual com base no Sistema de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes). Em toda a Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o desflorestamento chega a 813 mil quilômetros. “Os desafios brasileiros estão mais ligados ao desmatamento do que às atividades econômicas”, reconhece Joaquim Leite, explicando que, por trás do corte de árvores, também se escondem crimes graves como tráfico de drogas e lavagem



de dinheiro, que se beneficiam do tamanho territorial da Amazônia e, em consequência, das maiores dificuldades de combatê-los.

O ministro e o embaixador asseguram que o Brasil começa a dar passos consistentes para cumprir as metas acertadas pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, na reunião da cúpula da ONU, realizada em abril. Na ocasião, Bolsonaro prometeu acabar com o desmatamento ilegal até 2030 e atingir a neutralidade de carbono até 2050, 10 anos antes da meta anterior. “O combate ao desmatamento já apresenta resultados concretos e cumpre à risca o discurso do Presidente feito durante a Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima, em abril. Muito provavelmente vamos antecipar as metas ou talvez ultrapassá-las”, afirma o chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Achilles Zaluar, assinalando que a meta brasileira de redução da emissão de gases é a terceira mais ambiciosa entre os países do G-20.

“A Cúpula do Clima trouxe ao mundo a responsabilidade de todos, inclusive a do Brasil, que vai fazer sua parte. Vamos ajudar a incentivar projetos verdes e caminhar para uma nova economia verde, mas com responsabilidade.”

Ministro Joaquim Leite, MMA

“O Brasil sempre foi um país ativo e relevante nesse processo todo e queremos continuar a ocupar esse espaço de protagonismo.”

Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Relações Exteriores



“O combate ao desmatamento já apresenta resultados concretos e cumpre à risca o discurso do Presidente feito durante a Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima, em abril. Muito provavelmente vamos antecipar as metas ou talvez ultrapassá-las.”

Embaixador Achilles Zaluar,
Relação Exteriores

Para Zaluar, o desmatamento é, sim, muito importante, mas a questão do clima não se esgota nesse tema. “Talvez, ainda mais importante, seja a matriz energética, e o Brasil tem uma das mais limpas do mundo, dada a combinação de hidro, eólico, solar e um pouco de nuclear, todas energias que não geram emissão de gases poluentes”, afirmou.

FLORESTA NO CHÃO

O desmatamento na Amazônia Legal, atestado por números do Inpe, registra aumento

nos últimos nove anos. Depois de ter caído do patamar de 30 mil quilômetros quadrados para o de cinco mil, de 2004 a 2012, a taxa anual de desflorestamento subiu a 10 mil quilômetros, em 2019, e chegou a 11 mil, no ano passado. De 2016 a 2020, a média anual de abate da floresta alcançou 8,7 mil quilômetros quadrados – 64% a mais do que a média no período 2011-2015, de 5,6 mil quilômetros. Ano a ano, cerca de metade dessa destruição vem ocorrendo em terras públicas federais e estaduais e o restante, em áreas privadas.

No ano passado, o Governo Federal deflagrou a operação “Verde Brasil”, engajando as Forças Armadas em ações de combate à destruição da mata. A mobilização dos militares perdurou até abril deste ano, quando o Governo lançou o “Plano Amazônia 2021/2022”, que fixa metas e diretrizes de ação. Além de mirar Estados onde o desflorestamento é mais crítico (Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso), o Plano ressalta a importância da fiscalização para conter a derrubada ilegal e postula a busca de alternativas de geração de empregos e renda com base no uso da biodiversidade e da bioeconomia.

O “Plano Amazônia” foi lançado uma semana antes da Cúpula de Líderes sobre o Clima, evento virtual com chefes de Estado e de Governo, coordenado pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. De acordo com a meta governamental, oficializada pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, o desmatamento anual até 2022 deve ficar em 8,7 mil quilômetros quadrados.

DESMATE E OCUPAÇÃO

O grande foco do desmatamento ilegal na Amazônia são as florestas públicas não destinadas, à espera de que a União ou os estados deem a elas finalidade sustentável, como unidades de conservação ou reservas indígenas. Essas matas somam 510 mil quilômetros quadrados – quase o dobro da área do Rio Grande do Sul –, dos quais mais de 140 mil quilômetros (29%) estão inscritos como imóveis agropecuários no Cadastro Ambiental Rural (CAR), segundo o Instituto de Pesquisa

Ambiental da Amazônia (Ipam). Autodeclaratório, o CAR é usado por grileiros para registrar terras supostamente ocupadas, a fim de reivindicar a propriedade no futuro.

De agosto de 2019 a julho de 2020, a derrubada ilegal de florestas não destinadas chegou a 2,3 mil quilômetros quadrados – 20% de todo o desmatamento na Amazônia nos 12 meses, segundo o Ipam. No acumulado, 6% de todas as matas não destinadas haviam sido destruídas até o ano passado, totalizando 28 mil quilômetros e, de acordo com o Ipam, gerando a emissão de 1,5 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). À derrubada de árvores, negociadas com madeireiras, seguem-se as queimadas para agropecuária ou venda do domínio fundiário: de janeiro a novembro de 2020, o Inpe detectou 14 mil focos de calor nessas áreas.

“O avanço do desmatamento é preocupante. Além de não trazer benefício para a reputação do Brasil, contribui para piorar a qualidade do ar na Amazônia e aumentar o problema do efeito estufa”, afirma a pesquisadora e diretora de Ciência do Ipam, Ane Alencar. Especializada no estudo das queimadas, ela assinala que, com base em números do Inpe, “50% dos focos de calor e 54% dos alertas de desmatamento no ano passado ocorreram em terras públicas”, incluídas não somente as não destinadas, mas também reservas indígenas e unidades de conservação. Nas matas não destinadas, foram 18.595 focos de calor detectados em 2020.

O emprego de forças militares não produziu resultados positivos nos dados do desflorestamento da Amazônia porque, avalia Ane Alencar, faltam informações investigativas e perspectiva de longo prazo a essas ações armadas. “As pessoas sabem que os militares não vão ficar por muito tempo na floresta. Na semana em que o Exército está presente, os desmatadores não fazem nada; depois voltam a fazer tudo de novo”, diz a diretora do Ipam. “O que precisamos é fortalecer a inteligência das operações para pegar os peixes grandes, mas as pessoas têm, hoje, a percepção de que nada vai ser feito, como o embargo de áreas desmatadas ilegalmente.”

Na raiz do desmatamento nos últimos dois anos, Ane Alencar “vê o enfraquecimento das políticas de combate ao crime ambiental e das agências da área”, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). À carência de recursos, soma-se o desprestígio do meio ambiente na pauta federal e a fraca articulação institucional com estados e organizações sociais em defesa da floresta. “Tudo isso reverbera como desgovernança. Pessoas acham que podem ocupar terras públicas, desmatar sem ser punidas e depois ficar com essas áreas”, lamenta a diretora do Ipam.

O Governo diz que os números de julho a setembro já demonstram uma queda no ritmo de desmatamento comparado ao mesmo período do ano passado, e prevê resultados ainda melhores com os ajustes recentemente feitos, que incluíram elevar o orçamento do Ministério do Meio Ambiente para as ações de controle dos desmatamentos, uso ostensivo de 700 membros da Força Nacional em mais de 20 municípios, além do reequipamento das equipes do Ibama e do ICMBio.



MERCADO FUNDIÁRIO

Diante da pressão predatória sobre terras públicas não destinadas, os ambientalistas estão apreensivos com o projeto de lei para regularização de ocupações em áreas da União aprovado na Câmara dos Deputados, em agosto. O PL 2633 aumenta de quatro para seis módulos fiscais o tamanho das ocupações passíveis de regularização sem vistoria prévia, mediante declaração do ocupante de que cumpre a lei ambiental. Aplicável a todo o País, a medida abrange ocupações desde 2008 e beneficia posseiros multados por infração ambiental. Se virar lei, vai regularizar posses de 300 a 600 hectares, já que o módulo fiscal varia de 50 a 100 hectares na Amazônia.

Por trás da investida sobre a floresta e sua conversão em pasto está o mercado fundiário, salienta a professora da Universidade Federal do Acre (UFAC) Sonaira Silva, coordenadora



“O que precisamos é fortalecer a inteligência das operações para pegar os peixes grandes, mas as pessoas têm, hoje, a percepção de que nada vai ser feito, como o embargo de áreas desmatadas ilegalmente.”

Ane Alencar, IPAN

do Laboratório de Geoprocessamento Aplicado ao Meio Ambiente (LabGama), no campus Cruzeiro do Sul. “A terra vendida como pastagem, que já tem valor agregado, é mais cara do que como área de floresta. O desmatamento é promovido por pessoas com dinheiro, que às vezes se valem de ‘laranjas’ para a ocupação.” O retorno econômico da derrubada advém da negociação de toras com o setor madeireiro e do uso pecuário ou venda da terra ocupada.

Sonaira Silva adverte que, mesmo com redução do desflorestamento, o problema continuará enquanto a região não tiver economia



“A terra vendida como pastagem, que já tem valor agregado, é mais cara do que como área de floresta. O desmatamento é promovido por pessoas com dinheiro, que às vezes se valem de ‘laranjas’ para a ocupação.”

Sonaira Silva, UFAC

calcada na valorização da floresta e de seus produtos. “É preciso pensar estrategicamente em alternativas, como a biotecnologia, para que a pecuária não seja atividade principal”, destaca. Nesse rumo, atua o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, formado em 2017 pelos nove estados, que somam 29,3 milhões de brasileiros e geram 9% do PIB, em 5,1 milhões de quilômetros quadrados (60% do País). Além de se opor à derrubada ilegal, o consórcio preconiza desenvolvimento sustentável, adoção de tecnologias verdes e investimentos em infraestrutura.

REGRAS MAIS FLEXÍVEIS DO SEGURO AUTO TENDEM A EXPANDIR CARTEIRAS

Susep publica circular que possibilita lançamento de produtos mais acessíveis, e volume de prêmios pode dobrar nos próximos anos.

O mercado do seguro de automóveis deve sofrer uma guinada com o início da vigência da Circular 639 da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O conjunto de normas representa o advento de um novo marco regulatório para esse produto que passam a ser mais flexível, simplificado e acessível para o consumidor. A previsão é de que o mercado dobre de tamanho nos próximos anos, alcançando uma proporção em relação ao PIB próxima da média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Uma das principais motivações para a edi-

ção da nova circular foi a constatação de que havia um excesso de regulação no mercado. Esse diagnóstico ficou ainda mais evidente a partir da publicação do Relatório do Fórum Econômico Mundial de 2019, que colocou o Brasil em último lugar no indicador que mede o peso desse fator para a competitividade entre 141 países. No seguro auto, o resultado é a concentração do mercado e a baixa penetração em relação à frota de veículos.

Segundo estimativas da Susep, da frota de 49,1 milhões de veículos com até 10 anos de uso em circulação no País, apenas 33,3% têm seguro. Estudos também mostram o baixo montante de prêmios dessa modalidade em

relação ao PIB no País (0,53%), abaixo da Argentina (1,03%) e do Uruguai (0,58%).

“A expectativa é que a penetração do seguro auto aumente com o desenvolvimento de novos produtos mais flexíveis. Esse mercado tem potencial para dobrar de tamanho nos próximos anos, convergindo para a média da OCDE”, informou a Susep.

A adoção de medidas que favorecem o crescimento do mercado, com a contratação mais ajustada às necessidades e ao bolso dos consumidores, não representa apenas o ajustamento a princípios econômicos. Segundo Péricles Gonçalves, pesquisador da FGV Direito Rio e professor associado ao Instituto de Inovação



“Há um estímulo para o consumidor negociar melhor e ter mais responsabilidade com o veículo. É também esperado que as seguradoras adotem cada vez mais boas práticas em seus negócios.”

Péricles Gonçalves, FGV

em Seguros e Resseguros da FGV, a Susep vem procurando adaptar o mundo dos seguros à mesma tendência de disrupção já observada em outros segmentos.

“As novas tecnologias vêm causando verdadeira ruptura com os padrões tecnológicos estabelecidos no mercado, modificando os modelos de negócios existentes e possibilitando a criação de novos produtos. São consequências da utilização de Big Data e Inteligência Artificial, principalmente. As medidas adotadas pela Susep procuram tornar o ambiente regulatório amigável a essa nova realidade”, explica o professor.

Essa lógica já foi responsável por mudanças anteriores, como a instituição do seguro com

vigência reduzida e de período intermitente, a partir da Circular 592, de 2019. A tecnologia permite uma avaliação mais precisa do perfil e dos hábitos dos motoristas, facilitando o cálculo dos riscos de contratações conforme a preferência do consumidor.



SEGURO DO CONDUTOR

A tecnologia também explica uma alteração da nova circular, que permite a venda de seguros vinculados ao motorista, independentemente de que veículo esteja guiando. A contratação de coberturas de responsabilidade civil facultativa, para proteção contra acidentes pessoais de passageiros,

também pode agora ser vinculada ao condutor. São adaptações que vão não só ao encontro do fenômeno dos aplicativos de transporte, mas atende também atende a quem aluga veículos.

Como forma de estimular o lançamento de produtos mais baratos e de maior aceitação no mercado, a Susep deu mais clareza para o uso de peças usadas, que passou a vigorar de forma expressa. A nova circular permite, por outro lado, que as seguradoras utilizem redes referenciadas, reduzindo custos e valor das franquias.

O barateamento dos seguros também pode ser favorecido pela possibilidade de o consumidor optar por coberturas parciais de casco – por proteção apenas por acidente, por exemplo, ou em

combinação com furto e roubo. O texto diz que as partes podem acordar qual será o percentual de reembolso em relação à tabela referenciada, em geral a Fipe, permitindo o pagamento de prêmios menores e com indenização proporcional em caso de sinistro.

Segundo a Susep, as seguradoras podem também adotar a modalidade de valor fixo ou determinado ou outro critério objetivo e transparente. Em todos os casos, o valor apurado precisa ser o da data da ocorrência do sinistro e não mais o da liquidação.

Segundo Péricles Gonçalves, é importante observar que as novas regras também estimulam a responsabilidade do consumidor, criando a possibilidade de se cobrar franquia em casos de indenização total por incêndio. “Há um estímulo para o consumidor negociar melhor e ter mais responsabilidade com o veículo. É também esperado que as seguradoras adotem cada vez mais boas práticas em seus negócios”, avalia.

As mudanças passaram a vigorar em 1º de setembro, mas não alteram os contratos em vigor. Segundo a Susep, nada impede que o segurado procure a seguradora caso queira negociar alguma flexibilidade trazida pela nova regulamentação, observadas as condições previstas no contrato em vigor.

O presidente da FenSeg, Antônio Trindade, vê como positivas as mudanças, pois o ambiente regulatório mais flexível está alinhado às melhores práticas internacionais envolvendo o seguro auto.

“A Circular traz benefícios significativos para o consumidor e para o mercado de seguros como um todo, estimulando a criação de novos produtos, com claro ganho de eficiência. O resultado é o aumento da competitividade e da inovação no segmento”, afirma Trindade.

Walter Pereira, presidente da Comissão de Automóvel da FenSeg, acredita que a Circular propiciará a criação de um ambiente mais favorável para seguradoras, corretores e consumidores, na medida em que cria um caminho para a ampliação da base de segurados, incrementa o portfólio de produtos, atende melhor às necessidades dos motoristas e estimula a eficiência, a inovação e a competitividade.

“Embora a circular conceda prazo de 180 dias para adequação, acredito que a partir de 1º de setembro deveremos ter novidades em um curto espaço de tempo”, diz Pereira.



“A Circular traz benefícios significativos para o consumidor e para o mercado de seguros como um todo e estimula a criação de novos produtos, com claro ganho de eficiência.”

Antônio Trindade, FenSeg



“Embora a Circular conceda prazo de 180 dias para adequação das seguradoras, acredito que deveremos ter novidades em um curto espaço de tempo.”

Walter Pereira, FenSeg

ATAQUES CIBERNÉTICOS DEVEM CUSTAR US\$ 6 TRILHÕES À ECONOMIA GLOBAL

Prejuízo é estimado para este ano pelo relatório “Cybersecurity – Fighting Invisible Threats”, do banco suíço Julius Baer. Os Estados Unidos serão o país mais prejudicado.

No intervalo de apenas um mês, dois grandes ataques cibernéticos nos EUA expuseram a vulnerabilidade das empresas, independentemente de seu tamanho e país de origem, a esse tipo de crime. Em maio, cibercriminosos paralisaram durante cinco dias o abastecimento do oleoduto que fornecia quase metade do petróleo da Costa Leste dos Estados Unidos. Para que o funcionamento voltasse ao normal, exigiram um resgate de US\$ 4,3 milhões da Colonial Pipeline, a empresa proprietária. A brasileira JBS, maior fornecedora de carnes do mundo, teve que pagar US\$ 11 milhões de resgate após suas redes de computadores serem *hackeadas* em junho, fazendo com que unidades na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos fossem temporariamente fechadas.

As operações criminosas nas redes virtuais estão se proliferando rapidamente, a ponto de especialistas afirmarem que o mundo pode estar vivendo duas pandemias simultâneas: a do coronavírus e a dos ataques cibernéticos. De acordo com a pesquisa “Panorama de Ameaças Cibernéticas no Brasil”, desenvolvida pelo FortiGuard Labs, laboratório de investigação e inteligência de ameaças da Fortinet, foram 41 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos em 2020 na América Latina, sendo 8,4 bilhões de tentativas no Brasil. Estima-se que em todo mundo sejam perpetrados 8 trilhões de ataques por dia, ou 90 mil ações criminosas por segundo.

Os crimes são virtuais, mas as consequências são bastante reais. Em 2021, os ataques cibernéticos devem custar US\$ 6 trilhões à economia global, conforme o relatório “Cybersecurity — Fighting Invisi-

ble Threats”, do banco suíço Julius Baer. Os Estados Unidos estão no topo dos países mais prejudicados. O Brasil aparece na décima posição, carregando na bagagem casos que mostram que esse tipo de problema já é uma realidade preocupante.

Um dos ataques mais emblemáticos por aqui aconteceu em junho deste ano com o Grupo Fleury, de medicina diagnóstica, que deixou fora do ar o sistema da empresa e impediu a realização de exames em suas unidades durante alguns dias. Antes, em janeiro, um megavazamento de dados expôs informações de 223 milhões de números de CPFs de brasileiros (vivos e mortos), colocados à venda por criminosos. Sem contar os ataques a sistemas de órgãos públicos, como o STJ e o TSE, ocorridos em 2020.

“Enquanto conversamos, alguma empresa está sendo atacada, no Brasil ou em qualquer lu-



gar do mundo”, vaticina João Fontes, membro da Subcomissão de Linhas Financeiras da FenSeg e Gerente de Linhas Financeiras da AIG.

Há uma série de ataques no portfólio de *hackers*, mas o mais utilizado contra empresas é o *ransomware*, em razão do potencial de ganhos financeiros que proporciona. Trata-se de um tipo de *malware* (software malicioso) capaz de bloquear o acesso ao sistema de um computador ou à rede e de criptografar dados. Os *hackers* que têm acesso a essas informações sigilosas costumam exigir dinheiro de resgate das vítimas em troca da liberação dos dados. O pagamento é imposto por meio de criptomoedas, para impedir o rastreamento.

Há diversas formas de iniciar um ataque de *ransomware*, o mais comum, no entanto, é o *phishing*, quando o fraudador utiliza e-mails, aplicativos ou sites projetados especificamente para

roubar dados pessoais. O criminoso se faz passar por uma pessoa ou empresa e envia mensagens com links, para atrair as vítimas. Ao clicar, a pessoa cai no golpe e a invasão é consumada. Com o *home office* implementado de forma intensa na pandemia, a violação de dados e os pedidos de extorsão chegaram ao ápice nas empresas.

Números do setor de seguros confirmam essa tendência de alta na frequência de crimes e também na preocupação das empresas em transferir esses riscos. De janeiro a dezembro de 2020, o prêmio de seguros para cobertura de riscos cibernéticos foi de R\$ 43 milhões, o dobro do valor de 2019 (R\$ 21,4 milhões). E o aumento não parou por aí: de janeiro a junho deste ano, já foram emitidos R\$ 41 milhões em prêmios, contra R\$ 17,3 milhões no mesmo período de 2020 – crescimento de 237%, segundo dados da Susep.

O volume de sinistros também vem batendo recordes. Em 2020, foram R\$ 31,6 milhões, contra R\$ 811 mil em 2019, explica João Fontes, ao citar dados públicos da Susep. Ainda de acordo com o especialista, essa alta tem alterado a metodologia de análise de riscos pelas seguradoras.

Ele diz que essa alta tem alterado a metodologia de análise de riscos pelas seguradoras. “O mercado de seguros está preocupado com essa tendência de crescimento de sinistro, o que vem levando a um endurecimento maior nas taxas e nos termos e condições exigidos para fechar uma apólice”.

O vice-presidente de Specialty da THB Brasil, Enzo Ferracini, confirma o aumento do valor cobrado pelas seguradoras para esse tipo de seguro. Até o ano passado, a taxa média era de 1,5% sobre o valor contratado para cobertura. Em 2021, está



variando entre 2,5% e 4,5%. “O que pesa no custo é a maturidade da empresa em relação à gestão do risco cibernético. Antes, as seguradoras enviavam um questionário simples para avaliação de risco. Agora, são dois questionários complexos, com o objetivo de analisar desde os equipamentos existentes, como servidores e *backups*, até a governança da empresa em relação à utilização do sistema pelos funcionários”, comenta.

Ferracini afirma que empresas do ramo financeiro são as que mais demandam seguros de riscos cibernéticos. Na corretora, há clientes também da área de portos e logística e de energia. “Hoje as empresas não questionam mais se vão ser invadidas, mas quando serão. Um ataque cibernético é capaz de parar uma operação e trazer danos significativos à reputação da companhia”, ressalta.

O executivo da THB Brasil acompanhou vários casos de ataques cibernéticos nos últimos anos, mas um, em especial, chamou sua atenção pela ação sofisticada dos criminosos. Foi uma invasão ao sistema de uma empresa do setor agrícola, que tinha acabado de fechar a aquisição de uma planta no exterior. Os criminosos se fizeram passar pelo CEO da companhia, enviando um e-mail ao diretor financeiro, para autorizar a transferência de R\$ 100 milhões para a conclusão do negócio.

“A mensagem trazia jargões usados de maneira costumeira pelo CEO, o que acabou não levantando nenhuma suspeita por parte do diretor financeiro, que fez o que o ‘chefe’ pediu. A grande sorte da empresa foi que o banco exigiu um *double check* para transferir o valor para a conta. Perceberam, então, que o e-mail não tinha partido do computador do CEO”, conta ele.

“Hoje as empresas não questionam mais se vão ser invadidas, mas quando serão. Um ataque cibernético é capaz de parar uma operação e trazer danos significativos à reputação da companhia.”

Enzo Ferracini, THB Brasil

A advogada e membro da Associação Nacional de Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD) e da Associação Nacional de Advogados de Direito Digital (ANADD), Maria José Luccas, diz que os cibercriminosos invadem os sistemas de empresas e estudam a melhor forma de ataque. Podem levar semanas ou meses vasculhando conversas, arquivos e informações sigilosas. A motivação dessas invasões é financeira, na maioria das vezes, mas há casos também de ataques por motivos ideológicos ou apenas para minar a reputação da companhia. “O trabalho da polícia forense na identificação da origem dos ataques é fundamental para impedir que a empresa seja atacada novamente pelo mesmo criminoso”, diz ela.

A executiva de TI Consuelo Rodrigues, especialista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e DPO (Data Protection Officer), explica que há diferentes opiniões de entidades na questão do pagamento de resgate. Algumas não o recomendam por não haver garantia de que os criminosos vão devolver a operação do sistema ou não vazarem as informações roubadas.

“Nos EUA, as empresas estão sendo orientadas a não pagar resgate, porque os ataques cibernéticos começaram a ser classificados pelo governo, com prioridade semelhante ao terrorismo. Pagar aos criminosos é uma forma de financiar essa prática, e inclusive empresas de criptomoedas que processarem esse tipo de pagamento, deverão sofrer maior regulação e até sanções num futuro próximo”, afirma Consuelo Rodrigues.

Consuelo lembra que o Brasil é um dos países mais vulneráveis na América Latina para ataques cibernéticos e, mesmo assim, é um dos que menos investem em cibersegurança. Numa média geral, apenas 2% do orçamento total das companhias brasileiras é destinado à cibersegurança, em comparação aos 10% da média mundial. Entre grandes e médias empresas, o índice sobe um pouco, mas ainda é baixo em relação a outros países.

Cada vez mais dependentes da tecnologia em suas operações, as empresas têm colocado o risco cibernético no pilar das discussões, acredita a diretora de Cyber Risk da Marsh Brasil, Marta Schuh. Mas o caminho ainda é longo. Segundo ela, 61% das companhias na América Latina não

têm seguro contra esse tipo de risco. O dado faz parte da pesquisa “Percepção do Risco Cibernético na América Latina em tempos de Covid-19”, produzida pela Marsh em parceria com a Microsoft no início deste ano.

Consuelo Rodrigues e Maria José Luccas fazem parte da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil-seccional de São Paulo (OAB SP), criada no ano passado.

O levantamento mostrou que 30% das empresas na América Latina perceberam um aumento dos ataques cibernéticos desde o início

da pandemia, tendo como principal ameaça os de *phishing*. “É importante que empresas vejam o seguro como parte da abordagem integrada de segurança cibernética, como estratégia adicional e complementar aos processos adotados e às ferramentas de tecnologia”, argumenta Marta.

Entre as coberturas de um seguro *cyber* estão a reconstrução do ambiente afetado e necessidades perante órgãos reguladores. O seguro cobre também danos a terceiros, custos com honorários advocatícios, agências de publicidade para minimizar dano de imagem e valores de multas e penalizações.



“O trabalho da polícia forense na identificação da origem dos ataques é fundamental para impedir que a empresa seja atacada novamente pelo mesmo criminoso.”

Maria José Lucca, advogada



“Nos EUA, as empresas estão sendo orientadas a não pagar resgate, porque os ataques cibernéticos começaram a ser classificados pelo governo, com prioridade semelhante ao terrorismo.”

Consuelo Rodrigues, analista de sistema

João Fontes, da Subcomissão FenSeg, ressalta que, embora o cenário seja nebuloso, o mercado de seguros está preparado para enfrentar essa onda de ataques e contribuir para minimizar riscos dentro das empresas.

“O seguro de riscos cibernéticos está no Brasil há cerca de dez anos. O mercado brasileiro adquiriu ao longo deste tempo experiência necessária para lidar com esse momento atual. As seguradoras têm buscado discutir com os clientes eventuais pontos de melhorias na segurança da informação, no controle de falhas e na mitigação de riscos, a fim de diminuir as chances de invasões”.



“É importante que empresas vejam o seguro como parte da abordagem integrada de segurança cibernética, estratégia adicional e complementar aos processos adotados e às ferramentas de tecnologia.”

Marta Schuh, Marsh



LGPD: NOVA ETAPA EXIGE TRANSPARÊNCIA DAS EMPRESAS

Aprovada em 2018, a LGPD entrou em sua última fase de implementação em 1º de agosto deste ano. A partir de então, órgãos públicos e empresas que não se adaptarem à norma poderão ser punidos com sanções que vão desde uma simples advertência a multas de até R\$ 50 milhões.

Para Mario Viola, advogado especialista em Proteção de Dados, essa nova etapa vai exigir mais cuidado das companhias em relação à transparência e à prestação de contas. “A legislação traz também uma série de mecanismos de segurança e de limite de armazenamento de dados pelas empresas. Isso por si só já é um incentivo para a maior proteção tanto da companhia quanto dos clientes”, afirma.

A especialista Consuelo Rodrigues frisa que a LGPD não proíbe o uso de dados pessoais, mas estabelece o limite ético. “O foco principal é a proteção de dados pessoais e a garantia de direitos fundamentais, como a privacidade”, explica.

SETOR DE TURISMO PROJETA RÁPIDA REAÇÃO APÓS PERDA DE R\$ 341BI COM PANDEMIA

O dado da CNC fica pequeno diante do impacto global que, segundo a ONU, pode chegar a US\$ 4 trilhões do PIB mundial

Um ano e oito meses depois da decretação pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da maior tragédia sanitária do planeta, o setor de turismo – um dos mais afetados pela pandemia – representado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) fez as contas e constatou que o setor amargou perdas da ordem de R\$ 341 bilhões no período.

Os dados são ainda mais relevantes quando projetados em nível mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as perdas globais podem custar US\$ 4 trilhões ao PIB mundial, com o corte de um bilhão de viagens internacionais entre 2020 e os primeiros meses de 2021.

São feridas que começam a ser cicatrizadas com o processo de vacinação, ainda lenta no Brasil, mas cujo avanço está diretamente ligado à retomada do movimento do setor. A Embratur deu a largada em campanhas para incentivar o turismo interno, apostando nos *slogans* “viajar com segurança” e “um destino perto de você”

como molas propulsoras do setor, que começam a dar sinais de retomada. Sem poder viajar para o exterior, os brasileiros elegeram o Nordeste como destino preferencial.

O presidente da Embratur, Carlos Brito, avalia que os ares estão mudando no País, com a ocupação de mais assentos nas aeronaves e a recontração de profissionais que foram dispensados no ápice da pandemia. Segundo ele, os aeroportos têm registrado crescimento no fluxo de viajantes, mês a mês, e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) prevê que, neste segundo semestre, a ocupação da rede hoteleira chegará a cerca de 80%, em destinos consolidados para o turismo, como serras, praias e fazendas.

“Estamos muito confiantes que, após tantas dificuldades para o setor no mundo inteiro, o turismo no Brasil terá uma retomada rápida. As campanhas de incentivo promovidas pela Embratur na televisão, no rádio e em mobiliários urbanos impactaram mais de 600 milhões de pessoas, resultado considerado muito positivo para colaborar com essa recuperação”, informa Brito.

Ele acrescenta que as companhias aéreas já trabalham com um aumento de aproximadamente 80% na oferta de assentos para o mercado doméstico, em comparação a 2019, e vem recontratando os profissionais que foram afastados no início da pandemia.

A malha aérea opera atualmente com algo em torno de 54% do que era praticado em 2019. O Aeroporto de Viracopos, em São Paulo, por exemplo, anunciou alta de 51% no total de cargas movimentadas em toneladas no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano passado. O Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, no Recife, operou em julho com 85% do fluxo do mesmo mês de 2019.

● ● ● FLUXO DE TURISTAS

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, divulgada em agosto, reafirma o bom momento do fluxo de turistas no País. Segundo estado no ranking nacional de turismo, atrás apenas da Bahia, Pernambuco registrou aumento de



“Estamos muito confiantes que, após tantas dificuldades para o setor no mundo inteiro, o turismo no Brasil terá uma retomada rápida. As campanhas de incentivo impactaram mais de 600 milhões de pessoas.”

Carlos Brito, Embratur

85,6% nas atividades turísticas entre janeiro e julho deste ano, em comparação ao mesmo período de 2020. Goiás liderou com 92%. Ainda no Nordeste, Bahia ficou com 73,3% e Ceará com 63,6%.

Em maio de 2021, o índice de atividades turísticas medido pelo IBGE cresceu 18,2% frente ao mês anterior. Apesar da melhora, o segmento de turismo ainda precisa crescer 53,1% para retornar ao patamar de fevereiro de 2020.

Menos viagens, menos seguro. No setor segurador, o impacto foi grande, com queda global de aproximadamente 60% no volume dos prêmios dos seguros de viagem. Presidente da Comissão de Produtos de Risco da FenaPrevi, Ana Flávia Ribeiro Ferraz faz uma análise da retomada do setor e da economia em geral, constatando a crise no turismo.

“Foi um impacto de dimensão global tanto na economia em geral, como no setor de seguros, em especial. O seguro de viagem foi, sem dúvida, o mais impactado: aviões no chão, sérios problemas de desemprego e queda na renda,

além da baixa de 82% no volume de passageiros. Agora, estamos olhando para a frente e sentimos um momento positivo para a recuperação e retomada tanto no setor de seguros, como no turismo, com garantias de vida e novos produtos para o setor”, destaca.

● ● ● **PRÊMIOS DO SEGURO**

Entre janeiro e dezembro de 2019, o volume de prêmios do seguro de viagem foi de R\$ 591,7 milhões. Em 2020, com a chegada da pandemia ao Brasil, a arrecadação foi de R\$ 241,8 milhões, representando uma queda de 59,13%. Mas, com a vacinação ainda caminhando, a retomada das atividades econômicas de todo o ciclo que envolve o turismo e o setor de serviços dando claros sinais de recuperação, é hora de apostar em novos produtos para um setor em mutação.

Uma das novas coberturas incluídas no seguro de viagem é para Covid-19, que antes não estava no escopo do produto, mas agora é um dos diferenciais. Para as viagens mais curtas em território nacional,

Ana Flávia aposta numa cobertura de saúde com um preço atraente para o território nacional.

“A pandemia acendeu uma luz de alerta. Além do aumento nos prêmios dos seguros individuais, já sentimos uma demanda maior por coberturas de doenças graves para proteger indivíduos e famílias, assim como para a proteção de executivos que já estão voltando a seus compromissos de negócios que exigem viagens e uma estrutura mais segura nas hospedagens e nos meios de transporte”, explica a executiva, que aponta uma queda de 40% na receita dessa modalidade de seguro entre 2020 e 2021.

Ana Flávia acredita na volta do turismo de negócios com mais segurança e exigências do viajante em eventos corporativos e de uma recuperação do setor de seguros aos níveis de 2019 já no ano que vem.



“A pandemia acendeu uma luz de alerta. Além do aumento nos prêmios dos seguros individuais, já sentimos uma demanda maior por coberturas de doenças graves para proteger indivíduos e famílias.”

Ana Flávia Ferraz, FenaPrevi

● ● ● RECUPERAÇÃO DAS PERDAS

A importância do turismo para a economia do País é destacada pelo presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles. O setor responde por 7,7% do PIB brasileiro e pela geração de 7,5 milhões de empregos, mas pode gerar uma perda no biênio 2020 - 2021 de R\$ 160 bilhões com a paralisação das atividades, além de amargar a perda de 474,1 mil postos de trabalho.

As apostas são no sentido de o setor recuperar as perdas causadas pela pandemia somente em 2022. Um estudo realizado pela entidade sobre o impacto da vacinação e a retomada dos pequenos negócios revela que o segmento do turismo será um dos últimos a retomar o faturamento pré-pandemia, por conta de suas características. Mas os planos para as festas de final de ano e as férias já começam a aquecer o mercado.

O Sebrae tem acompanhado os pequenos empresários do setor, auxiliado na recuperação e ajudado os negócios a ficarem de pé. Uma das iniciativas foi no sentido de orientar os pequenos negócios a ter acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado pelo Governo Federal para ajudar a desenvolver as microempresas e empresas de pequeno porte e ao qual tem acesso cerca de 4,5 milhões de empresários.

A 11ª Pesquisa de Impacto da Pandemia nos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), detectou queda de faturamento em 91% das empresas do segmento do turismo. Desse total, apenas 9% funcionam da mesma forma que antes da pandemia, 4% fecharam as portas de vez; 28% estão com funcionamento interrompido temporariamente e 59% fizeram mudanças para continuar funcionando.

“Mesmo com esses números, acreditamos que, após a vacinação da maioria da população, esse quadro vai se reverter. A confiança dos empreendedores do setor de serviços também tem aumentado, e eles pretendem voltar a contratar nos próximos seis meses, de acordo com a Sondagem dos Pequenos Negócios, que realizamos em parceria com a FGV, em julho”, disse Carlos Melles.



● ● ● NEGÓCIOS E EVENTOS

Tanto o turismo de negócios quanto o de eventos, que tinham um peso muito grande no faturamento do segmento inteiro, sofreram grandes perdas com a pandemia. Os eventos *online* diminuíram o fluxo de turistas e muitas cidades que tinham boa parte da arrecadação vinda desse segmento foram impactadas, assim como as empresas especializadas nesse tipo de atividade turística.

Por conta de tudo isso, o presidente do Sebrae acredita que os eventos *online* vieram para ficar, mas os presenciais serão retomados e muitos deles serão realizados de forma híbrida, unindo presencial e virtual. No último mês de julho, a Expo-Retomada, realizada em Santos/SP, evidenciou que o cumprimento dos protocolos permite realizar eventos com segurança.

“A retomada dos eventos permitirá o reaquecimento não só do turismo, mas também de negócios de outras atividades econômicas que são impactadas por esse segmento. As viagens de negócios estão sendo paulatinamente retomadas, e as empresas que inovarem e estive-



rem preparadas para esse novo modelo sairão na frente no processo de retomada”, aposta o presidente do Sebrae.

A Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav) nunca trabalhou tanto para manter e orientar seus 2,2 mil associados a sustentar seus negócios e agora seguir rumo à recuperação. São horas e horas de vídeos, manuais e orientações, assim como *e-books* para garantir às agências - que migraram para o *home office* - atravessarem a pandemia. Segundo a presidente da entidade, Magda Nassar, o esforço evitou a quebra. O turismo doméstico sempre foi responsável por 60% das viagens, e os roteiros internacionais pelos 40% restantes.

“O primeiro trimestre foi bastante positivo, com uma recuperação significativa. As pessoas despertaram para a importância do agente de viagens depois da pandemia. Estamos adotando todos os protocolos de segurança, e quem pretende viajar pode acessar os serviços por meio de plataformas de tecnologia. A malha aérea do País opera hoje com cerca de 70% da capacidade observada em 2019. Acredito que possamos voltar ao patamar de 200% em dezembro, quando esperamos que a vacinação esteja bem avançada”, espera Magda.



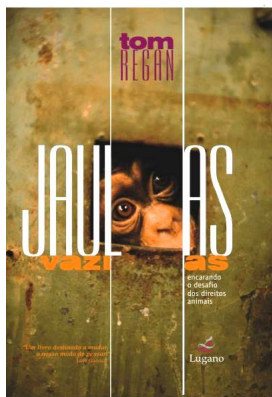
“A confiança dos empreendedores do setor de serviços tem aumentado, e eles pretendem voltar a contratar nos próximos seis meses, de acordo com a sondagem que fizemos em parceria com a FGV.”

Carlos Melles, Sebrae



“A malha aérea do País opera hoje com cerca de 70% do observado em 2019. Acredito que possamos voltar ao patamar de 200% em dezembro, quando esperamos que a vacinação esteja bem avançada”

Magda Nassar, Abav



Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais

Opinião | **Francisco Carlos Rosas Giardina,**
advogado

Autor de um dos livros mais impactantes, Regan nos faz pensar na necessidade de estabelecer um sentimento de empatia com o sofrimento animal, repensando a relação humana e não humana, para concluir pela evidente existência de direitos fundamentais a todas as espécies, inclusive o direito à felicidade, à vida, à integridade física e à satisfação de necessidades individuais e sociais.

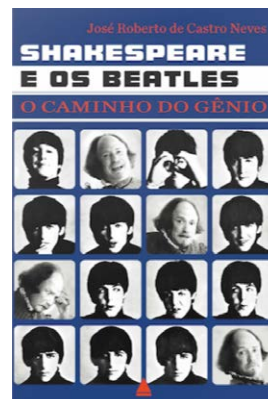
O livro acompanha Regan desde sua juventude até sua trajetória como um dos mais ativos defensores dos direitos animais, e nos faz concluir que a defesa dos direitos animais não é antagônica à defesa dos direitos humanos, e complementar.

Ultimamente, muitas obras vêm sendo escritas sobre animais e a percepção deles como seres capazes de sentir e experimentar dor, amor, solidão, raiva etc. A semente desse movimento, contudo, está na obra de Tom Regan, daí sua vital importância para todos aqueles que se preocupam com um mundo mais empático.

///Sinopse

Com calma e lucidez, como em uma conversa franca e direta com o leitor, Tom Regan argumenta que devemos reconhecer que os animais também têm direito à vida, à integridade física e à satisfação de necessidades biológicas, individuais e sociais. Em todo o livro, seguimos o autor nas difíceis indagações que o inquietaram pessoalmente – desde uma juventude de completa inconsciência das horrorosas realidades vividas pelos animais explorados para diferentes benefícios humanos – e que o transformaram em ativista dos direitos animais. Escrito de forma elegantemente simples, o livro cobre um amplo leque de tópicos de forma acessível e envolvente.

Autor: Tom Regan
Editora: Lugano
Edição – 2006



Shakespeare e os Beatles - O Caminho do Gênio

Opinião | **Washington Olivetto,**
publicitário

Um advogado especialista em Shakespeare e músico amador é autor do livro que acabei de ler. A obra escrita de forma leve por José Roberto de Castro Neves traça paralelos entre o poeta inglês e os garotos de Liverpool, encontrando convergências e propondo reflexões acerca desses gigantes da cultura inglesa e mundial.

O autor relata o que os ícones têm em comum e como chegaram cada um a seus estilos próprios, sempre em busca da afirmação de suas identidades. Ele investiga e consegue apontar as semelhanças entre o percurso criativo de Shakespeare e o quarteto, até que formassem suas obras monumentais e saíssem de cena para entrar pra História.

///Sinopse

O que poderia unir histórias tão díspares quanto a de Shakespeare e a dos Beatles? Se a ideia lhe parece estranha e “nada” foi a resposta que lhe veio à cabeça, esse livro é para você. Com uma perspicácia impressionante, José Roberto de Castro Neves coloca lado a lado as produções desses dois marcos da cultura e descobre nelas um padrão comum – um padrão de amadurecimento artístico e pessoal que, mais do que revelar as riquezas do maior dramaturgo e do maior grupo musical da História, nos faz pensar nas alturas a que o engenho do homem pode chegar.

Autora: José Roberto de Castro Neves
Editora: Nova Fronteira
Edição – 2021



Seguro é estudar com quem está 50 anos à frente

CONHEÇA OS PROGRAMAS DE MBA DA PRIMEIRA E
ÚNICA ESCOLA DE NEGÓCIOS E SEGUROS DO BRASIL

DÊ NOVO CURSO À SUA VIDA!

Condições especiais para você alcançar o
próximo nível da sua carreira ainda em 2021

CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS:

**GESTÃO ESTRATÉGICA
DE SEGUROS** |

**GESTÃO DE
RISCOS E SEGUROS** |

**GESTÃO JURÍDICA EM CONTRATOS
DE SEGUROS E INOVAÇÃO** |



NÃO PERCA TEMPO E INSCREVA-SE!

mba.ens.edu.br

posgraduacao@ens.edu.br | 0800 025 3322



**A sua Escola
de Negócios
e Seguros**

ACOMPANHAR O DESEMPENHO DO SETOR SEGURADOR FICOU AINDA MAIS FÁCIL!

Conheça a nova área de **Análises e Estatísticas** do **portal da CNseg**, sua fonte de informação segura sobre o mercado.



Você sabia que a CNseg desenvolve de forma contínua, a partir de suas Comissões Temáticas, estudos e análises sobre o setor segurador? Para dar mais visibilidade aos materiais elaborados, foi criada uma página exclusiva no **portal da Confederação** com dados consolidados do mercado.

VEJA ALGUNS DOS CONTEÚDOS DISPONÍVEIS:

Panorama Estatístico:

resumo estatístico com as principais informações sobre o setor e seus diversos segmentos.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas:

boletim semanal de acompanhamento das expectativas econômicas, tendo por base o Relatório Focus, do Banco Central.

Caderno de Estatísticas: compilação de estatísticas do setor, incluindo índice econômico-financeiro e dados macroeconômicos.

Síntese das Projeções de Arrecadação:

conteúdo resumido que contempla as expectativas de crescimento dos grandes segmentos do setor nos cenários pessimista e otimista.

Acesse cnseg.org.br e clique em Análises e Estatísticas no menu superior. Confira já!



Inovando com
o mercado.

E com você.



Conseguro 2021

Confira a cobertura completa da **CONSEGURO 2021** lendo o QRcode acima



06

**NÚMEROS SUPERLATIVOS REFERENDAM
O SUCESSO DA CONFERÊNCIA**

28

PAINEL:

Resolução CNSP 416/2021: Fortalecimento da Estrutura de Governança

30

PAINEL:

Flexibilização da Norma de Investimentos

10

PAINEL:

Percepções do Brasil de Hoje

19

PAINEL:

Techqilibrium | Combinando Digital e Humanizado

33

PAINEL:

Gestão do Risco de Liquidez e Qualidade de Cobertura do CMR

14

PAINEL:

Três Visões para o Brasil do Amanhã

22

PAINEL:

Os Desafios da Comunicação em uma Sociedade em Transformação

36

PAINEL:

Segurança Cibernética

17

PAINEL:

O Novo Consumidor de Seguros | Percepções e Tendências

25

PAINEL:

Open Insurance – Desafios da Implementação

39

PAINEL :

A Ótica do Setor de Seguros como Consumidor de Resseguro

42

PAINEL:
LGDP – Conversa com o Judiciário

57

PAINEL:
Contribuição do Setor
de Seguros para o Clima

72

PAINEL:
O Desafio do Acesso às
Inovações em Saúde

45

PAINEL:
Seguro Auto X Proteção Veicular

60

PAINEL:
Diversidade & Inclusão: Por que
é Importante Falar Sobre Isso?

74

PAINEL:
A Flexibilização das Normas
dos Produtos

48

PAINEL:
ASG | A Agenda do
Futuro já Começou

63

PAINEL:
Cabotagem e Rodovia |
Infraestrutura para Destravar o Brasil

77

PAINEL:
Capitalização: Acesso Por
Meios Remotos

51

PAINEL:
Parceria Público-Privada | Seguro
Paramétrico – Microseguro

66

PAINEL: A Era da Proteção |
A Importância dos Seguros de
Pessoas e da Previdência Privada

79

PAINEL:
Segurança Jurídica nos
Tempos Atuais

54

PAINEL:
Integrações das Questões ASG nas
Operações do Setor de Seguros

69

PAINEL:
Saúde: O Futuro
na Pós-Pandemia

80

PAINEL:
Formato Online foi um Sucesso
Pontuado de Recordes

PALESTRANTES, DEBATEDORES E MODERADORES DA CONSEGURO 2021





NÚMEROS SUPERLATIVOS REFERENDAM O SUCESSO DA CONFERÊNCIA

*A edição 2021 quebrou vários recordes:
foram mais de seis mil inscrições, 40 horas de debates e palestras e 113 palestrantes*

A Conseguo 2021 foi marcada por recordes e números superlativos. Para começar, em plena pandemia, foram efetuadas seis mil inscrições, 650% ou mais de sete vezes o total registrado na edição anterior da Conferência, realizada em 2019, o que sinaliza o sucesso do inédito formato online. E esse número, já significativo, mais que dobrou no decorrer do evento, quando houve 14 mil acessos às atividades, nos cinco dias da Conferência. A edição 2021 teve 113 palestrantes, contra 66, em 2019.

Nunca antes na história do mercado de seguros foram quebrados tanto recordes como, por exemplo, o fato de alguns painéis terem sido acompanhados por mil participantes simultaneamente. A ampla programação também impressionou pelo ineditismo: no total, foram 40 horas de debates e palestras, 2,5 vezes a mais que a da Conseguo 2019.

E mais: dos seis mil inscritos, três mil participaram ativamente, assistindo e interagindo sobre os temas dos painéis, cujo conteúdo, inclusive, seguirá disponível no canal do YouTube da CNseg.

Outro dado relevante foi que 82% dos acessos ao evento foram realizados em *desktop* e apenas 18% em *mobile*, indicando que as palestras foram, na imensa maioria dos casos, acompanhadas em um espaço fixo e não por acessos em trânsito.

Já a Jornada do Conhecimento, criativo espaço de troca de experiências inaugurado nesta edição da Conseguo, teve mais de 400 inscritos. Outros 229 participantes discutiram o “Futuro do Trabalho” no Café Mundial e Aquário, enquanto as atividades de Yoga atraíram 732 pessoas, e 1,5 mil inscritos assistiram ao Quiz.

A diversidade dos assuntos e dos perfis dos palestrantes convidados e a forma como os diferentes temas abordados – tanto os eco-

nômicos, quanto os sociais ou diretamente ligados a questões do mercado – também ficam registrados como um marco no relacionamento da indústria do seguro com a sociedade em geral.

“Dessa forma, o setor de seguros consolidou na Conferência um posicionamento mais aberto, reflexivo, participativo e sinérgico. Está pronto e a postos para apresentar soluções construtivas, propositivas e viáveis”, definiu o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, no encerramento do evento.

ECONOMIA GLOBAL

A avaliação predominante foi a de que o mercado de seguros figura entre os setores mais sensíveis aos atributos da produção, emprego e da renda, principalmente porque as pessoas, em geral, tendem a optar pela proteção securitária apenas após suprirem suas necessidades mais básicas.



Nos debates, prevaleceu ainda a projeção de que, este ano, o Brasil será impactado pelo baixo índice de crescimento da economia global.

Houve tempo também para alertas sobre a importância de as políticas públicas priorizarem as questões demográficas e as mudanças climáticas, que vão mover a economia brasileira e a mundial nos próximos anos.

Esse cenário preocupante tem como pano de fundo a imperiosa necessidade de fortes investimentos em infraestrutura, segmento estratégico para o Brasil e que engloba grandes cifras, exigindo a participação dos seguros para mitigar riscos.

Para tanto, será preciso superar os desafios e ampliar as oportunidades nessa área, o que exige do mercado segurador, das agências reguladoras, dos governos e dos especialistas a adoção de práticas e normativos atualizados, que, sobretudo, viabilizem a conclusão do negócio sem longas disputas judiciais.

DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO

O foco no novo consumidor de seguros foi enfatizado nos painéis que debateram, entre outros aspectos, os desafios da comunicação em uma sociedade em transformação.

Foi unânime a percepção de que a adoção de processos digitais pelas seguradoras foi acelerada com a pandemia. Contudo, palestrantes e debatedores apontaram que as novas demandas dos consumidores exigem constante inovação, simplificação e agilidade.

Assim, foi sugerido que o mercado se adapte a um cenário em que é indispensável contar com ferramentas digitais para o relacionamento com os clientes que desejam contratar um seguro com a mesma facilidade com que compram uma televisão.

Nesse aspecto, as mudanças na regulação e seus possíveis desdobramentos também mereceram uma atenção especial na Con-

“O setor consolidou na Conferência um posicionamento mais aberto, reflexivo, participativo e sinérgico. Está pronto e a postos para apresentar soluções construtivas, propositivas e viáveis.”

Marcio Coriolano, CNseg

seguro 2021. Concluiu-se que a nova norma de governança publicada em julho deste ano, pelo CNSP, ajudará a desenvolver o mercado, pois flexibiliza as regras de forma que as empresas possam trabalhar melhor, com mais eficiência, mantendo a solidez e a estabilidade dos negócios

O novo marco regulatório traz ainda uma nova dinâmica do resseguro e novidades em relação ao nível de liquidez e apuração da solvência das empresas do setor, estimulando a competitividade, eliminando custos regulatórios desnecessários.

A LGPD também foi destacada, em razão de sua amplíssima incidência nos setores de seguros, previdência complementar e de saúde suplementar, que trabalham com dados como insumos e necessitam ter um cuidado especial quanto à disciplina de proteção das informações dos clientes.

Essa preocupação ganha ênfase ainda maior diante do aumento expressivo dos ataques cibernéticos. As primeiras respostas vieram com a Circular 638/21, da Susep, dispondo sobre requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas

seguradoras e os novos produtos adaptados a essa nova realidade.

QUESTÕES ASG

A Conferência também debateu aspectos relacionados à ASG, destacando-se que a pandemia disparou o alerta de urgência para os compromissos socioambientais e de governança por parte das empresas, questão que impacta diretamente o setor de seguros, seja nos riscos cobertos, seja na gestão das provisões técnicas.



OS RUMOS DO MERCADO, NA VISÃO DOS PRESIDENTES DAS FEDERAÇÕES

O Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), João Alceu Amoroso Lima, apresentou dados sobre a atuação do segmento no tratamento da Covid-19. De março de 2020 a junho deste ano, foram 295 mil internações, a um custo de R\$ 12 bilhões. O valor gasto com as internações em UTI chegou a R\$ 9 bilhões.

A importância de estimular o brasileiro a poupar foi destaque na fala de Marcelo Farinha, Presidente da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), que lembrou a importância da formação de reservas para realização de sonhos e projetos.

Já Antonio Trindade, Presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), destacou a importância da flexibilização regulatória, por trazer medidas facilitadoras do dia a dia das seguradoras, abrindo a possibilidade de criação de novos produtos.

Por sua vez, Jorge Nasser, Presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), falou sobre a eficácia das seguradoras, ao longo da pandemia, diante das novas demandas da sociedade. Segundo ele, até julho, as indenizações decorrentes de mortes por Covid-19 chegaram a R\$ 4,6 bilhões.

Foi lembrado que o setor depende, crucialmente, de questões ambientais, sociais e de governança, visto que a matéria-prima do seguro é o risco. Além disso, os riscos ASC perpassam por todos os setores de atividade que demandam seguros.

Mas há também boas notícias. Há uma grande oportunidade para a indústria do seguro se abrindo com a transição para uma economia de baixo carbono. O mercado também é apontado como uma liderança em sustentabilidade. Assim, a constatação é a de que as questões socio-

ambientais e corporativas podem ser vistas como riscos, mas também devem ser consideradas oportunidades de negócio e diferencial competitivo.

RESILIÊNCIA

O comportamento resiliente do mercado segurador diante dos momentos de crise também marcou as análises de especialistas. O professor de economia e Decano do Centro de Ciências Sociais da PUC-RJ, Luiz Roberto Cunha, destacou que a variação da arrecada-

ção do setor foi sempre superior à do PIB entre 2007 e 2020, com exceção de alguns momentos mais agudos, como em 2009, após a grave crise das *subprimes* americanas; e em 2018, quando a economia brasileira ia mal.

Entre as razões para isso, o economista mencionou a incorporação constante de inovação pelas seguradoras, o aumento da produtividade e o incremento na oferta de produtos que atendam à busca por segurança e minimização do risco.

CONSEGURO 2021 ON-LINE CHEGA AO FIM COM GRANDES NÚMEROS:

6 mil inscritos na plataforma. Desses, 3 mil ativos, assistindo e interagindo sobre os temas das palestras. O conteúdo seguirá disponível no canal do YouTube da CNseg;

82% dos acessos em desktop e 18% em mobile, reflexo do home office e mostram que as palestras foram acompanhadas em um espaço fixo e não em acesso em trânsito;

1 mil participantes simultâneos, em alguns dos painéis;

229 participantes no Café Mundial e Aquário, espaço para discussão do Futuro do Trabalho;



Mais de 400 inscritos na Jornada do Conhecimento, espaço de troca de experiências criado nesta Conseguro on-line. Temas abertos até o dia 22 de outubro;



Mais de 14 mil acessos às atividades.



732 participantes das atividades de Yoga;



1,5 mil inscritos assistiram ao Quiz.

Conseguro
2021
2019

● **FORMATO:**
online/presencial

● **INSCRITOS:**
6 mil / 800

● **DURAÇÃO:**
5 dias / 2 dias

● **PALESTRANTES:**
113 / 66

● **TOTAL DE HORAS:**
40h / 16h

PAINEL: PERCEPÇÕES DO BRASIL DE HOJE

A RESILIÊNCIA DOS SEGUROS DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES CONTÍNUAS

Painel conclui que o setor responde assertivamente aos mais variados desafios das últimas décadas e está apto a suportar mudanças de toda natureza.

A marcha da expansão do setor segurador – em um terreno de profundas transformações econômicas, sociais e tecnológicas em curso – foi revisitada por suas principais lideranças e por autoridades do Governo no painel de abertura da Conseguo 2021, o maior evento do mercado segurador brasileiro. Prevaleceu o consenso de que o seguro responde assertivamente aos mais variados desafios ocorridos nas últimas décadas e está apto a suportar mudanças de toda natureza. O desafio mais recente, imposto pela pandemia de Covid-19, foi uma prova de fogo para ratificar a resiliência e a relevância do setor na vida da pessoas e empresas.

“O Brasil atravessou momentos transformadores nas duas últimas décadas: nova ordem mundial, crises econômicas e um ciclo de multiplicação das mídias sociais, até chegar à emergência e à superação da

● ● ●
“O Brasil atravessou momentos transformadores nas duas últimas décadas: nova ordem mundial, crises econômicas e um ciclo de multiplicação das mídias sociais.”

Marcio Coriolano, CNseg

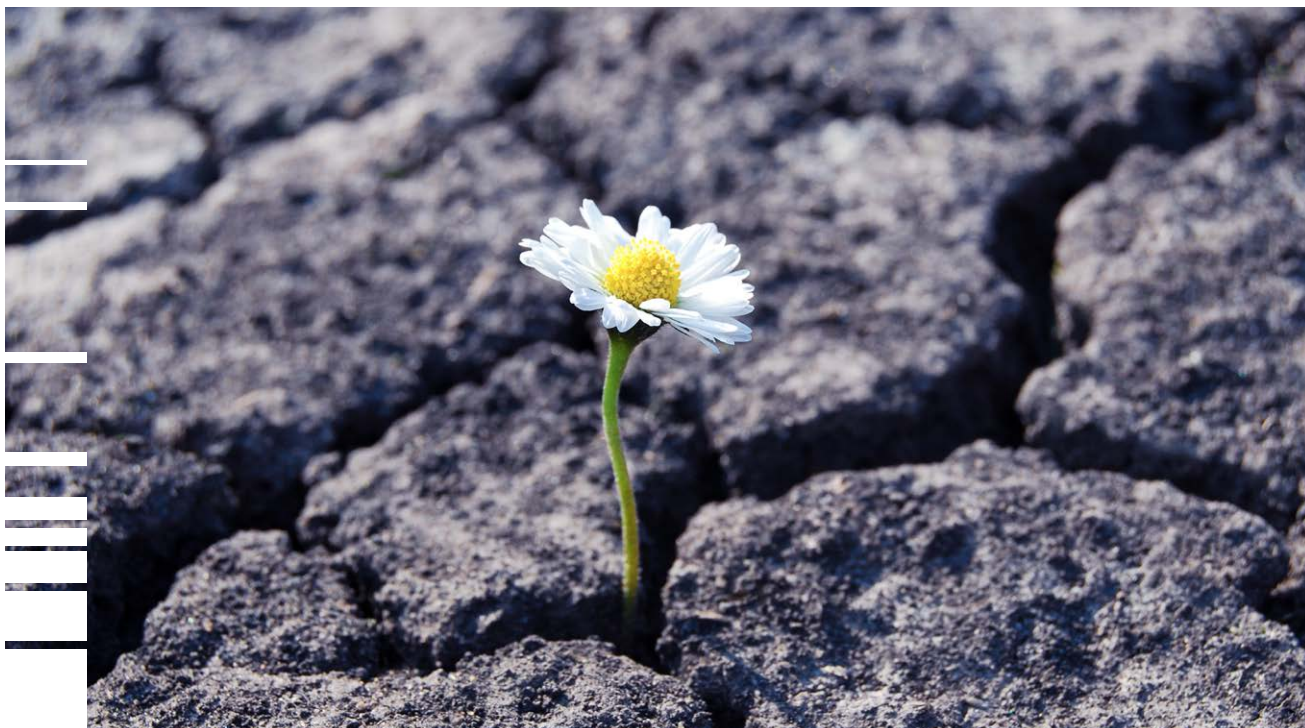
crise sanitária”, ressaltou o presidente da CNseg, Marcio Coriolano.

Para Coriolano, os números do mercado evidenciam não só o crescimento das receitas e a abrangência dos seguros no campo da proteção, como também o desenvolvimento de tecnologias, de processos inovadores e da competitividade no setor.

● ● ● DESEMPENHO DOS SEGMENTOS

Vale destacar, no entanto, que a resiliência, as despesas e a capacidade de recuperação têm sido, naturalmente, heterogêneas entre os quatro segmentos de negócios do setor segurador desde a eclosão da pandemia.

No ramo de Danos e Responsabilidade, o Presidente da FenSeg, Antonio Trindade, constatou um ritmo de aceleração neste ano, referendado pelo crescimento de 15%



em comparação a 2020. A receita ultrapassou R\$ 42 bilhões no primeiro semestre, reflexo da guinada digital e dos ajustes no marco regulatório.

“Em tempos de desafios imensos no Brasil, o seguro de Danos e Responsabilidades é o parceiro certo para concretizar a agenda econômica e social do Brasil, ao proteger a população de riscos e desonerar o orçamento do Estado”, finalizou.

Os Títulos de Capitalização continuam sua história de sucesso e de superação no País, avaliou o Presidente da FenaCap, Marcelo Farinha, ressaltando que o momento inspira cuidados. “Retração econômica, desemprego, contração de renda e inflação alta produzem enormes desafios para o desenvolvimento dos negócios. Mesmo assim, a Capitalização demonstrou vitalidade e cresceu 8,4% no primeiro semestre do ano”, resumiu.

No quesito despesas, por exemplo, os desafios são mais proeminentes em Saúde Suplementar e em Previdência e Vida. No primeiro, porque a inflação médica dá saltos, e a frequência de uso dos planos é crescente; no caso de Vida, justamente por assumir coberturas extraordinárias e fora do escopo da proteção em condições normais de mercado; e, nos planos de acumulação, pela devolução de reservas por óbitos de participantes ou resgates realizados no período de pandemia.

“As indenizações extraordinárias pagas por vítimas fatais de Covid-19 no ramo Vida totalizaram até o terceiro trimestre do ano R\$ 4,6 bilhões”, assinalou Jorge Nasser, Presidente da FenaPrevi.

Na Saúde Suplementar, a recuperação no número de beneficiários ocorre em um cenário de convivência com três grandes choques relevantes e simultâneos neste ano, segundo o Presidente da FenaSaúde, João Alceu.



“O setor é moderno, ágil e cumpre muito bem o seu papel, mas precisa ser adequadamente ouvido, entendido e compreendido.”

Armando Vergílio, Fenacor





Um é o atendimento dos casos da Covid-19, com demanda crescente gerada pela segunda onda da pandemia, que coincidiu com o avanço dos procedimentos eletivos. Repre-sados apenas no segundo trimestre de 2020, esses procedimentos vêm aumentando desde o segundo semestre do ano passado.

“Houve ainda o choque de oferta de insu-mos e medicamentos e o risco de a atualiza-ção do marco regulatório no Congresso ser desviada do curso e onerar as despesas das operadoras, em vez de reduzir, com impacto nos valores dos planos”, avaliou.



DIÁLOGO CONSTRUTIVO

Para o Presidente da Fenacor, Armando Vergílio, o setor é moderno, ágil e cumpre muito bem o seu papel, mas precisa ser ade-

quadamente ouvido, entendido e compreendido, para continuar a crescer e, de fato, ajudar a sociedade brasileira.

“Precisamos manter um diálogo construtivo, especialmente nós, corretores de seguros, para que tenhamos nosso papel e nossa relevância reconhecidos pela sociedade”, assinalou. Vergílio ainda chamou atenção para a extraordinária resiliência demonstrada pelo mercado de seguros, durante o período mais agudo da pandemia e, já na fase de recuperação, exibir taxas de crescimento muito acima das demais atividades econômicas.

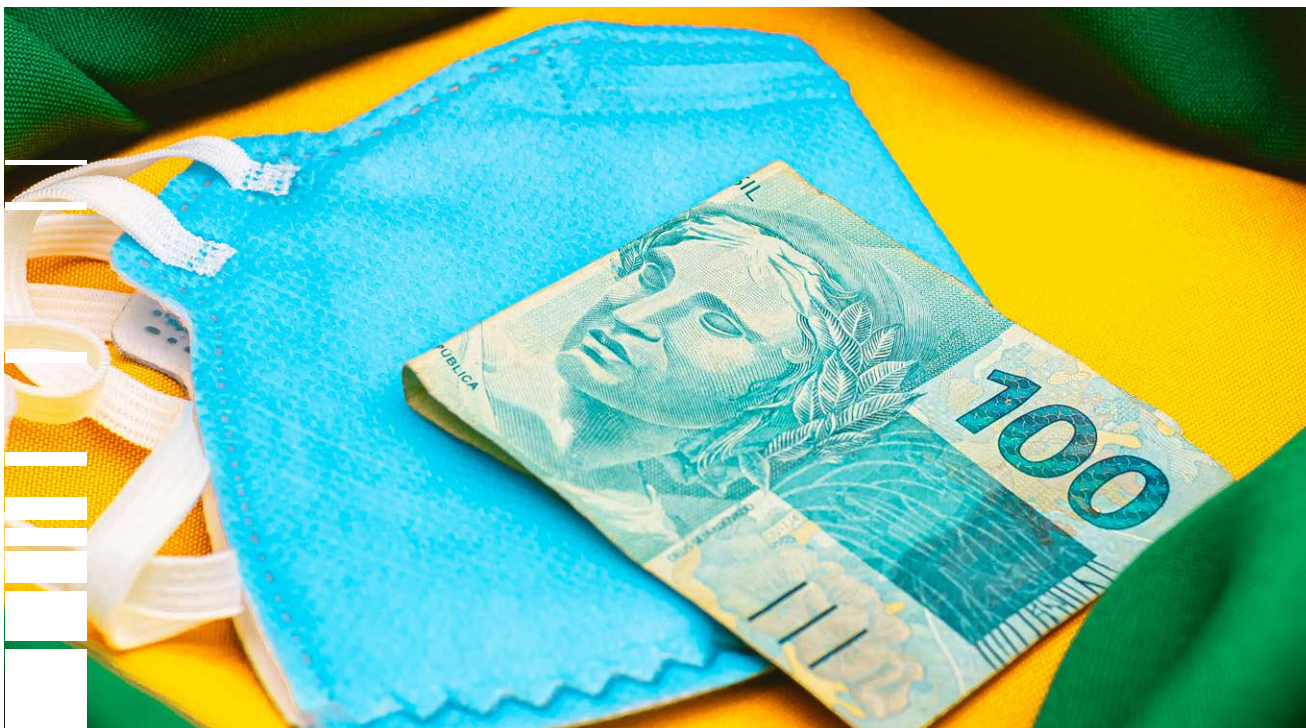
O Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, destacou o avanço de parte da agenda liberal, que ampliou a resiliência econômica durante a pandemia. “As medidas de política econômica adotadas no ano passado



“As medidas de política econômica adotadas no ano passado para socorrer pessoas e empresas beneficiaram a retomada em forma de V de algumas atividades.”

Adolfo Sachsida, Ministério da Economia





para socorrer pessoas e empresas beneficiaram a retomada em forma de V de algumas atividades”, pontuou.

A Superintendente da Susep, Solange Vieira ressaltou algumas colaborações importantes para o crescimento continuado da atividade: “regras mais flexíveis de oferta de produtos, uso de tecnologias, redução dos obstáculos à entrada de novos players e protagonismo dos corretores.”

No caso da Saúde Suplementar, o Diretor-Presidente da ANS, Paulo Roberto Rebello, reconheceu que a pandemia teve consequências econômicas e sociais significativas no setor, cujos desdobramentos futuros são incertos. Aliado a isso, há os desafios estruturais, agravados pelo processo de envelhecimento da população e pela transição demográfica e epidemiológica.

● ● ●
“Regras mais flexíveis de oferta de produtos, uso de tecnologias, redução dos obstáculos à entrada de novos players e protagonismo dos corretores são contribuições para crescimento continuado.”

Solange Vieira, Susep

● ● ●
“A pandemia teve consequências econômicas e sociais significativas no setor, cujos desdobramentos futuros são incertos.”

Paulo Roberto Rebello, ANS



PAINEL: TRÊS VISÕES PARA O BRASIL DO AMANHÃ

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL DO AMANHÃ

Economistas debatem saídas para a armadilha do baixo crescimento e sugerem investimentos em infraestrutura e meio ambiente

Três atributos do crescimento do mercado segurador – produção, renda e emprego em alta – parecem não dispor de um cenário muito amigável para o próximo ano. Além do baixo crescimento do PIB projetado – teto de 1,5% para baixo, sem descartar o risco de estagnação –, a inflação, juros e câmbio podem potencializar danos ao poder de compra, no nível de endividamento e na desaceleração das atividades.

À complexa equação, soma-se o ritmo de evolução da economia mundial menor do que o projetado inicialmente, sobretudo, o dos Estados Unidos e da China, com impactos diretos no PIB nacional.

Os eternos problemas estruturais brasileiros, de baixa produtividade, economia fechada, estrutura tributária perversa, baixo grau de efetividade dos gastos públicos e desigualda-

de da renda, continuam a frear o potencial do desenvolvimento do País.

Há luz no fim do túnel no curto prazo, porém, com destaque para oportunidades nas áreas de infraestrutura e de meio ambiente. Os complexos desafios brasileiros foram discutidos no painel “Três visões para o Brasil do amanhã”, da Conseguro 2021.

Moderador do painel, o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, afirmou que o setor de seguros necessita de um cenário macroeconômico de queda da inflação, o que traria fôlego e renda para os consumidores, e de taxa de juros baixa, que estimula a tomada de empréstimos.

“O mercado de seguros é muito sensível aos atributos da produção, emprego e da renda. Os agentes econômicos, em cada elo da cadeia produtiva, são seus clientes: pessoas, famílias e empresas. Nas crises, as pessoas

“*Nas crises, as pessoas vão primeiro suprir suas necessidades básicas para depois optar por um seguro. E o País tem 73% de pessoas com rendimentos abaixo de dois salários-mínimos.*”

Marcio Coriolano, CNseg



vão primeiro suprir suas necessidades básicas para depois optar por um seguro. E o País tem 73% de pessoas com rendimentos abaixo de dois salários-mínimos”, enfatizou Coriolano.

CRISE DE 2008

Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcio Holland, assinalou que a economia global ainda sente uma ressaca da crise de 2008, a bolha imobiliária nos Estados Unidos, agravada com a pandemia. Até então, a taxa de crescimento mundial atingia 4,5%, com controle sobre a inflação e juros. A partir de 2008, o quadro mudou.

“Houve uma mudança muito forte dos bancos centrais, com taxas negativas de juros e políticas não convencionais para mitigar os efeitos das crises. Isso gerou um crescimento médio

de 1,5% da economia mundial que vemos hoje. O Brasil pode até conseguir crescer novamente, mas o cenário não é fácil”, afirmou.

A seu ver, as questões demográficas e as mudanças climáticas vão mover a economia brasileira e a mundial e precisarão ser prioritárias dentro da política pública, para garantir um crescimento perene ao País.

“Um grande desafio é a mudança demográfica, que não é mais hipótese e, sim, realidade. Sairemos de 22 milhões para 58 milhões de aposentados em 2060. Isso exige mudanças em gastos com educação e com aposentadoria”, enfatizou.

Disse ainda que país algum pode ser bem-sucedido com uma desigualdade tão persistente como a do Brasil. “Precisamos ficar atentos à promoção da igualdade social, em todos os quesitos: gênero, racial, social e de oportunidades”.

“Um grande desafio é a mudança demográfica. Sairemos de 22 milhões para 58 milhões de aposentados em 2060. Isso exige mudanças em gastos com educação e com aposentadoria.”

Marcio Holland, FGV

“Como 2022 será ano eleitoral, existe a possibilidade de expansão de gastos e de investimento, o que seria um contraponto no ano que vem, embora seja algo de curto prazo.”

Carlos Kawall, ASA Investments



Em relação às questões climáticas, o professor da FGV afirma que o Brasil já deveria ter priorizado o tema, pois ele afeta a economia como um todo. “A crise hídrica é um exemplo e tem sido a vilã da alta da inflação, que já está sendo projetada em dois dígitos. Mas ainda temos grandes oportunidades de investimentos que afloram das nossas contradições e dificuldades”, conclui.

PONTO DE ATENÇÃO

A curto prazo, o cenário não é animador. Para Carlos Kawall, Diretor do ASA Investments, a economia mundial deve crescer menos em 2022, o que influenciará a economia brasileira. As previsões são de crescimento em torno de 1,5%, com algumas projeções de 0,5%, não podendo ser descartada a hipótese de zero.

“Como 2022 será ano eleitoral, existe a possibilidade de expansão de gastos e de investimento, o que seria um contraponto no ano que vem, embora seja algo de curto prazo”, disse.

Segundo ele, o Brasil dependerá da economia mundial, que mostra um certo arrefecimento nos EUA. O ponto de atenção é a China, afirma, que quer crescer com

mais qualidade e coibir excesso de crédito – o país gigante está de olho na especulação imobiliária.

“É um ingrediente novo no contexto da economia global. Para nós, que temos uma dependência grande da China, é importante levar isso em consideração”, alerta.

O economista Marcos Lisboa, Presidente do Inspier, afirma que o Brasil, a rigor, apresenta crescimento pífio há mais de 40 anos, o que é influenciado pela baixa produtividade. Segundo ele, o País tem questões estruturais mais profundas do que as taxas de juros e câmbio.

“É uma ilusão achar que, para crescer, basta investir. O resultado do investimento depende de vários fatores”, pontua.

Lisboa acrescenta que os problemas estruturais do País vão muito além da macroeconomia. A estrutura tributária distorce os investimentos, o consumo e a renda. Além disso, a economia brasileira é fechada e, assim, não se beneficia dos ganhos de produtividade de outros países. O Brasil também se destaca pelo baixo grau de efetividade do gasto público.

“Vamos fazer as reformas estruturais como devem ser feitas ou vamos ficar cada vez mais pobres? Esta é uma questão que a sociedade brasileira terá de endereçar”, finaliza ele.

“Vamos fazer as reformas estruturais como de fato devem ser feitas ou vamos ficar cada vez mais pobres? Esta é uma questão que a sociedade brasileira terá de endereçar.”

Marcos Lisboa, Inspier

PAINEL: O NOVO CONSUMIDOR DE SEGUROS – PERCEPÇÕES E TENDÊNCIAS

NOVAS DEMANDAS DO CONSUMIDOR E FORMAS DE ATENDÊ-LAS PONTUARAM O DEBATE

Mercado passou por intensa transformação nos últimos anos e teve o processo de digitalização acelerado pela pandemia

O que o novo consumidor espera do mercado segurador e como as empresas devem se preparar para atender a essas demandas? Esse foi o ponto central do painel “O novo consumidor de seguros – Percepções e tendências”, que marcou os trabalhos no primeiro dia da Conseguo 2021.

Segundo o Presidente da Comissão de Inteligência de Mercado da CNseg e Superintendente de BI Corporativo da Liberty Seguros, Gilberto Garcia, a pandemia da Covid-19 acelerou a adoção de processos digitais pelas seguradoras brasileiras, que souberam entender e atender às necessidades do consumidor em termos de produtos e inovação.

“A pandemia também reforçou as novas demandas por parte dos consumidores, exigindo ainda mais inovação, simplificação e agilidade”, ressaltou o executivo.

Esse cenário de intensa transformação do mercado segurador nos últimos anos também foi sinalizado pelos dados apresentados por Karina Maia Machado, especialista de Inteligência e Pesquisa de Mercado da Prudential e membro da Comissão de Inteligência de Mercado da CNseg (CIM).

Desde que a Comissão foi criada, em 2017, Grupos de Trabalhos (GTs) foram montados para entender o novo contexto do mercado segurador e também apontar desafios e tendências. No GT Experiência do Cliente, a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento foi destaque.

Os estudos mostraram que metade dos consumidores de seguro (50%) compra com mais frequência após passar por uma experiência positiva. E mais: são necessárias 12 experiências positivas para compensar uma negativa.

- Além disso, 96% dos clientes insatisfeitos não



“A pandemia também reforçou as novas demandas por parte dos consumidores, exigindo ainda mais inovação, simplificação e agilidade.”

Gilberto Garcia, CNseg



reclamam, mas 91% deles vão embora e não voltam mais a consumir.

Em 2018, outro Grupo de Trabalho focou a digitalização dos processos das seguradoras. Naquele ano, 79% das seguradoras tinham processos digitais relacionados a sinistros, reembolso, sorteio e benefícios; 72% à cobrança, 61% a cancelamentos e 61% à aquisição/contratação. Os percentuais caíram quando os temas foram renovação/manutenção (33%), cancelamento (32%) e subscrição (28%).

“O processo de digitalização já vinha ocorrendo nas companhias, mas foi muito acelerado, em razão do novo modo de viver imposto pela pandemia da Covid-19”, comentou Karina, citando dados do GT Covid 2020, que apontou as ações implantadas para atendimento ao cliente, como processos de sinistro digitalizados (49%), reembolso 100% digital (40%), serviços assistenciais 24 horas (79%), vistoria prévia/inspeção de risco virtual (44%) e avaliação prévia digital de saúde para seguros de vida (73%).

Outras informações valiosas sobre o comportamento do cliente de seguro foram apresentadas por Nayara Alonso, Gerente de Inteligência de Mercado da UOTZ. Em uma das pesquisas, focada no público que decidiu não renovar e deixar de ter um seguro, quatro em cada dez pessoas alegaram o fator preço. Os outros seis não renovaram para mudar de seguradora, devido à qualidade do serviço e do atendimento que receberam.

Para a especialista, haverá cada vez mais pressão por novos produtos que acompanhem as mudanças na sociedade, como eletrodomésticos conectados que possam sinalizar vazamento de gás ou riscos de incêndios, e carros autônomos que reduzirão o risco de acidentes.

“Os produtos de seguro precisam acompanhar essas mudanças que virão em breve. Muita coisa vai mudar, e as seguradoras precisam acompanhar essa revolução que terá impacto direto no preço do seguro”, afirmou.



“O processo de digitalização já vinha ocorrendo nas companhias, mas foi acelerado pelo modo de viver imposto pela pandemia da Covid-19.”

Karina Machado, CNseg

“Será cada vez mais importante o setor pensar em plataformas para distribuir produtos e também difundir, de forma clara, a cultura do seguro.”

Gutemberg Alvez, MDS Corretora

Representando os corretores de seguros no painel, o Diretor de Business Intelligence da MDS Corretora de Seguros, Gutemberg Alves de Souza, afirmou que a transição para o atendimento virtual trouxe um receio inicial de que o relacionamento com o cliente ficaria deteriorado. “Mas a adaptação foi rápida e isso não ocorreu”, ressaltou Souza.

Ele acrescentou que a pandemia trouxe demandas novas, como os riscos cibernéticos,

que ganharam espaço, assim como os riscos de transporte; também chamou a atenção o aumento do *delivery*, que representa várias possibilidades para o desenvolvimento de produtos.

“Os desafios da digitalização agora são automação, treinamento, velocidade e os novos riscos que surgem. Será cada vez mais importante o setor pensar em plataformas para distribuir produtos e também difundir, de forma clara, a cultura do seguro”, destacou.

PAINEL: TECHQLIBRIUM - COMBINANDO DIGITAL E HUMANIZADO

FERRAMENTAS DIGITAIS NÃO SUBSTITUEM O ATENDIMENTO HUMANO

*Para prestar um serviço de excelência ao cliente, empresas devem
mesclar o uso da tecnologia com um toque humano.*

Vivemos a era da hiper-relevância. Os consumidores têm alta expectativa em relação aos produtos e serviços, e as empresas, uma série de ferramentas digitais para o relacionamento com os clientes. Eles querem comprar um seguro com a mesma facilidade com que compram uma televisão. A avaliação foi feita pelo sócio e Diretor-Executivo da consultoria Accenture, Hugo Assis, no painel “Techqlibrium - combinando digital e humanizado”, no quarto dia da Conseguro 2021.

Segundo ele, a entrada do consumo na fase de hiper-relevância foi acelerada pela pandemia, encontrando o mercado segurador preparado, por já contar com uma série de tecnologias digitais de atendimento. “O serviço de excelência deve contar com um toque humano, pois as ferramentas digitais, por si só, não conseguem gerar um atendimento memorável”, destacou.

O consultor listou, como alavancas necessárias, priorizar o “básico brilhante”; liberar todo o potencial da inteligência artificial; capacitar adequadamente a força de trabalho e construir um relacionamento de confiança com o cliente, por meio da personalização no atendimento.

Assis traçou um panorama da evolução da jornada do cliente desde a década de 1960, quando era muito ligada ao produto, evoluindo, nos anos 80, para a preocupação com a expansão dos canais de distribuição. Já nos anos 90, o foco no cliente ganhou protagonismo e, a partir de 2010, o importante passou a ser o entendimento da experiência do consumidor.

O consultor aconselhou as empresas a ter um plano de atendimento que una a capacidade humana com o ferramental digital, além de adaptar os principais conceitos e tendências ao modelo de negócio e orientar o atendimento ao valor percebido pelo cliente.

“O serviço de excelência deve contar com um toque humano, pois as ferramentas digitais, por si só, não conseguem gerar um atendimento memorável.”

Hugo Assis, Accenture

“É possível fazer uso da tecnologia, mas o fator humano ainda é fundamental para se obter um atendimento efetivo, eficaz e resolutivo já no primeiro contato.”

Silas Rivelle, CNseg



FATOR HUMANO

O Presidente da Comissão de Ouvidoria da CNseg e Gerente de Ouvidoria da Unimed Seguros Saúde, Silas Rivelle, afirmou: “É possível fazer uso da tecnologia, mas o fator humano ainda é fundamental para se obter um atendimento efetivo, eficaz e resolutivo já no primeiro contato”. Para isso, os atendentes precisam ser bem capacitados, inclusive para operar as ferramentas digitais e extrair delas o melhor.

Já o Vice-Presidente da Abrarec, Vitor Andrade, lembrou que a regulação do setor impõe algumas regras para o atendimento aos clientes, gerando outros desafios. “As empresas devem compreender que, dependendo do momento, o cliente pode preferir um ou outro canal de atendimento. As seguradoras devem saber identificar isso.

Andrade também lembrou que muitas das expectativas dos consumidores em relação às seguradoras são geradas no momento da contratação do seguro, com base nas informações disponibilizadas. Para ele, a tecnologia pode ajudar nesse processo de compreensão das regras do seguro, por meio de pequenas interações que forneçam mais detalhes sobre os produtos e os canais de atendimento disponíveis.

A Ouvidora da Icatu Seguros, Maria Helena Darcy, disse que há grandes desafios em relação ao relacionamento com os clientes, pois, da mesma maneira que as centrais de atendimento foram, nos anos 90, uma resposta eficaz e eficiente ao Código de Defesa do Consumidor, para se estabelecer um relacionamento com os clientes, os canais atuais, diante do avanço da tecnologia, precisam ser requalificados.

“É preciso compreender que, dependendo do momento, o cliente pode preferir um ou outro canal de atendimento. As seguradoras devem saber identificar isso.”

Vitor Andrade, Abrarec



“Com a evolução da tecnologia, os serviços e produtos estão virando commodities e o diferencial deve vir por meio do atendimento.”

Andrea Vairo, Prudential



Maria Helena observou que é um grande desafio abordar, nesses canais digitais, as informações mais herméticas, como as condições gerais e os regulamentos do contrato de seguro – que nem sempre são bem compreendidos – de modo a permitir que as tomadas de decisões de consumo sejam mais adequadas. “Um resgate em previdência, por exemplo, pode ser feito por um processo digital, mas como a seguradora vai ter certeza se o cliente sabe qual será a alíquota de tributação?”, questionou.

Junto com as ferramentas digitais, disse ela, deverá surgir um novo perfil de atendimento humano, com consultores que garantam que o cliente tomará as decisões mais adequadas, estando de posse de todas as informações necessárias.

● ● ● ATENDIMENTO DIFERENCIADO

A Diretora de Operações da Prudential, Andrea Vairo, também é da opinião de que os clientes, atualmente, desejam, no atendimento, experiências que sejam transformadoras e que se adaptem às suas preferências. “Com a evolução da tecnologia, os serviços e produtos estão virando *commodities* e o diferencial deve vir por meio do atendimento”, disse.

Andrea Vairo afirmou ainda que a tecnologia também pode servir para munir melhor o atendente com informações a respeito do cliente e suas preferências, demandas e necessidades.

O painel foi moderado pela Presidente da Comissão de Relações de Consu-

mo da CNseg e Gerente de Ouvidoria e Atendimento ao Cliente da Tokio Marine Seguros, Maria Carolina de Oliveira, que reforçou a importância de preparar corretamente as equipes de venda para atuar aliadas às ferramentas digitais e com autonomia, de forma a realizar um bom atendimento aos consumidores.

Durante o painel, a Diretora-Executiva da CNseg, Solange Beatriz Mendes, lançou o “Relatório de Atividades das Ouvidorias do Setor de Seguros 2020”, que apresenta o diagnóstico das demandas dos consumidores de seguros nas ouvidorias e os principais indicadores sobre sua efetividade, com destaque especial para o índice de efetividade das ouvidorias diante das demandas que são levadas aos Procons, à Susep e ao Judiciário.

PAINEL: OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO

COMUNICAÇÃO GANHOU FORÇA COM A PROFUSÃO DAS REDES SOCIAIS

Para Washington Olivetto, a forma de se comunicar ganhou novos contornos, mas os sonhos e anseios das pessoas permanecem

Para abordar os desafios da comunicação em uma sociedade em transformação, a Conseguro 2021 reuniu o consagrado publicitário Washington Olivetto, a antropóloga Hilaine Yaccoub, especializada em Antropologia do Consumo, e o Presidente da Comissão de Comunicação e Marketing da CNSeg e Diretor de Marketing do Grupo Bradesco Seguros, Alexandre Nogueira. O painel, realizado no terceiro dia da Conferência, teve como mediador Antônio Penteadó Mendonça, sócio da Penteadó Mendonça e CharAdvocacia, também colunista do Estadão.

No painel, Washington Olivetto destacou que a melhor publicidade é aquela que parece não ter autor. “Velhinhas italianas conversando nas janelas em uma vila em São Paulo formam uma rede social. Da mesma forma, era costume voltar de viagem e reunir os amigos para comer *fondue* e mostrar as fotos, o que hoje acontece no Instagram. A projeção de imagens continua, os sonhos e anseios

não mudaram, mas a forma de comunicar ganhou novos contornos”, comentou.

Na avaliação de Olivetto, na pandemia dois pontos foram diferenciais em termos de comunicação: entender a necessidade das pessoas e informar. “As empresas que melhor se comportaram foram aquelas que se preocuparam mais com informação do que com as vendas. Naquele momento, informar era mais importante que persuadir”, frisou.

Segundo ele, na publicidade, a busca sempre foi por transformar o consumidor em mídia, gratuita e crível, e isso não é uma novidade em razão do ambiente online.

Para o publicitário, em comunicação, se não houver uma grande ideia, nada acontece. E ressaltou: “A principal mudança é que antes havia um monólogo, mas, com a digitalização, o diálogo prevalece; essa ideia tem a obrigação de ser grande e única em si, mas não basta ter o tema da mídia considerada prioritária. Ela deve ganhar as características de cada mídia, mesmo sendo a mesma ideia.”

“As empresas que melhor se comportaram (na pandemia) foram as que priorizaram mais a informação do que a vendas. Informar era mais importante que persuadir.”

Washington Olivetto, Publicitário



● ● ● CANAIS DE RECOMENDAÇÕES

Em sua participação no painel, Hilaine Yaccoub salientou que o consumo é um fato social. “Antes mesmo do nascimento e até a morte, o consumo está presente de forma prática, simbólica e emocional. E com a profusão das redes sociais, as comunidades digitais servem como canais de recomendações”, salientou.

De acordo com a antropóloga, “as pessoas olham para as marcas como se fossem pessoas, esperam posicionamentos, pedidos de desculpas se algo politicamente incorreto foi proferido, mesmo que não seja politicamente incorreto para boa parte da população”.

Segundo Hilaine, existe também a busca, a preocupação de o serviço ser idôneo ou o produto entregar o que promete. “Um consumidor, com um celular na mão, consegue fazer de forma simples uma boa recomendação para outros consumidores nas redes”, afirmou.

“Não adianta mais muito papo de vendedor. O *storytelling*, desde a jornada de compras, também está mudando. Mas também entendendo que influenciadores virando garotos-propaganda não são o caminho”, afirmou.

Na avaliação da antropóloga, na comunicação com o público é necessário levar em consideração, entre outros fatores, que 60% da população brasileira é “desbancarizada”, e que há um número expressivo de analfabetos funcionais.

● ● ● RELAÇÃO DE CONSUMO

No evento, a abordagem do tema para o universo do seguro foi conduzida por Alexandre Nogueira, ao contextualizar que o setor tem um desafio muito maior na comunicação, em razão de sua amplitude de sua atuação. “É uma quantidade grande de segmentos que abrange – como seguro de vida, saúde, previdência e capitalização –, e cada uma dessas modalidades tem as suas características e seus próprios desafios”, explicou.

● ● ●
“O consumo está presente de forma prática, simbólica e emocional. E com a profusão das redes sociais, a comunidade digital serve como canal de recomendação.”

Hilaine Yaccoub, Antropóloga





Ele comentou também que o seguro faz parte da vida das pessoas em diversos momentos. “Temos produtos e serviços para todo o espectro de atuação de vida das pessoas. A relação de consumo e a relação de proteção da cultura do seguro devem andar lado a lado”, observou.

O Presidente da Comissão de Comunicação e Marketing da CNseg reforçou, ainda, que outro desafio é o desconhecimento por parte da população sobre os benefícios do seguro.

Ele ressaltou, contudo, que o isolamento social ampliou a percepção de risco. “As pessoas refletiram sobre a proteção, estabilidade, continuidade e planejamento para o futuro”, observou Nogueira.

O mediador, Antonio Penteadó Mendonça, considerou o debate estratégico. “O tema é extremamente relevante porque traz o que está acontecendo no mundo em termos de comunicação e a profunda mudança ao longo dos anos”, avaliou.

“Temos produtos e serviços para todo o espectro de atuação de vida das pessoas. A relação de consumo e a relação de proteção da cultura do seguro devem andar lado a lado.”

Alexandre Nogueira, CNseg

“O tema é extremamente relevante porque traz o que está acontecendo no mundo em termos de comunicação e a profunda mudança ao longo dos anos.”

Antonio Penteado Mendonça,
Advogado

PAINEL: *OPEN INSURANCE* – DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA MARCHA DO *OPEN INSURANCE* NO PAÍS

Especialistas destacam pontos de atenção exigidos pelo modelo de dados abertos no mercado de seguros

O pioneirismo mundial do Brasil na implantação do *open insurance* exige cautela, eventuais pequenas paradas para correções de rumos, para que os objetivos do modelo de mercado de seguros aberto sejam alcançados, principalmente o de ampliar a incursão do seguro no País. Seguradores veem a iniciativa com bons olhos, mas o prazo célere de sua implantação preocupa, tendo em vista questões como governança, proteção de dados dos clientes, conectividade e entendimento do consumidor sobre as vantagens dessa inovação.

Moderador do painel, Alexandre Leal, Diretor-Executivo da CNseg, reconhece que a implementação do *open insurance* representa um grande desafio, demandando muitas discussões e discernimento, ainda que o modelo crie grandes oportunidades.

Outro tópico importante é a participação do corretor de seguros nesse processo, já que

sua *expertise* sobre as necessidades do consumidor não pode ser deixada de lado. É uma figura central na distribuição dos produtos, por atuar como conselheiro financeiro do cliente e ter habilidades para identificar oportunidades para o crescimento do mercado.

O Coordenador de Projetos do *Open Insurance* da Susep, Thiago Barata afirma que os dados compartilhados serão usados para desenvolver produtos e serviços inovadores para o consumidor de seguro e de previdência, além de integrá-lo ao *open banking*. Para ele, *open insurance* significa criar o ambiente para que consumidores e seguradoras acessem e compartilhem dados, de forma segura e conveniente.

“Trata-se de um processo inevitável. Acontece no mundo todo e em todos os segmentos da economia. Baseamo-nos em experiências de outros países, como Inglaterra, China, Estados Unidos e México. Temos trabalhado próximos ao Banco Central, buscando alinhamento com o *open banking*”.

“Trata-se de um processo inevitável. Acontece no mundo todo e em todos os segmentos da economia. Baseamo-nos em experiências de outros países e estamos trabalhando próximos ao Banco Central, para alinhar o *open banking*”.

Thiago Barata, Susep

“Em alguns anos, teremos um novo mercado, com o cliente no centro da estratégia de todos, o que muda a forma de distribuição, produtos e serviços e o entendimento do cliente.”

Chen Wei Chi, EY



INICIATIVA INOVADORA

Chefe de Departamento de Tecnologia da Informação da Susep, Leonardo Brasil classificou o *open insurance* como uma iniciativa inovadora, mas repleta de grandes desafios. Um é a conectividade, uma vez que existem hoje diferentes ambientes tecnológicos nas empresas.

“Como isso vai ser padronizado, para que as conexões sejam feitas de forma moderna, rápida e segura, certamente é um desafio, bem como construir as plataformas que criarão um ecossistema com outros *players*. Como fazer essa integração é um dos pontos que vão exigir mais atenção de todos”, avaliou.

Para ele, o *open banking* exige também altos padrões de segurança do sistema bancário, o que deverá ocorrer também no setor de seguros. Outro desafio é como mostrar ao consumidor as vantagens desse sistema. Nesse pon-

to, completa, o corretor será um importante aliado, que pode atuar de forma consultiva.

Para Chen Wei Chi, sócio de Transformação Digital e Inovação para Serviços Financeiros da EY, apesar do pioneirismo do *open insurance*, o fato de vir na sequência *open banking* significa que não precisamos “recriar a roda”. Para ele, como o *open banking* já está acontecendo, será possível usar essa experiência para evitar problemas no *open insurance*. “Em alguns anos, teremos um novo mercado, com o cliente no centro da estratégia de todos, o que muda a forma de distribuição, produtos e serviços e o entendimento do cliente”.

Para Danilo Silveira, Diretor da FenSeg, o atual cenário exige humildade de todos. “Precisamos ter a grandeza de corrigir equívocos rapidamente. Avançar e recuar de forma competente e rápida”, disse ele, que considera o cronograma muito apertado, mas as seguradoras terão que atentar



“Temos uma oportunidade fabulosa, um oceano azul, em que pessoas das classes C e D estão à margem do mercado segurador. O Brasil tem muito para crescer.”

Rodrigo Ventura,
88i Seguradora Digital

para diversos aspectos, como o da concorrência, por exemplo.

“Temos que pensar em servir os que já consomem seguros e também trazer novos consumidores para esse modelo de negócios, que não tem regras definitivas, para torná-lo mais adequado para todos os participantes dessa cadeia”, disse.

AMBIENTE NOVO

Presidente da Comissão de Produto por Sobrevivência da FenaPrevi, João Batista Mendes Angelo afirma que todos os principais atores desse mercado são importantes na construção da regulamentação. “Desejamos que toda essa inserção e criação de ambiente novo se faça somando atores e garantido a preservação daqueles que trouxeram as operações de seguros ao estágio que estão hoje”, assinalou.

Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho, Diretor da Capemisa Capitalização, vê o consumidor entre os desafios para o novo modelo, em razão de o Brasil ser um país tão diverso.

“Todos nós queremos a multiplicação do setor, mas temos outros desafios como colocar o produto na mão do consumidor. Temos condições de fazer um *benchmarking* com produtos e estrutura, mas não com o comportamento dos consumidores, que diferem de acordo com cada região do País”, disse.

Rodrigo Ventura, fundador e Presidente do Conselho da 88i Seguradora Digital, vislumbra um cenário de grande crescimento do setor de seguros nos próximos anos. “Temos uma oportunidade fabulosa, um oceano azul, em que pessoas das classes C e D estão à margem do mercado segurador. O Brasil tem muito para crescer.”

PAINEL: RESOLUÇÃO CNSP 416/2021: FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

NOVA NORMA DO CNSP É EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DO SETOR

A principal mudança prevê que as regras passem a ser vistas como princípios, baseadas no porte e no segmento de cada empresa.

A Resolução 416/21 do CNSP, publicada em julho, representa uma clara evolução do sistema de governança do setor, na avaliação do Presidente da Comissão de Governança e Compliance da CNseg, Eugênio Felipe, que abriu o painel “Resolução CNSP 416/2021: fortalecimento da estrutura de governança”, no terceiro dia da Conseguro. Ele apontou os destaques da norma, que dispõe sobre os sistemas de controles internos, as estruturas de gestão de riscos e a atividade de auditoria interna.

Especificamente em relação aos sistemas de controle, Eugênio Felipe disse que há uma clara evolução nessa área, desde a publicação da Circular 249/04 da Susep. “Ao longo desse tempo, as empresas foram amadurecendo seus sistemas de controles internos, a ponto de essa Resolução da

CNSP não ser mais tão traumática, pelo menos para a maioria das empresas”.

Ele explicou ainda que a nomeação do diretor responsável pelo controle interno, e todas as unidades de conformidade, de gestão de riscos e de auditoria interna, precisa ser aprovada pelo órgão de administração máximo da empresa e ser informada à Susep. Esse profissional deve ser estatutário e a estrutura de gestão de riscos, integrada ao sistema de controles internos. “Isso nos dá uma segurança maior e possibilita a execução do trabalho com muito mais independência”, afirmou.

Para Eugênio Felipe, o auditor hoje somente agrega valor se trabalhar baseado em riscos. “É preciso apresentar os riscos que estão em determinada atividade e contribuir para a melhoria de processos e de controles. A norma dá relevância à auditoria interna, importância essa que foi conquistada ao longo do tempo”.

“É preciso apresentar os riscos que estão em determinada atividade e contribuir para a melhoria de processos e de controles. A norma dá relevância à auditoria interna.”

Eugênio Felipe, CNseg

PRINCÍPIOS

No mesmo painel, a responsável pela Coordenação Geral de Supervisão Consolidada da Susep, Myrian Neves, falou sobre os objetivos das mudanças, principalmente, por se tratar de uma regulação que é baseada em princípios. “O objetivo dessa transformação é desenvolver o mercado, flexibilizar regras para dar mais eficiência às empresas, sempre com foco no consumidor, sem deixar de manter a solidez e a estabilidade delas”.

Por ser principiológica, o órgão regulador deixa de ditar as regras do que as empresas têm que fazer e passa a definir princípios para que elas mesmas adotem suas políticas e a forma de trabalhar. O que a nova norma exige é a criação de uma unidade de conformidade, para empresas classificadas pela Susep nos segmentos S1 e S2, e, para as que se enquadram no S3, essa unidade pode acumular a gestão de risco e, ainda, ser terceirizada.

Para a gestão de riscos, disse Myrian Neves, os requisitos estão mais objetivos e a sua aplicação é muito similar à unidade de conformidade: para as empresas classificadas pela Susep nos segmentos S1 e S2, é exigida a criação de uma unidade própria, e, para as que se enquadram no S3, essa unidade pode acumular a unidade de conformidade, podendo também ser terceirizada.

Quanto ao comitê de risco, que também foi criado pela norma, é exigido para o segmento S1. “Para o segmento S2, ele pode estar dentro de outro comitê, desde que esse comitê também tenha essas atribuições. Para os segmentos S3 e S4, embora não exista um comitê, as atividades que seriam exigidas, principalmente a de avaliar a efetividade da estrutura de gestão de risco, ficou a cargo do diretor de Controles Internos”, esclareceu.

Por sua vez, Glaucia Carvalho, Presidente da Comissão de Solvência da FenaSaúde, afirmou que o investimento para os requisitos obrigatórios, daqui a alguns anos, trará ganho para o valor das empresas.

Ela também comentou sobre as unidades segregadas, destacando que, quando se olha para a norma, a separação é obrigatória para as empresas classificadas como S1 pela Susep, que são as de grande porte. “Essas separações são proporcionais à exposição do risco, sendo esperado que essas unidades segregadas tragam recursos especializados, times focados em *compliance* e riscos, olhando

para todo esse sistema de controle, seja operacional, seja de qualquer outra categoria de risco, e esse investimento fica proporcional à estrutura de uma S1”, disse”.

Questionada pelo mediador se o aumento de exigências e governança pelo normativo poderia impactar o processo de inovação das empresas, Daniella Bertola, membro da Comissão de Gestão de Risco da CNseg, foi enfática: “Governança e inovação são temas recorrentes. Parece que criam conflitos, mas a normativa é de princípios. A gestão de risco e a inovação têm o propósito criar e proteger o valor da empresa”.

“O objetivo dessa transformação é desenvolver o mercado, flexibilizar regras, dar mais eficiência às empresas, com foco no consumidor, sem deixar de manter a solidez e a estabilidade.”

Myrian Neves, Susep

“Governança e inovação são temas recorrentes. Parece que criam conflitos, mas a normativa é de princípios. A gestão de riscos e a inovação têm o propósito de criar e proteger o valor da empresa.”

Daniella Bertola, CNseg

PAINEL: FLEXIBILIZAÇÃO DA NORMA DE INVESTIMENTOS

REGRAS DE INVESTIMENTO MAIS FLEXÍVEIS AMPLIAM EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE

Simplificação das regras observa a manutenção da solvência e reduz custos operacionais

As seguradoras têm mais de R\$ 1 trilhão em investimentos, acomodados basicamente em dois tipos de carteira: acumulação e riscos. A primeira representa 80% do montante dos ativos e tem a função de lastrear os depósitos em contratos de previdência PGBL e VGBL na fase de acumulação. Já a segunda visa lastrear as obrigações das seguradoras com base nos riscos assumidos.

Os dados, apresentados pelo sócio da EY Marcelo Lustosa, no painel sobre “Flexibilização da Norma de Investimentos”, constam de análise elaborada pela consultoria, com vistas à flexibilização das normas de investimento das seguradoras, EAPCs, empresas de capitalização e resseguradores locais, baseada em benchmark internacional.

Segundo o palestrante, é natural que a regulação se preocupe com a alocação desses investimentos para fornecer a se-

gurança aos compromissos assumidos perante os segurados. Entretanto, como a Resolução 4444/15, do Conselho Monetário Nacional (CMN), é prescritiva, acaba impactando os custos de operacionalização dos investimentos e tendo dificuldade para acompanhar a dinâmica evolução do mercado, razão pela qual a norma já passou por atualizações desde que foi publicada.

A pesquisa da EY para avaliar as regras de investimento de outros países buscou identificar se são baseadas em permissões e proibições, portanto, mais prescritivas ou atreladas a princípios. Como resultado, constatou-se que, à exceção do Chile, a maioria tem normas baseadas em princípios, tanto para as carteiras de acumulação, como para as de riscos. E mesmo os países que adotam limites para as regras de investimento, o fazem de uma forma mais simplificada do que no Brasil, com foco na carteira de riscos.

“Os principais benefícios esperados com a flexibilização são uma gestão de ativos e passivos mais eficiente, aumento da competitividade do setor e redução dos custos operacionais”

Marcelo Lustosa, EY

mais principiológicas, estimula a concorrência e reduz os custos operacionais, sem deixar de lado a manutenção da solvência.”

César Neves ressaltou que a Susep não tem competência para alterar a Resolução do CMN, podendo apenas sugerir alteração à Secretaria de Política Econômica. Admitiu, porém, que o regulador já tem um ambiente regulatório, e as seguradoras, um ambiente operacional, que viabiliza uma norma mais principiológica.

O presidente da Comissão de Investimentos da CNseg, Roberto Takatsu, acentuou que a grande dificuldade da norma prescritiva é conseguir atender às necessidades de investimento de diferentes seguradoras, com seus diferentes tipos de passivos, que refletem os produtos de cada uma delas.

Para ele, a preocupação da Susep com a solvência é fonte de aflição também dos acionistas das seguradoras, razão pela qual as áreas de gestão de riscos dessas empresas são altamente profissionalizadas.

Na busca por formas mais eficientes de alocação de investimentos, Roberto defende o aumento da possibilidade de aplicações no exterior, algo particularmente interessante em tempos de dólar alto e taxas de juros baixas no Brasil.

Por sua vez, o presidente da Comissão de Investimentos da FenaPrevi, Vinicius Cruz, observou que a própria Resolução CMN 4.444/15, em um cenário de juros baixos, já permitiu importante avanço do mercado em relação aos planos de acumulação, indo além dos investimentos em renda fixa e possibilitando um retorno satisfatório para os participantes.

“Com a revisão da norma, a expectativa é gerar o empoderamento do consumidor, permitindo que, por meio de uma boa assessoria, ele possa tomar melhores decisões em relação a seus produtos de acumulação.”



● ● ● ————
“A Susep entende que a simplificação das regras de investimento, menos prescritivas e mais principiológicas, estimula a concorrência e reduz custos operacionais, sem descuidar da manutenção da solvência.”

César Neves, Susep

● ● ● ————
“Com a revisão da norma, a expectativa é gerar o empoderamento do consumidor, permitindo que ele possa tomar as melhores decisões em relação a seus produtos de acumulação.”

Vinicius Cruz, FenaPrevi

PAINEL: GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ E QUALIDADE DE COBERTURA DO CMR

PACOTE NORMATIVO CRIA NOVAS REGRAS DE LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA

Mudanças objetivam estimular a competitividade, eliminando custos regulatórios desnecessários para gerar redução dos preços

Das resoluções do CNSP – 412/21 e 416/21 – e a Circular 634/21 da Susep, todas publicadas este ano, formam um pacote normativo que traz novidades em relação ao nível de liquidez e apuração da solvência das empresas do setor de seguros. O assunto foi tema do painel “Gestão do risco de liquidez e qualidade de cobertura do CMR”, no terceiro dia da Conseguo 2021.

Para o representante da Coordenação Geral de Regulação Prudencial da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Gabriel Caldas, essas mudanças estimulam a competitividade, eliminando custos regulatórios desnecessários, para gerar redução dos preços e permitir maior incursão dos seguros na vida da população.

O tratamento dado para o risco de liquidez, em sua versão anterior, buscava criar um colchão de ativos líquidos, adicional às provisões técnicas, de forma a minimizar a possibilidade de que as empresas não tives-

sem ativos financeiros elegíveis para cobrir suas provisões técnicas.

Para isso, ressaltou Caldas, há os ativos garantidores, que são um rol de ativos financeiros. “Nós criamos um *buffer* de liquidez, cuja base de cálculo é o capital de risco, e 20% desse capital teria que ser coberto com ativos líquidos dentro do rol dos ativos garantidores”, destacou Caldas.

Com essa revogação do *buffer* de liquidez, a gestão do risco passa para uma esfera não quantitativa, mas qualificativa, saindo do Pilar 1 para o Pilar 2 de Solvência II. “A política de gestão de risco terá estratégias e diretrizes para a empresa gerir seu risco de liquidez, de acordo com a avaliação dela mesma quanto à sua capacidade de pagamento, em condições normais ou estressadas”, explicou o técnico da Susep.

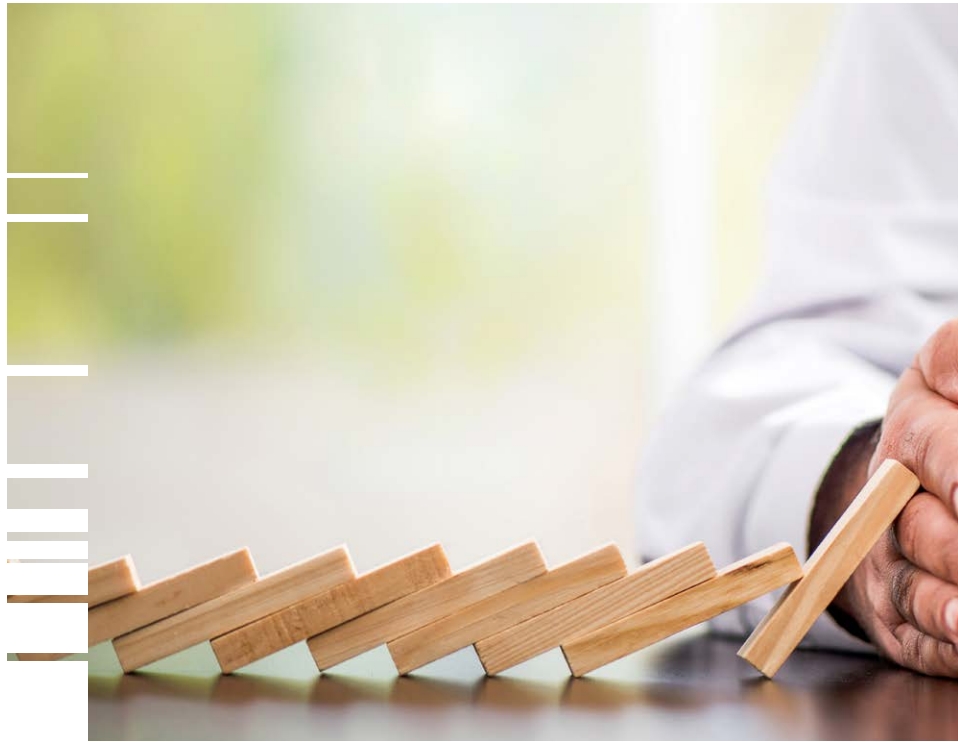
Essa mudança de paradigma do quantitativo para o qualitativo, apresentada pela Resolução 416/21, que define o que é risco de liquidez, determina que seja prevista, nas políticas das

“Nós criamos um *buffer* de liquidez, cuja base de cálculo é o capital de risco, e 20% desse capital teria que ser coberto com ativos líquidos dentro do rol dos ativos garantidores.”

Gabriel Caldas, Susep

“As alterações permitem às empresas que fazem uma gestão segura, com profundidade, ser mais livres para buscar rentabilidades maiores e obter diferenciais competitivos.”

Laurindo dos Anjos, CNseg



NA PRÁTICA

No mesmo painel, o Presidente da Comissão de Gestão de Risco da CNseg, Laurindo Lourenço dos Anjos, avaliou que a Resolução 416/21, por si só, traz alguns desafios, mas, para as empresas que têm uma gestão eficiente, o novo normativo possibilita diferenciais competitivos.

“A mudança de Pilar 1 para o Pilar 2, do quantitativo para o qualitativo, trouxe alguns desafios, afirma ele, mas foi recebida com bastante entusiasmo pelo mercado, pois isso tira aquelas amarras que potencialmente existiriam ao ter o buffer de liquidez de 20% como única regra possível.

“As alterações permitem às empresas que fazem uma gestão bastante segura, com profundidade, ser mais livres para buscar rentabilidades

empresas, a mitigação do efeito de oscilações, como o aumento nas solicitações de cancelamentos, resgate e portabilidade, aumento de sinistralidade e oscilações no fluxo de caixa.

“As empresas terão que olhar para si e estabelecer seu *buffer* de liquidez, se é necessário ou não. Isso incentivará uma política de gestão de risco e gestão de liquidez mais efetivas, além de melhoria do mercado nesse aspecto” defendeu Caldas.

Outra mudança foi a criação de um plano de insuficiência de cobertura. “Havendo uma insuficiência de cobertura por ativos garantidores de até 30%, a Susep estabelece um plano de recuperação e, se julgar necessário, uma fiscalização especial. Se isso se agravar com mais de 30% de insuficiência, a empresa está sujeita à direção fiscal e também à continuidade do plano de recuperação, afirmou.



“Identificamos uma oportunidade para continuar a ampliar a emissão de dívida subordinada por parte do mercado segurador, o que é atrativo para o mercado de investimentos no Brasil.”

Nelson Katz, BrasilPrev

maiores e, portanto, obter melhores resultados e diferenciais competitivos”, observou.

Já o Diretor de Planejamento e Controle da BrasilPrev, Nelson Katz, falou sobre a emissão de dívida subordinada por parte da companhia, iniciada neste ano e prevista pela Resolução 391/20, no ano passado. Segundo ele, houve dois objetivos: diversificar a fonte de capital e seu custo, pois era sabido que o custo da dívida subordinada seria menor do que o custo de capital próprio.

“Identificamos uma oportunidade para continuar a ampliar a emissão de dívida subordinada por parte do mercado segurador, o que é atrativo para o mercado de investimentos no Brasil”, afirmou Katz, acrescentando que, para a BrasilPrev, a demanda do mercado institucional foi superior à oferta colocada no mercado.

Moderador do painel, Marcos Spiguel, Presidente da Comissão Atuarial da CNseg, ressaltou que, há alguns anos, a margem de solvência era a maior entre 20% do total de prêmios emitidos dos últimos 12 meses, ou 33% da média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses. A regra tinha capacidade limitada para refletir o risco suportado nas operações.

“Era bem simples e, desde então, a gente vem avançando tanto em normativos de capitais, na categorização de riscos, começamos a falar de patrimônio líquido ajustado e agora estamos discutindo melhores práticas de gestão de risco de liquidez. Sem dúvida nenhuma, é uma constante evolução, a gente sempre percebe que tem algo para ajustar, mas quando olhamos para tudo o que foi feito nesse trabalho, sabemos que o mercado avançou bastante com a regulação”, avaliou.

PAINEL: SEGURANÇA CIBERNÉTICA

RISCOS CIBERNÉTICOS E O DESAFIO DE CRESCER SEM DESCUIDAR DA PROTEÇÃO

A rápida digitalização da economia por causa da pandemia teve como efeito colateral um aumento expressivo dos ataques.

O salto nos crimes cibernéticos, uma consequência direta do avanço digital da economia provocado pela pandemia, é o efeito colateral mais visível numa carteira de negócios das mais promissoras do mercado, mas sob risco de perdas elevadas causadas pelos ataques de hackers.

Duas preocupações saltam aos olhos nesse quadro de multiplicação de ransowares, invasões de computadores e sistemas para pedido de resgates. Uma é oferecer produtos que não tenham desequilíbrios entre receitas e despesas, em razão da frequente e cada vez mais severa sinistralidade. A outra é preservar os próprios dados dos clientes, matéria-prima das seguradoras, de ataques cibernéticos, já que o setor também se tornou alvo dos criminosos em todo o mundo.

A segurança cibernética assume cada vez importância. Tanto que a Susep, por meio da Circular 638, estabelece requisitos de prote-

ção que devem ser observados pelas sociedades seguradoras. “Há um mundo novo que vem com novos riscos. Os ataques cibernéticos não são uma ameaça, mas uma realidade. O regulador reage a esse novo cenário, tomando o cuidado de adotar, de forma segura, medidas que impulsionem a transformação e não a retarde, de forma segura”, ratifica Victor de Almeida França, Coordenador de Regulação de Riscos Ativos e Controle Internos da Susep, em sua participação em painel na Conseguo 2021 sobre segurança cibernética.

Ele diz que os ataques cibernéticos se intensificaram desde a pandemia e acrescenta que o setor de seguros é bastante visado, por ser intensivo em dados. Recorrendo a informações da Accenture, França recorda que o custo médio de cada ataque no setor de seguros chegou a US\$ 15 milhões no mundo em 2019.

No Brasil, o custo médio gira na faixa de US\$ 7 milhões anuais. Em relação às tentati-

“O regulador reage a esse novo cenário (de ataques cibernéticos), tomando o cuidado de adotar, de forma segura, medidas que impulsionem a transformação e não a retarde, de forma segura.”

Victor França, Susep



vas de ataque, foram registradas no Brasil 8,4 bilhões de tentativas no ano passado, contra 3,2 bilhões só no primeiro trimestre deste ano.

“Os números mostram que as coisas não estão melhorando e é preciso avançar na proteção das informações”, ressaltou França, preocupado com os *ransowares*, como os que tiraram do ar o STJ por 15 dias, e com a utilização de dados em nuvem, pelo risco de algum vazamento.

França destacou ainda alguns dos principais propósitos da Circular 638/21. A começar pelo entendimento de que a política de segurança cibernética é complementar à política de gestão de risco, visando também criar regras para terceirização de serviços de armazenamento de dados, definir a classificação de dados e situações de risco e dar diretrizes para a implementação de processos de segurança cibernética, entre outros.

“Um ponto importante é que as seguradoras, quando forem alvos de um ataque,

terão que compartilhar as informações a respeito do ocorrido, o que contribuirá para mitigar vulnerabilidades semelhantes que possam existir em outros *players*. Isso vai melhorar o risco sistêmico”, informou.

Sylvia Varoto, Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos da FenSeg, aprova a iniciativa da Susep. “É ótimo ter o órgão regulador ao nosso lado, preocupado com o risco cibernético, isso nos dá mais confiança no trabalho das seguradoras”, comentou a coordenadora do painel, acrescentando que o setor de seguros ficou muito mais exposto pela rápida digitalização dos processos ao longo da pandemia.

O modelo de compartilhamento das informações dos ataques feitos às seguradoras está em estudo em comissões temáticas da CNseg. O objetivo é que o compartilhamento seja técnico, mostrando qual o vetor de ataque, o método usado e o ponto de vulnerabilidade daquela seguradora,

● ● ●
“A troca de experiências vai aumentar a segurança de todo o mercado segurador ao se evitar que aquele tipo de ataque por uma determinada vulnerabilidade se repita em outra seguradora.”

Wagner Pereira, Zurich



segundo Wagner Pereira, especialista em Cyber Security da Zurich.

“A troca de experiências vai aumentar a segurança de todo o mercado segurador ao se evitar que aquele tipo de ataque por uma determinada vulnerabilidade se repita em outra seguradora”, diz ele, ao lembrar que a Susep optou por deixar que as próprias empresas definam o melhor modelo de compartilhamento de ataques.

Em relação ao desenvolvimento de coberturas voltadas para proteção dos contra-ataques cibernéticos, os painelistas lembraram que o caminho ainda é longo e que o limite de aceitação do risco pode ser uma dificuldade. Fred Ferreira, CEO da Austral Seguradora, afirmou que existem vários tipos de *ransomware* e alguns com exigências de pagamento de resgates de valores enormes.

“Precisamos ver se o mercado segurador tem apetite para tanto risco ou se vai seguir com sublimites para coberturas de ataques cibernéticos. É um debate importante que devemos ter”, comentou, acrescentando que, antes de ofertar produtos específicos, muitas empresas fazem uma consultoria com as companhias para que elas melhorem e passem a ter um risco aceitável pelo mercado.

Diego Massara, membro da Comissão de Assuntos Jurídicos da CNseg, lembrou que além da circular 638, que vai exigir adaptações das seguradoras, outro ponto de atenção é a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). “As empresas devem ter um executivo responsável, uma área dedicada à segurança, mas a responsabilidade é de todos. É preciso proteger os dados dos clientes, mas também dos corretores, colaboradores e outros prestadores de serviço”, comentou Massara.

● ● ●
“As empresas devem ter um executivo responsável, uma área dedicada à segurança, mas a responsabilidade é de todos. É preciso proteger os dados de clientes, corretores, colaboradores e outros.”

Diego Massara, CNseg

PAINEL: A ÓTICA DO SETOR DE SEGUROS COMO CONSUMIDOR DE RESSEGURO

OS PROMISSORES PASSOS DO MERCADO DE RESSEGUROS NO PAÍS

Seguradoras brasileiras querem mais apetite a riscos de players internacionais para promover uma nova dinâmica ao segmento.

Um balanço dos quase 15 anos da abertura do mercado de resseguros brasileiro indica uma evolução consistente do segmento no Brasil, auxiliando as seguradoras a suportar riscos ao reparti-los com mais de cem resseguradoras registradas no País. A expansão de prêmios de resseguros acelerada nos últimos exercícios, com taxas bem acima das apresentadas pelo setor de seguros, é um claro sinal das perspectivas positivas do mercado brasileiro.

“Um grande impulso do mercado de resseguros ocorreu após a abertura definida pela Lei Complementar 126, de janeiro de 2007. As receitas de resseguros tiveram, por exemplo, uma expansão acumulada de 47,5% de 2016 a 2020, ao passo que os prêmios diretos das seguradoras cresceram 22% no mesmo período”, assinalou Alexandre Leal, moderador do painel e Diretor-Executivo da CNseg.

Pode ser ainda melhor nos próximos anos, concordaram os participantes do painel “A ótica do setor de seguros como consumidor de resseguros”. No foco, a perspectiva de novas atualizações do marco regulatório, com a simplificação de regras de acesso, e um provável alinhamento das taxas cobradas nos negócios locais com as dos mercados globais, encerrando um ciclo de descolamento do movimento global de alta dos últimos três anos. Entende-se que essa aproximação de taxas de prêmios de resseguro poderá promover uma nova dinâmica desse mercado do País, com um esperado aumento do apetite dos players mundiais.

No ano passado, os prêmios de resseguros cedidos pelas seguradoras brasileiras somaram R\$ 12,5 bilhões (com 70% cedidos às resseguradoras locais), alcançando cerca de 10% dos prêmios diretos das seguradoras (R\$ 126 bilhões).

NICHOS DE NEGÓCIOS

Os números proeminentes escondem, contudo, alguns problemas no dia a dia das operações. Segundo o executivo Felipe Smith, Diretor da Tokio Marine Seguros, apesar do número significativo de resseguradores autorizados a operar no Brasil, constata-se uma concentração de negócios em poucos grupos. “Chama a atenção, ainda assim, o fato de os limites aceitos de riscos por nichos de negócios serem majoritariamente baixos, se comparados aos índices praticados nos mercados globais”, comentou.

Segundo ele, as companhias de seguros não vão ao mercado em busca de uma capacidade de 5% a 10%, porque correm o risco de não performar o contrato. “Mas buscam uma capacidade importante (de 20% a



● ● ●
“Chama a atenção o fato de os limites aceitos de riscos por nichos de negócios serem majoritariamente baixos, se comparados aos índices praticados nos mercados globais.”

Felipe Smith, Tokio Marine

30%), porém é difícil encontrar esse apetite no mercado brasileiro”, assinalou.

CEO da Austral Resseguradora, Bruno Freire justifica o comportamento das empresas de resseguros, assinalando que características do próprio mercado brasileiro contribuem para o tom mais cauteloso de subscrição de riscos. A seu ver, além de um período quase ininterrupto de taxas *soft* dos prêmios de resseguros nesses 15 anos, o que torna, às vezes, a aceitação tecnicamente desfavorável, os limites operacionais altos de algumas modalidades de riscos, como os existentes em algumas linhas de Property, Energia e Garantia, também reduzem os espaços de atuação dos players globais.

“Em alguns casos, esses limites no País chegam a ser cinco ou dez vezes maiores que os dos mercados globais, reduzindo naturalmente a participação das resseguradoras”, pontua.

Para ele, a tendência, contudo, é de ajuste do mercado, marcado pela crescente par-

● ● ●
“Em alguns casos, esses limites no País chegam a ser cinco ou dez vezes maiores que os dos mercados globais, reduzindo naturalmente a participação das resseguradoras.”

Bruno Freire, Austral Resseguradora



ticipação das resseguradoras na disputa de negócios. O maior apetite tem relação direta com a mudança de viés das taxas também no mercado brasileiro, de *soft* para *hard*, segundo jargão do mercado.

LIMITES DE CESSÃO

As contribuições do arcabouço infralegal são reconhecidas por Diogo Ornellas, da Coordenação Geral de Grandes Riscos e Resseguros da Susep, principalmente os ajustes ocorridos nos últimos quatro anos, para a evolução do mercado de resseguros. Ele cita como ações relevantes normas como a extinção dos limites de cessão intragrupos, o fim da obrigatoriedade de contratação de resseguro com resseguradores locais, aumento da cessão em algumas linhas, como em petróleo.

Ele antecipa que outras medidas ainda vão ter efeitos positivos na expansão dos resse-

guros, inclusive o mecanismo de Insurance Linked Securities (ILS), uma alternativa de transferência de riscos em franca expansão no mercado internacional.

“Temos um processo contínuo de aperfeiçoamento, de aprimoramento normativo, alinhado com as melhores práticas internacionais, sem abrir mão de nossas peculiaridades”, afirmou ele, deixando claro que, a certa altura, haverá necessidade de mudança na própria Lei 126.

Está claro que os ajustes são bem-vindos, já que a maior exposição a riscos pelas resseguradoras e o maior número de participantes nas ofertas de cessões feitas pelas seguradoras contribuem para produtos mais adequados aos consumidores finais, reduzem a volatilidade das carteiras e a necessidade de aportes de capitais para as seguradoras que atinjam os limites operacionais de determinados ramos e modalidades. As cartas estão na mesa.



“Temos um processo contínuo de aperfeiçoamento, de aprimoramento normativo, alinhado com as melhores práticas internacionais, sem abrir mão de nossas peculiaridades.”

Diogo Ornellas, Susep



PAINEL: LGPD, CONVERSA COM O JUDICIÁRIO

OS DESAFIOS QUE A LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS TRAZ PARA O MERCADO DE SEGUROS

Ministro do STJ defende a autorregulação para que o papel do Poder Judiciário nas questões ligadas à LGPD seja reduzido a uma questão secundária.

N o último dia da Conseguro 2021, os desafios impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ao mercado de seguros foram destaques do painel “LGPD, conversa com o Judiciário”, que contou com a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ricardo Villas Bôas Cueva; da Diretora da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Miriam Wimmer, e do Diretor da Susep, Vinicius Brandi. A mediação ficou a cargo da Superintendente Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal.

Cueva elogiou a atuação da CNseg e sugeriu a criação de um código de conduta para o setor segurador. “A Confederação já tem um excelente guia de boas práticas, resultado de um trabalho longo, profundo e detalhado de diálogo com as empresas de seguros. Mas ainda não tem as mesmas características dos programas setoriais, como o código de conduta alemão, por exemplo”, comentou.

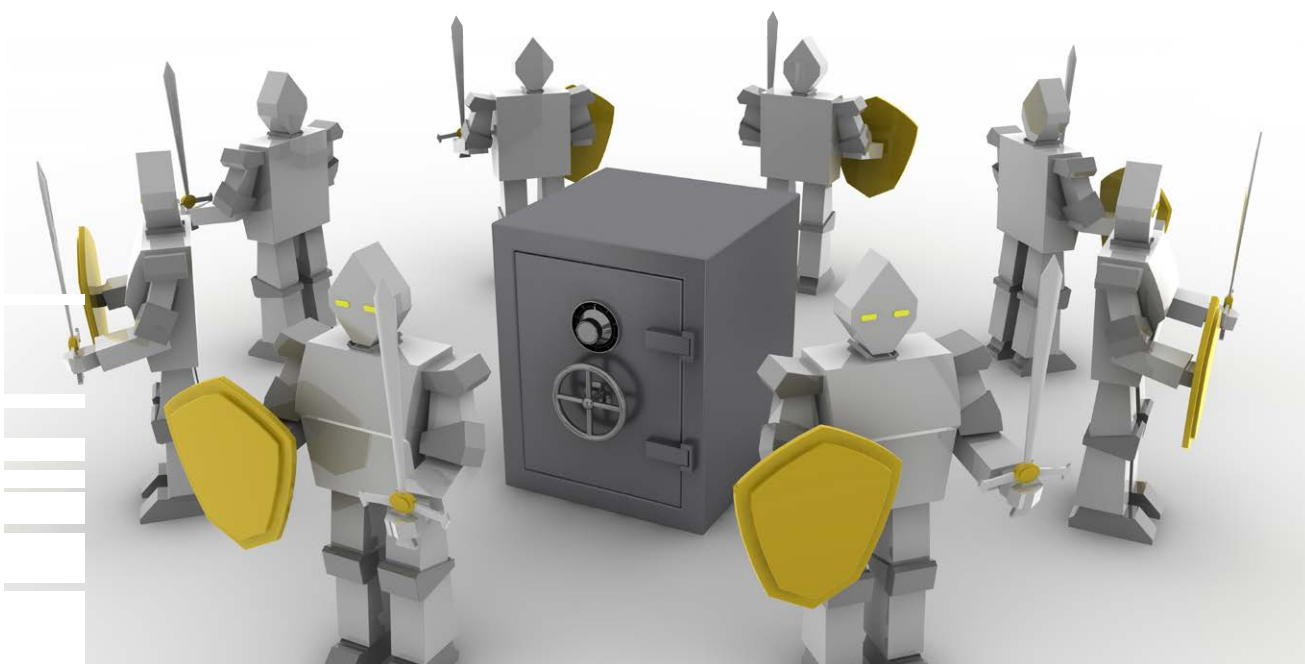
Ele defendeu também a importância do modelo de tutela dos direitos individuais. “A própria LGPD traz um novo conceito de incidência normativa. O seu modelo inspirador é o Regulamento Geral de Proteção de Dados da Europa. Nós continuamos a nos fundar no modelo de tutela dos direitos individuais, essenciais para que o sistema tenha força e eficácia, temas fundamentais para que alcancemos uma proteção de dados efetiva. É também um cuidado grande com o modelo de incidência normativo baseado na gestão de riscos.

O ministro sugeriu ainda que a autoridade de proteção de dados e a Susep cooperem de maneira mais intensa. Segundo ele, uma maior proximidade contribuirá para que programas se tornem uma realidade, com caráter vinculante e sanções aplicáveis.

Assim, ele acredita que será possível caminhar para a autorregulação, de modo que o papel do Poder Judiciário, de controle da

“Nós continuamos a nos fundar no modelo de tutela dos direitos individuais, essenciais para que o sistema tenha força e eficácia, temas fundamentais para que alcancemos uma proteção de dados efetiva.”

Ricardo Cueva, STJ



legalidade e da obediência à LGPD, seja reduzido a uma questão secundária.

Por fim, Ricardo Cueva frisou ainda que essas medidas também contribuirão para evitar a judicialização, o que implica os reguladores e a autoridade de proteção de dados na decisão.

BOAS PRÁTICAS

Já Miriam Wimmer destacou que vê com bons olhos o mecanismo da elaboração de códigos de conduta e guia de boas práticas pelos setores e parabenizou a CNseg pela elaboração de um guia de boas práticas como um primeiro esforço nesse sentido. O setor de seguros é talvez um dos campos mais complexos da aplicação da LGPD, pois é baseado nas incertezas e na avaliação de riscos para fins de precificação.

Assim, Miriam propôs que o tema de seleção de riscos no setor de seguros talvez possa ser enquadrado em um debate mais amplo

sobre personalização, preços, conteúdos personalizados e algoritmos que oferecem possibilidade de personalização, não apenas à luz dos princípios associados à personalidade humana, como dignidade da pessoa humana, igualdade e isonomia, mas também compaginando com os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que também são invocados pela LGPD.

A LGPD não veda a formação de perfis, mas indica uma série de mecanismos de proteção ao titular, por exemplo: revisão de decisões automatizadas, direito à explicação dos critérios e procedimentos para as decisões automatizadas, observando-se sempre o segredo comercial e o industrial.

Miriam Wimmer alertou que o País está em um momento singular, em que entra em vigor uma legislação nova, complexa, transversal e que gera impactos em todos os setores da economia e setores do poder público. “Temos a oportunidade e o privilégio de construir juntos

“Temos a oportunidade e o privilégio de construir juntos essas interpretações e entender os limites e possibilidades trazidos pela LGPD, quando aplicada a setores específicos, com uma interpretação harmonizada.”

Miriam Wimmer, ANPD



essas interpretações e entender os limites e possibilidades trazidos pela LGPD, quando aplicada a setores específicos, levando em consideração uma interpretação harmonizada, sistemática do ordenamento jurídico, reconhecendo que também existem as normas setoriais que incidem sobre essas atividades, e assim temos um grande desafio e a oportunidade de fortalecer esses diálogos institucionais”, pontuou.

MUDANÇA DE PARADIGMA

Por sua vez, Glauce Carvalho comentou que a possibilidade da autorregulação sempre a motivou. “Foi dado meio passo com o nosso manual. É o início do caminho, para uma autorregulação”, disse.

Para ela, os desafios são imensos e a nova lei representa uma mudança de paradigma. Nesse cenário, a superintendente Jurídica da CNseg entende que a LGPD oferece uma dimensão pública ao direito à privacidade e à intimidade.

“A proteção de dados é uma dimensão da cidadania. Para o setor de seguros, a proteção de dados é essencial, visto que a informação é insumo da atividade”, pontuou, acrescentando que os dados são essenciais para que o segurador possa fazer uma análise adequada do risco, precificá-lo e tornar a sua atividade sustentável. Alertou, no entanto, que o setor faz distinção dos dados com vistas à correta precificação do risco, mas não faz discriminação, que é vedada pela LGPD.

Vinicius Brandi também destacou a informação como uma “matéria-prima” do mercado de seguros, permitindo ao setor lidar com as incertezas. “Para que a relação contratual seja eficiente para a economia e tenha preços definidos de maneira justa e compatível com os ricos do contratante, é preciso lidar com a questão da simetria informacional. Assim, podemos conseguir um mercado com mais coberturas e acesso a um número maior de pessoas”, disse Brandi.

“Para que a relação contratual seja eficiente para a economia e tenha preços definidos de maneira justa e compatível com os ricos do contratante, é preciso lidar com a questão da simetria informacional.”

Vinicius Brandi, Susep

PAINEL: SEGURO AUTO VERSUS PROTEÇÃO VEICULAR

REAÇÕES PARA CONTER O AVANÇO DAS ASSOCIAÇÕES AUTOMOTIVAS

Consumidor é a ponta fraca do elo de vendas sem garantias de pagamento de indenizações

O avanço da proteção veicular preocupa cada vez mais o mercado segurador, Procons, Susep e especialistas em relação de consumo, dadas as armadilhas que escondem esse modelo de negócio reiteradamente condenado pela Justiça, capaz de produzir arranhões na imagem institucional do mercado formal e, por fim, gerar perdas irreversíveis aos consumidores. Torna-se prioritário encerrar as assimetrias entre os dois modelos de negócios para o bom funcionamento do mercado.

Às centenas hoje, as associações espalharam-se pelo País nos últimos anos, são um fenômeno econômico que não pode ser mais ignorado, assinalou Luiz Tavares, Consultor Jurídico da CNseg e mediador do painel. “Elas representam um retrocesso, porque repetem um modelo de negócios que fracassou e deixou um rastro de perdas no passado, justamente pela ausência de regras.”

Ele se referia às entidades mutualistas, como as associações de hoje eram denominadas em meados do século passado. “Elas não foram adiante em razão dos mesmos problemas que existem hoje nas atuais associações de proteção veicular, como obrigações assumidas por pessoas físicas no lugar da transferência de riscos para sociedades estruturadas, falta de regras técnicas para amparo das garantias prometidas e falta de previsão de responsabilidade dos administradores”, assinalou.

O professor de Direito do Consumidor, Ricardo Morishita, esclarece que, nos países em que atuam, as entidades de mútuas cumprem três requisitos fundamentais: solidariedade entre o grupo, não ter fins lucrativos e estar regulamentadas em lei. No caso brasileiro, o desvio ocorre porque, além da falta de regulamento, as associações de proteção veicular têm fins lucrativos e fazem venda massificada, ou seja, fora do escopo de seu grupo profissional original.

“Elas representam um retrocesso, porque repetem um modelo de negócios que fracassou e deixou um rastro de perdas no passado, justamente pela ausência de regras.”

Luiz Tavares, CNseg



A rigor, trata-se de uma terceira categoria de negócio, não podendo, portanto, ser classificadas nem como associações nem como seguradoras. O resultado dessa atividade ilegal pode ser aferido pelo número de ações que tramitam na Justiça: já são 356 ações civis públicas, além de entendimentos do STJ e de vários TRFs de que a atuação dessas associações no mercado de seguros é irregular.

Paulo Roberto Miller Fernandes Vianna, da Coordenação Geral de Fiscalização de Seguros Massificados, Pessoas e Previdência da Susep, afirma que a autarquia, responsável pelas ações civis, permanece no encalço das associações, porque é a proteção dos consumidores que move sua atuação como órgão de fiscalização.

Ainda assim, ele reconhece que as ações civis para barrar as empresas não são suficientes para conter a expansão das associações

de proteção. “Continuamos a atacar mais os sintomas do que as causas. Com isso, as associações automotivas se apropriam de uma demanda reprimida que a legislação de seguros impede as seguradoras de atender”, destacou

Nesse sentido, ele entende que a Circular 639 da Susep, que flexibilizou as regras do seguro de automóvel a partir de setembro, poderá ser um passo importante para as seguradoras criarem produtos inovadores e com preços capazes de atrair os clientes que hoje estão nas mãos das associações.

“A bola agora está com o mercado, que pode agora ofertar produtos variados e atender de forma assertiva à demanda dos consumidores, retirando esses clientes das mãos do mercado ilegal”, concluiu.

Presidente da Comissão de Automóvel da FenSeg, Walter Eduardo Pereira (da Zurich), concorda que o novo normativo ajudará as seguradoras a criar novos produ-

● ● ●
“A bola agora está com o mercado, que pode agora ofertar produtos variados e atender de forma assertiva à demanda dos consumidores, retirando esses clientes das mãos do mercado ilegal.”

Paulo Roberto Vianna, Susep



tos, que terão potencial de concorrer com os das associações. Nessa cruzada contra a ilegalidade, ele chama a atenção do papel dos corretores de seguro no esclarecimento dos consumidores sobre as características dos produtos que estão sendo adquiridos, algo que não ocorre nas associações. “O mercado segurador não teme a concorrência, mas ela deve ocorrer com as mesmas regras para todos”, acrescenta.

Deputado federal e presidente da Escola de Negócios e Seguros (ENS), Lucas Vergílio, diz que o fortalecimento do papel dos corretores pela Susep está entre as medidas de combate às associações, que se utilizam do livre associativismo para legitimar sua ação, ainda que isso não as autorize a entrar em um mercado regulado sem seguir as suas normas. Ele é o autor do PLP 518/2018, que tramita na Câmara dos Deputados, estabelecendo regras para a atuação das associações.

A Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Lilian Brandão, afirma que a principal preocupação de seu órgão é com o direito à informação, vital para a liberdade de escolha dos consumidores. Diferentemente das práticas das associações, a informação precisa ser sempre correta, acessível e satisfatória.

Até que as assimetrias sejam encerradas, a proliferação de queixas contra as associações continuará. A Gerente-geral do Procon Pernambuco, Danyelle Sena, relata a expansão de casos enviados aos órgãos de defesa dos consumidores de clientes lesados pelas associações de proteção veicular, principalmente de indenizações não recebidas. Algo particularmente delicado nesses tempos de pandemia, de renda das pessoas reduzida e, em consequência, de impacto financeiro ainda maior na vida das pessoas, tendo em vista a recessão e suas consequências.

“É algo particularmente delicado (lesar clientes) em tempos de pandemia, de renda reduzida e de impacto financeiro maior na vida das pessoas, tendo em vista a recessão e suas consequências.”

Danyelle Sena, Procon-PE

PAINEL: A AGENDA DO FUTURO JÁ COMEÇOU

QUESTÕES ASG DEVEM SER INSERIDAS NO EIXO DO CRESCIMENTO DOS PAÍSES

O mercado segurador, cuja matéria-prima é o risco, depende crucialmente de questões ambientais, sociais e de governança.

A *expertise* no gerenciamento de riscos e a capacidade do setor de seguros de gerar recursos para investimentos em ativos que consideram os princípios ASG tornam as seguradoras *players* estratégicos para a agenda de sustentabilidade. E os compromissos relacionados ao desenvolvimento sustentável ganharam urgência com a pandemia da Covid-19.

“Quanto mais políticas claras, procedimentos transparentes e assertivos, esses ativos poderão ser aplicados em empresas com padrões elevados de ASG”, enfatizou o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, no painel “ASG – A agenda do futuro já começou”, que ocorreu no segundo dia da Conseguo.

Segundo ele, as provisões técnicas necessárias para mitigar riscos do setor de seguros, incluindo as questões ASG, já somam R\$ 1,4 trilhão – valor que é aplicado em vários ativos cuja composição e diversidade são monitoradas por regulação federal.

O setor de seguros, que tem no risco a razão de ser de sua existência, é impactado pelos temas nas duas pontas: dos riscos cobertos e da gestão das provisões técnicas. “O setor depende, crucialmente, de questões ambientais, sociais e de governança, visto que a matéria-prima do seguro é o risco. Os riscos ASG perpassam por todos os setores de atividade que demandam seguros”, afirmou Coriolano.

Segundo ele, a cada momento ou processo em que os riscos são mitigados, sejam ambientais, sociais ou de governança, aumenta a possibilidade de penetração e inclusão social, na medida em que a mitigação reduz a severidade desses problemas.

DIVISOR DE ÁGUAS

As empresas são cada vez mais cobradas sobre suas práticas ASG. E o mercado financeiro, estimulado por gestoras como a

“Quanto mais políticas claras, procedimentos transparentes e assertivos, esses ativos poderão ser aplicados em empresas com padrões elevados de ASG.”

Marcio Coriolano, CNseg



BlackRock, entrou de vez no tema com a adoção de critérios de sustentabilidade em suas políticas de investimentos.

No começo da pandemia, a carta publicada por Larry Fink foi considerada um divisor de águas no mundo das finanças. O CEO da BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, com US\$ 2,4 trilhões sob seus cuidados, anunciou que, no centro de sua política de investimentos, estariam critérios ESG.

“O objetivo é melhorar o resultado de longo prazo para nossos clientes, olhando também as métricas não financeiras, mas de sustentabilidade, que são essenciais e trazem retorno”, explica Cindy Shimoide, Head do grupo de Consultoria de Investimento e Portfólio Multi-asset para a América Latina na BlackRock.

Segundo ela, estudos comprovam que empresas que tiveram maior redução na emissão de carbono têm desempenho melhor do que as que foram menos eficientes

nesse quesito. Considerar os critérios ESG não diz respeito só à alocação de capital, mas também ao retorno dos recursos.

A executiva da BlackRock lembrou o duplo papel das seguradoras quando o tema é ESG, por estarem expostas aos riscos climáticos dos dois lados: nos investimentos e em seus próprios negócios. “A busca é por novas formas de hedgiar (proteger contra) esses riscos naturais nas carteiras de investimento. Olhar para critério ESG é fundamental nessa estratégia.”

O Diretor-Presidente do Instituto Ethos, Caio Magri, fez um apanhado da evolução do tema ESG e da participação de diversas entidades na construção de uma agenda socioambiental e de governança.

“Foram várias mudanças nas métricas para medir mudanças climáticas e no monitoramento de impacto social e ambiental, com novas metodologias. A cultura de indicadores que cria materialidade é muito importante”, comentou Magri.

● ● ●
“A busca é por novas formas de hedgiar (proteger contra) esses riscos naturais nas carteiras de investimento. Olhar para critério ESG é fundamental nessa estratégia.”

Cindy Shimoide, BlackRock

No momento, o Ethos está revendo alguns indicadores relacionados à estratégia ASC. “Queremos promover o controle social consciente da responsabilidade nas empresas e organizações e também o reconhecimento da sociedade por esses esforços. É uma perspectiva que pode gerar materialidade, organização e engajamento”, acrescentou.

PRESSÃO DA SOCIEDADE

Em relação aos avanços nas últimas décadas quanto aos compromissos socioambientais, o Diretor-Executivo do Pacto Global da ONU, Carlo Pereira, destacou que há

uma exigência da sociedade para que todos olhem o planeta, em especial o clima. “As empresas e o mercado financeiro refletem a pressão da sociedade. Antes, era difícil reunir CEOs em defesa dessa agenda. Hoje, não há resistência nesse sentido”, comentou.

Falando em perspectiva, Rogerio Studart, Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), defendeu a ideia de que uma agenda ASC pode tirar o País da crise atual, marcada por baixo crescimento e desemprego elevado.

“Outros problemas são a falta de acesso a financiamento de longo prazo e a excessiva dependência ao setor agroexportador.

Vários países, como a China, por exemplo, já colocaram a agenda de sustentabilidade como eixo de seu crescimento. O Brasil precisa fazer o mesmo”, disse.

Studart reconhece que essa necessidade vem se consolidando nas lideranças privadas, no setor financeiro e na sociedade, mas afirmou que isso não basta. Segundo ele, é preciso que as lideranças políticas tenham a visão de ampliar e fazer surgir projetos sustentáveis e um setor financeiro disposto a investir e utilizar instrumentos de mitigação de risco.

“Queremos promover o controle social consciente da responsabilidade nas empresas e organizações e também o reconhecimento da sociedade por esses esforços.”

Caio Magri, Instituto Ethos

“As empresas e o mercado financeiro refletem a pressão da sociedade. Antes, era difícil reunir CEOs em defesa dessa agenda. Hoje, não há resistência nesse sentido.”

Carlo Pereira, ONU

“Vários países, como a China, por exemplo, já colocaram a agenda de sustentabilidade como eixo de seu crescimento. O Brasil precisa fazer o mesmo.”

Rogerio Studart, Cebri

PAINEL: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, SEGURO PARAMÉTRICO & MICROSSEGURO

PRODUTOS PARA REDUZIR PERDAS DECORRENTES DE DESASTRES NATURAIS

Experiências locais e internacionais apresentadas no painel revelam uma perspectiva promissora para as duas modalidades

Por dois caminhos, os seguros podem ampliar a régua de proteção à população (urbana ou rural) por perdas provocadas por desastres naturais. Trata-se do seguro paramétrico e do microsseguro, aptos a reduzir gastos de estados em casos de danos causados por desastres naturais, como chuvas torrenciais, por exemplo. A perspectiva é promissora para as duas modalidades, considerando-se o desempenho de experiências locais e internacionais apresentadas no painel que destacou o papel do seguro na formação de parceria público-privada (PPP).

No Brasil, Rodrigo Motroni, Vice-Presidente da NEWE Seguros, apresentou o projeto desenvolvido para os pequenos produtores de cacau do Sul da Bahia. Ali, a cobertura de seguro paramétrico para produtores de cacau pode ser acionada durante a prefloração e floração, nos meses de agosto e setembro.

Isso porque, nessa época, a falta de chuvas afeta a produtividade do cacau e, con-

sequentemente, sua qualidade. Para fins de cobertura, o índice pluviométrico foi avaliado utilizando dados da estação do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), de Ilhéus, desde 2013.

“A média era de 269 mm de chuva no período (agosto e setembro) e, a partir daí, estabelecemos em qual ponto a falta de chuva começava a gerar problemas de produtividade e qualidade. Com os parceiros e produtores, estabelecemos que o ponto seria de 170 mm”, afirmou Motroni.

O projeto inédito com os produtores começou neste ano e contou com várias parcerias, entre elas, com o INMET, o Governo Federal, por meio da subvenção que custeia 20% do seguro, e o Instituto Arapyaú.

Para a indenização, o cálculo é feito pelo rendimento esperado e informado pelos agricultores, de 15 arrobas de cacau por hectare, a um preço de R\$ 200 a arroba. “Nós estabelecemos uma cobertura de dez arrobas por hectare e uma indenização máxima de R\$ 2

“Nós estabelecemos uma cobertura de dez arrobas por hectare e uma indenização máxima de R\$ 2 mil por hectare, caso os 170 mm de chuva não fossem atingidos.”

Rodrigo Motroni, NEWE Seguros

“São produtos bem simples, como uma proteção para desastres. Quando acontece o evento, os segurados recebem o dinheiro para garantir a continuidade da produção.”

Carlos Boelsterli, Micro



mil por hectare, caso os 170 mm de chuva não fossem atingidos. A cobertura vai de 170 mm a 70 mm”, especificou.

AMÉRICA CENTRAL

Já Carlos Boelsterli, CEO da seguradora Micro, empresa de gerenciamento de riscos relacionados a desastres naturais, detalhou a solução da empresa para pessoas vulneráveis, expostas a riscos climáticos na América Central. Nesse caso, a cobertura do seguro paramétrico é para perdas financeiras.

“São produtos bem simples, como se fossem uma proteção para desastres. Quando acontece o evento, os segurados recebem o dinheiro para garantir a continuidade de sua produção”, explicou.

A solução é para qualquer população de baixa renda, classe média ou emergente, sem entrar nos segmentos que já são protegidos pela indústria tradicional. “O que nos interessa é a inclusão financeira. Para ter o seguro, é preciso apenas ter uma atividade produtiva que possa ser afetada por um evento climático, seja por um aumento nos gastos, seja pela diminuição da renda”.

Na prática, uma plataforma de cálculo da Micro detecta o evento e determina a porcentagem de pagamento, a partir da gravidade do evento. “A seguradora recebe a notificação da plataforma, identifica quem são os clientes naquela localidade, aplica a porcentagem de pagamento e efetua-se o repasse, informando por SMS ou mensagem de texto sobre a ocorrência do sinistro”, especificou.

Da Colômbia, Mabyr Valderrama, responsável pela agenda de sustentabilidade do setor de seguros na Federação de Seguros da Colômbia (Fasecolda), falou sobre o desenvolvimento dos seguros paramétricos naquele país.

“Apesar de já existirem produtos de seguros paramétricos que são comercializados principalmente para fazer frente a riscos catastróficos do setor agropecuário e também dos negócios, essa modalidade não foi plenamente desenvolvida na Colômbia, como nós gostaríamos”.

A explicação, disse ela, está na incerteza jurídica que desincentiva não apenas a criação e a comercialização, mas também a compra dos seguros por parte dos segurados. “Os seguros paramétricos não têm um marco de normas específicas nas leis colombianas”, lamentou.



Paulo Costa, INMET



Mabyr Valderrama, Facecolda

“O mercado de microsseguros brasileiro, após um novo marco regulatório criado pela Circular CNSP 409, terá condições de desenhar produtos mais flexíveis, diversificados e acessíveis para solucionar problemas que já não são do futuro, mas estão presentes em nossa realidade.”

PAINEL: INTEGRAÇÕES DAS QUESTÕES ASG NAS OPERAÇÕES DO SETOR DE SEGUROS

ATENÇÃO ÀS QUESTÕES ASG REPRESENTA OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

Nas empresas do mercado segurador, essas questões podem ser integradas nos processos de análises e subscrição de risco e na inovação.

Há uma imensa oportunidade se abrindo para o setor de seguros na transição para uma economia de baixo carbono.

A avaliação foi feita pelo economista e ecologista Sergio Besserman, coordenador estratégico do Climate Reality Project no Brasil e curador de Clima e Sustentabilidade do Museu do Amanhã, no painel “Integrações das questões ASG nas operações do setor de seguros”, no segundo dia da Conseguo 2021.

Segundo ele, o conhecimento do seu próprio negócio torna as seguradoras *stakeholders* estratégicos para todo o processo. “Empresas certificadas pelas seguradoras sobre riscos climáticos podem ter diferenciais na hora de fazer um IPO, por exemplo”, sugeriu Besserman.

Na visão do painelistas, se para outros países a atenção às questões ASG representa custos, para o Brasil, significa oportunidade. “O Brasil é o único país do mundo que, caso a economia global vá realmente para o baixo

carbono, ganhará inserção e competitividade”, avaliou.

Na opinião da Presidente da Comissão de Integração ASG e Diretora de Sustentabilidade da Mapfre, Fátima Lima, o setor de seguros precisa estar preparado para entender que as questões socioambientais e corporativas podem ser vistas como riscos, mas também devem ser consideradas oportunidades de negócio e diferencial competitivo.

“Nosso dever de casa é entender como essas questões podem ser integradas nos processos de análises e subscrição de risco, regulação de sinistros e salvados e na inovação para criar oportunidades ASG”, salientou.

A executiva lembrou que, no final de 2020, o Lloyd’s of London publicou o primeiro relatório ASG, no sentido de restringir a cobertura de seguros para setores com ASG crítico. “Essas questões fazem parte do posicionamento já adotado por grandes empresas de seguros no âmbito global”, observou.

“O Brasil é o único país do mundo que, caso a economia global vá realmente para o baixo carbono, ganhará inserção e competitividade.”

Sergio Besserman,
Climate Reality Project



“O papel do regulador é identificar as melhores práticas e nivelar a atuação do setor e encaixar a sustentabilidade na estrutura macro de governança.”

Vinicius Brandi, Susep

SISTEMAS DE CONTROLE

Outro participante do painel foi o Diretor da Susep, Vinicius Brandi, para quem o órgão regulador tem papel essencial nesse processo. “Temos um arcabouço mais geral que define as diretrizes e os princípios para os sistemas de controles internos e estruturas de gestão de riscos das empresas. A ideia é que a regulamentação acabe se comunicando com essas regras gerais”, afirmou.

Brandi acrescentou que a Susep tem tentativa de eliminar regras para se aproximar da realidade das empresas. “Optamos por regras proporcionais, fugindo da armadilha do ‘one size fits all’. Sabemos que o mercado tem várias iniciativas. O papel do regulador é identificar as melhores práticas e nivelar a atuação do setor e encaixar a sustentabilidade na estrutura macro de governança”, explicou.

Já a Diretora de Risk Management da Zurich Brasil Seguros e membro da Comissão de Gestão de Risco da CNseg, Samya Paiva,

disse que são esperados das empresas um posicionamento e medições dos riscos climáticos no portfólio. “As questões ASG estão presentes na cadeia como um todo. Como está o meu cliente? E o meu parceiro de negócios? A empresa não pode olhar os impactos climáticos no seu balanço, sem se preocupar com o do cliente ou do parceiro. Por isso, o setor financeiro tem um papel estratégico e precisa se posicionar de forma clara, para poder cobrar metas, métricas claras, reportadas de maneira consistente”, alertou.

Samya assinalou ainda que um fator-chave para o setor desenvolver boas práticas de sucesso é a colaboração entre as seguradoras e, internamente, entre as diversas seções de uma empresa.

“É necessária uma excelente governança entre as várias áreas que participam do processo de sustentabilidade. Seja a área de varejo, comercial, seja de operações, finanças, risco, responsabilidade social corporativa, eventualmente a de RH. Esse assunto é estratégico do board”, completou.

RELATÓRIO DO SETOR

A moderadora do painel, Solange Beatriz Palheiro Mendes, Diretora-Executiva da CNseg, destacou que o mercado segurador brasileiro é apontado como uma liderança em sustentabilidade. “O Brasil é o país com o maior número de signatários dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros – PSI – instituídos pela ONU para ser uma referência mundial ao mercado segurador”.

ALGUNS DADOS SOBRE AS PRÁTICAS ASG NO SETOR:



65% das empresas já treinam seus analistas e gestores em ASG;



45% oferecem treinamentos periódicos sobre o tema para suas lideranças;



20% incluem na meta de desempenho da alta liderança questões ASG;



85% consideram essas questões na homologação e na contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

Ela encerrou o painel anunciando o lançamento do Relatório de Sustentabilidade 2020. O trabalho, editado anualmente pela CNseg, reúne indicadores e métricas do setor de seguros.



“O setor financeiro tem um papel estratégico e precisa se posicionar de forma clara, para poder cobrar metas, métricas claras, reportadas de maneira consistente.”

Samya Paiva, CNseg

O Brasil é o país com o maior número de signatários dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros – PSI – instituídos pela ONU para ser uma referência mundial ao mercado segurador”.

Solange Beatriz, CNseg

PAINEL: CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DE SEGUROS PARA O CLIMA

SEGUROS PODEM MITIGAR RISCOS ATRIBUÍDOS AO AQUECIMENTO GLOBAL

Mudanças climáticas tendem a aumentar riscos de saúde, como respiratórios, infecciosos e alergias

O seguro é o maior setor econômico da Europa, o que reforça seu papel em contribuir com a agenda de sustentabilidade ao proteger pessoas, empresas e, conseqüentemente, a economia, além de exercer papel-chave para mitigar riscos. A afirmação de Christian Pierotti, Presidente do Grupo de Trabalho de Riscos Climáticos da GFIA (Federação Internacional das Associações de Seguros), foi feita na apresentação do painel “Contribuição do Setor de Seguros para o Clima”, no terceiro dia da Conseguro 2021.

Pierotti informou que as enchentes na Alemanha causaram perdas, em termos de infraestrutura, de 30 bilhões de euros, além de vidas humanas. “São vários os eventos atribuídos ao aquecimento global que precisam das seguradoras para mitigar as conseqüências. E a tendência é de que sejam mais frequentes e severos, o que será um enorme desafio para todos”, comentou.

Já o Superintendente de Sustentabilidade da SulAmérica, Tomás Carmona, lembrou que o setor de seguros vem se organizando para responder a esses desafios desde a Rio+20 quando foram lançados os Princípios para Iniciativa de Seguros Sustentáveis (PSI, na sigla em inglês).

“Existe uma convergência das seguradoras e dos reguladores para discutir a sustentabilidade dentro da lógica do seguro e também como investidores institucionais com potencial para dar uma contribuição direta ao tema”, afirma Carmona.

Para ele, o pano de fundo do debate é o gap de proteção das sociedades em relação ao percentual que ainda não tem seguros e que precisa ser reduzido. “O Brasil é o país que tem o maior número de seguradoras e resseguradoras signatárias dos PSI, e isso é fruto da consciência de todos e do trabalho da CNseg para engajar o setor nessa discussão”.

“São vários os eventos do aquecimento global que precisam das seguradoras para mitigar as conseqüências. E a tendência é que eles sejam mais frequentes e severos.”

Christian Pierotti, GFIA

“O Brasil é o país que tem o maior número de empresas signatárias dos PSI, e isso é fruto da consciência de todos e do trabalho da CNseg para engajar o setor na discussão.”

Tomás Carmona, SulAmérica



Carmona citou como exemplo riscos de saúde que tendem a crescer em razão das mudanças no clima, como problemas respiratórios, infecciosos e alergias. “O impacto é inevitável e o desafio é medir todos esses impactos e trazê-los para a lógica de subscrição.”

O economista e coordenador estratégico do Climate Reality Project no Brasil, Sergio Besserman, apresentou dados alarmantes sobre a necessidade de o mundo acelerar o passo na direção da economia do baixo carbono.

Nas últimas três décadas, os projetos voltados para o meio ambiente ganharam espaço, mas metade das emissões de gases de efeito estufa ocorreu nesse período e de forma crescente. “Na COP-26, no final do ano em Glasgow (Escócia), será demonstrado que pouco foi feito em relação à meta de US\$ 100 bilhões investidos em financiamento climático, mas se gastam US\$ 500 bilhões para distorcer os preços da economia de mercado global

com subsídios diretos aos fósseis”, afirmou, acrescentando que as ocorrências do clima são apenas “a ponta do iceberg”.

Na visão de Besserman, para a humanidade ter alguma chance de cumprir a meta de reduzir o aumento da temperatura de 2 graus para 1,5, ela precisa diminuir as emissões à metade até 2030 e zerar as emissões líquidas até 2050.

“Uma empresa incapaz de acompanhar a transição nessa velocidade corre severo risco de perder valor e até de desaparecer. Elas estão nos portfólios dos investidores e terão seu valor corrigido. Demoramos muito e agora não haverá aterrissagem suave”, alertou.

Besserman vê oportunidades únicas para o Brasil liderar a agenda de desenvolvimento sustentável. “Nossa geografia favorece uma matriz energética limpa e barata, seremos campeões no uso da biomassa e temos a maior biodiversidade do mundo”, afirmou.

Para ele, a infraestrutura do Brasil é precária



“Precisamos promover um compromisso de transformação que atinja todas as áreas: ambiental, econômica, financeira, sociedade e governos.”

Paulo Protasio, ACRJ

e o país precisa investir em bases sustentáveis. “Em países desenvolvidos, essa infra é moderna, mas terá que ser refeita sob novas bases com prejuízos enormes”, completou o economista, para quem o País, tendo essa consciência e investindo em pesquisa e desenvolvimento, terá uma inserção na economia global de forma mais competitiva e relevante.

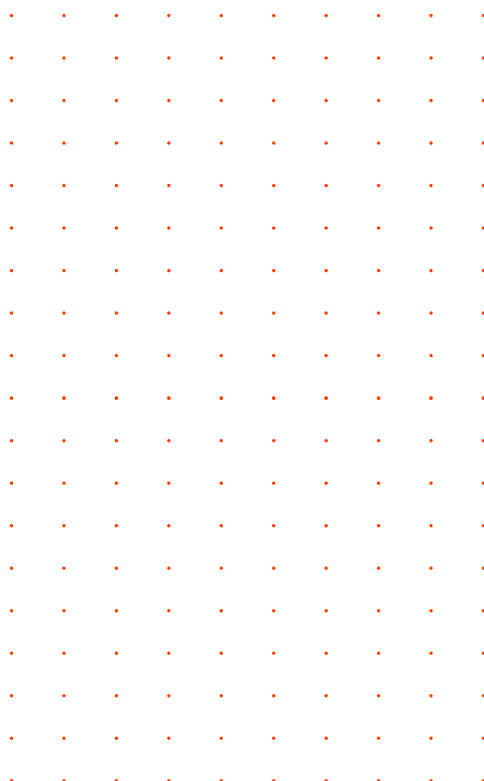
Mais otimista, o Diretor da Autoridade do Desenvolvimento Sustentável da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Paulo Protasio, enxerga o momento atual como de oportunidades e não de lamentar o que não foi feito. “Precisamos promover um compromisso de transformação que atinja todas as áreas, ambiental, econômica, financeira, sociedade e governos”, comentou Protasio, que é o responsável pela organização da Conferência Rio+30 em 2022, quando dos 30 anos da ECO92.

Ele acrescentou que é possível buscar desenvolvimento sustentável e lembrou que 21

países demonstraram, ao longo dos últimos anos, que dá para aumentar o PIB e reduzir emissões. “O quadro é grave, mas há muita esperança”, sintetizou.

Protasio, que também foi o responsável por trazer a ECO92 para o Rio de Janeiro, afirmou que o Governo do Estado está de braços abertos para o setor de seguros para ajudar a pensar os caminhos para o desenvolvimento sustentável.

O painel foi moderado pela jornalista Sônia Araripe, editora da Revista Plurale, que citou as inundações na Alemanha e na Bélgica, durante o verão europeu, e as ondas de calor e incêndios no Canadá e nos Estados Unidos como exemplos que reforçam a urgência em reduzir as emissões de gases do efeito estufa. “Felizmente, o setor de seguros tem demonstrado um papel estratégico no gerenciamento dos riscos climáticos, tendo incorporado a agenda ASG há anos”, destacou.



PAINEL: DIVERSIDADE & INCLUSÃO: POR QUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE ISSO?

AÇÕES DE INCLUSÃO BEM-SUCEDIDAS EXIGEM O ESTABELECIMENTO DE METAS

Embora as mulheres representem 57,6% dos profissionais do mercado, apenas 22,8% alcançam cargos de direção

Diversidade contempla saberes, gêneros, pessoas com deficiência, cores, raças e etnias. Por excelência, todos os ambientes são diversos porque as pessoas são diferentes. A definição foi feita pela fundadora do Instituto Identidades do Brasil (ID-BR), Luana Génot, na abertura do painel “Diversidade & Inclusão: por que é importante falar sobre isso?”, no último dia da Conseguo 2021.

Segundo ela, inclusão significa dar um passo além e fazer um movimento para incluir os grupos que estão sub-representados nesses ambientes. “Para isso, é necessário um plano de ação e métricas definidas, levando em consideração pilares, metas, prazos, intersecções e investimento financeiro”, acentuou.

A conferencista citou a campanha #simai-gualdaderacial, promovida pela instituição que preside, cujo objetivo é mostrar que não basta dizer ‘não’ ao racismo, mas, sim,

propor caminhos para avançar na temática, com políticas e ações efetivas.

Luana frisou ainda que, no Brasil, as empresas que buscam alcançar o selo do ID-BR – o qual indica fases de uma jornada para a mudança de cultura corporativa para ações mais propositivas para combater o racismo – são principalmente da área varejista, com 32%.

Isso pode ser explicado pelo fato de essas companhias se apresentarem como grandes anunciantes, o que gera maior contato com os consumidores. “Na nossa jornada do selo, não temos nenhuma empresa seguradora, o que mostra um movimento mais tímido do mercado em relação a essa pauta”, avaliou Luana.

Ela propôs ainda uma reflexão relevante para o País: “Se o Brasil tem maioria negra e triplicou o número de pessoas negras no ensino superior, onde estão as lideranças negras nas seguradoras? E como as seguradoras estão se engajando na pauta antirracista? Se hoje estamos discutindo esse tema na Con-

“Na nossa jornada do selo, não temos nenhuma empresa seguradora, o que mostra um movimento mais tímido do mercado em relação a essa pauta.”

Luana Génot, ID-BR



seguro é porque podemos melhorar o engajamento das seguradoras”, questionou.

DESCOMPASSO

Já Simone Vizani, Presidente da Sou Segura – associação que reúne as mulheres do mercado de seguros – destacou o descompasso entre mulheres brancas e negras no setor segurador. “Menos de 1% delas estão em cargos de alta liderança e representam menos de 10% de todos os colaboradores, indicando que temos ainda muito a caminhar nesse universo de diversidade e inclusão de raça”, revelou.

Ela lembrou que dados mais recentes do Relatório de Sustentabilidade da CNseg indicam que 55,6% das empresas assinam compromissos com a ONU Mulheres para melhorar a presença feminina em posição de liderança.” Quase 60% de mulheres integram o mercado segurador e apenas

22,8% são diretoras. Ou seja, há um achatamento a partir dos cargos gerenciais, sem muita perspectiva de crescimento. Isso se deve a muitos fatores, mas as empresas precisam, sim, olhar para suas políticas e criar possibilidade de ascensão na carreira dessas mulheres”, avaliou.

Na opinião da Presidente da Sou Segura, um dado positivo é que 90% das empresas já adotam políticas de diversidade e inclusão. “Isso demonstra uma evolução nas intenções das práticas e das ações. Ainda que demorado, estamos no caminho da equidade de gênero”, completou.

REPRESENTATIVIDADE

Por sua vez, a Diretora Vice-Presidente Financeira & CFO da Prudential do Brasil, Thereza Moreno, comentou os desafios que enfrentou em 30 anos de carreira. “Como mulher, negra e da área de exatas, tive pouca

“Quase 60% de mulheres integram o mercado segurador e apenas 22,8% são diretoras. Há um achatamento a partir de cargos gerenciais, sem perspectiva de crescimento.”

Simone Vizani, Sou Segura



“Tive muita sorte porque a minha primeira chefe em um órgão público foi uma mulher negra, o que fez muita diferença no futuro que eu pude ter.”

Thereza Moreno, Prudential do Brasil

representatividade ao longo da minha jornada de trabalho. Sou atuária, especializada em seguros, não tinha muitas mulheres na minha turma, muito menos negras. Tive muita sorte porque a minha primeira chefe em um órgão público foi uma mulher negra, o que fez muita diferença no futuro que eu pude ter”, revelou.

Ela acrescentou que, embora se visse representada, à medida que avançava profissionalmente, teve menos representatividade. “Atualmente, conheço outras mulheres negras em cargo de chefia. Somos poucas, mas não estou sozinha”, observou.

Em sua participação, a CEO da AXA Seguros, Erika Medici, revelou que a seguradora tem como meta a paridade de gênero em cargos executivos até 2023. “Boas práticas passam também pelo RH. Implementamos a licença-maternidade de seis meses para mães e de 30 dias para pais, e,

em todas as nossas contratações, precisamos receber currículos de outros gêneros. Precisamos ter a igualdade de ofertas nas nossas avaliações”, explicou.

Outro diferencial da empresa é fazer com o que os prestadores de serviço na área de sinistros passem por treinamentos de diversidade e inclusão.

A moderadora do painel foi Patrícia Coimbra, Presidente da Comissão de Recursos Humanos da CNseg e Vice-Presidente de Capital Humano, Administrativo, Sustentabilidade e Marketing da SulAmérica Seguros. Coube a ela encerrar o debate reforçando que diversidade e inclusão não são apenas uma pauta para que a sociedade seja realmente inclusiva. “Está comprovado que diversidade traz decisões mais robustas, permite inovação, atrai e retém talentos e representatividade de clientes e parceiros”, completou.

“Em todas as nossas contratações, fazemos questão de receber currículos de outros gêneros. Precisamos ter a igualdade de ofertas nas nossas avaliações.”

Erika Medici, AXA Seguros

PAINEL: CABOTAGEM E RODOVIA – INFRAESTRUTURA PARA DESTRAVAR O BRASIL

CABOTAGEM E RODOVIA GERAM OPORTUNIDADES PARA O MERCADO SEGURADOR

Seguros de grandes riscos são resposta para alavancar infraestrutura, mas a capacidade de investimento dos governos traz incertezas.

Os seguros de grandes riscos estão entre as respostas para levar à frente a execução e, principalmente, a conclusão das obras milionárias ou bilionárias da infraestrutura brasileira. Na área de cabotagem e rodovias, essa percepção consolida-se entre as autoridades do Governo e das agências reguladoras. Tanto que, nas áreas regulatórias e normativas, são feitos ajustes para reduzir riscos inerentes aos projetos e, dessa forma, retroalimentar o apetite de investidores e dos seguradores.

Economista e sócio da RC Consultores, Paulo Rabelo de Castro, reconhece que há iniciativas importantes do atual Governo para retomar os investimentos na infraestrutura no Brasil, depois da interrupção causada pelas investigações da Lava Jato, a partir de 2014.

“Por conta da pandemia e também de tropeços que ainda acontecem na área econômica, não temos o nível de retomada de investimentos que gostaríamos de antever. Por um lado,

os governos federal, estaduais e municipais exercem o papel de protagonistas em áreas de infraestrutura. No entanto, essa área está muito prejudicada pelo esmagamento das despesas correntes obrigatórias”, comentou.

Logo, o caminho natural para ativar investimentos seria o setor privado, por meio de licitações, concessões e autorizações. Ocorre que investidores não se sentem seguros para apostar suas fichas em obras de longo prazo, tendo em vista as diversas variáveis que tomam o retorno do capital alocado incerto, além de dúvidas sobre a capacidade de os governos investirem recursos em projetos milionários, risco de instabilidade política, transparência, agilidade e segurança jurídica dos contratos.

“O cenário de oscilações de taxas de juros é uma das dificuldades na planilha de rentabilização de qualquer investimento de infraestrutura. Assim como a instabilidade internacional, como agora vemos na China. Temos de saber lidar com isso, com a ideia de que se trata de um ciclo que deve

“Por conta da pandemia e também de tropeços que ainda acontecem na área econômica, não temos o nível de retomada de investimentos que gostaríamos de antever.”

Paulo Rabelo de Castro,
RC Consultores



demorar até dois anos. Vamos percorrer uma área de deserto, mas tudo que sobe, baixa”, acredita o economista.

Para Rabello, a área de seguros é vital para apoiar os investimentos. Em uma conta básica, valendo-se de estatísticas de investimentos entre 1970, quando houve o ápice de investimentos em infraestrutura com 7,4% do PIB, e entre 2017 e 2021, com 1,9%, seria possível nos próximos anos dobrar a participação de seguros no segmento de grandes riscos para algo próximo de 4%.

“Se considerarmos grosso modo que a infraestrutura comanda cerca de 20% dos R\$ 600 bilhões em investimentos previstos, teríamos um acréscimo entre R\$ 600 milhões e R\$ 900 milhões de prêmios de seguros acrescentados ao valor do mercado atual de garantia”, afirmou.

ENTREGA DAS OBRAS

Tendo em vista tal expectativa, as agências reguladoras se debruçam em normas e regras

para garantir a entrega das obras, mas que não sejam tão severas a ponto de torná-las apenas um pedaço de papel, sem interessados em participar dessa jornada de colocar o Brasil na rota do crescimento com uma infraestrutura de ponta.

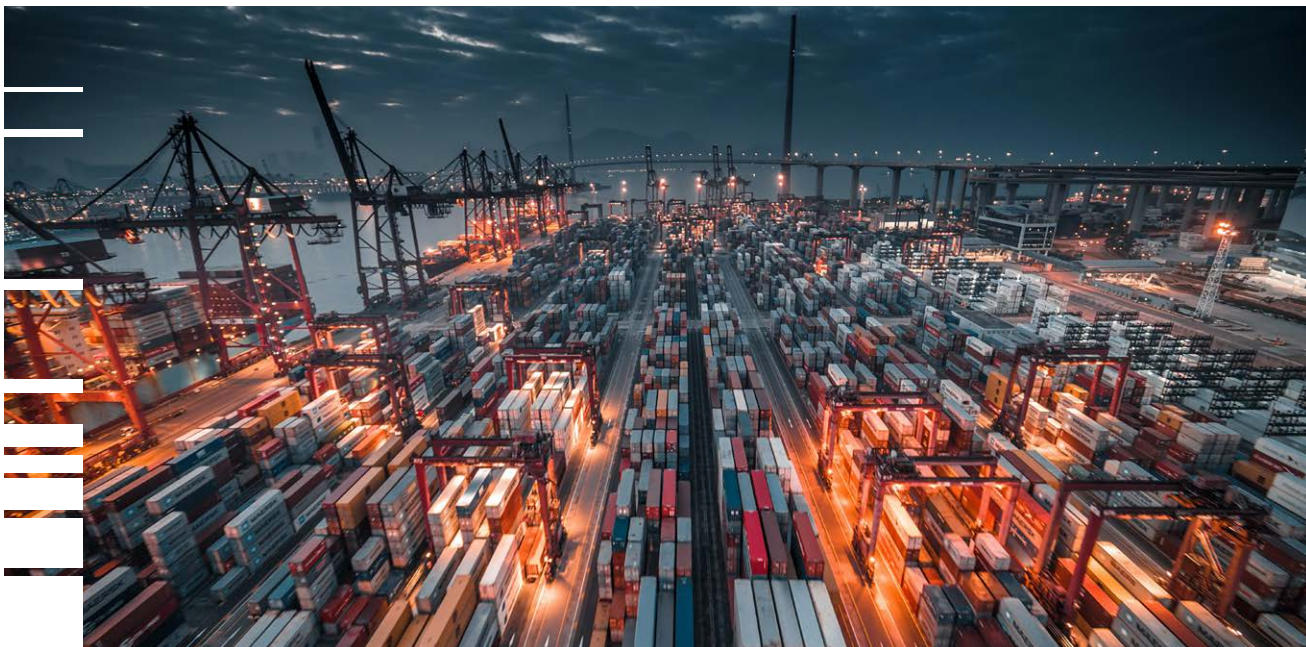
Além de regulamentações setoriais em curso, a Lei de Licitações já é uma realidade. Foi sancionada em abril de 2021 e dá um prazo de até dois anos para que o novo formato de seguro garantia entre em vigor.

“Para que lei saia do papel para a prática, é imprescindível a corresponsabilidade absoluta e necessária entre todos para o desenvolvimento do Seguro Garantia como um importante instrumento de mitigação de riscos. Temos um pacote de seguros e não uma modalidade que vai cobrir tudo e qualquer riscos, inclusive ambientais”, atesta o moderador do debate, Roque Junior de Holanda Melo, Vice-Presidente da Junto Seguros e Presidente da Comissão de Riscos de Crédito e Garantia da FenSeg.

Pelas contas de Renan Essucy Gomes Brandão, Superintendente de Concessão

“É importante que as seguradoras se capacitem para dimensionar os riscos, pois a lei (de licitações) permite que a companhia de seguros assumam a conclusão das obras.”

Renan Brandão, ANTT



da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), são estimados mais de R\$ 200 bilhões de investimentos em rodovias. Nesse contexto, é muito importante que as seguradoras façam parte da equação do risco retorno.

“Vamos precisar de uma legislação adequada aos seguros. É importante que as seguradoras se capacitem para dimensionar os riscos, pois a lei permite que a companhia de seguros assuma a conclusão das obras”, afirmou.

CONTEXTO DE CRISE

Eduardo Nery, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), responsável por regular a infraestrutura portuária, apresentou dados positivos da movimentação portuária. Em 2020, a Antaq registrou a movimentação de 1,15 bilhão de toneladas de cargas, mesmo em um contexto de crise decorrente da pandemia.

No primeiro semestre de 2021, a agência registrou 591 milhões de toneladas, um crescimento de 9,4% em relação ao primeiro semestre de 2020. Minério de ferro é o principal produto exportado. O transporte do e-commerce também apresentou forte evolução nesse período.

“Atuamos em um segmento estratégico para o Brasil e de grandes cifras, que precisa de seguros para mitigar riscos. Teremos nove leilões na B3, com destaque para terminais no Porto de Santos. Certamente será o maior, com R\$ 1 bilhão em arrendamento”, prevê.

Nery ressalta que os contratos de seguros são importantes e que a Antaq já trabalha em cláusulas de matriz de riscos muito bem determinadas, com a definição do risco que cada uma das partes vai assumir. “É uma lista exaustiva, que vem sendo criada com a participação de todos e mostra o nível de evolução nos produtos e coberturas oferecidos pelas seguradoras”, concluiu ele.

“É um segmento estratégico para o Brasil e de grandes cifras, que precisa de seguros para mitigar riscos. Teremos nove leilões na B3, inclusive de terminais no Porto de Santos.”

Eduardo Nery, Antaq

PAINEL: A ERA DA PROTEÇÃO | A IMPORTÂNCIA DOS SEGUROS DE PESSOAS E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA

A IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NA PROTEÇÃO DO FUTURO

Aumento da expectativa de vida e redução das taxas de natalidade vão impor mudanças na demografia e exigir planejamento

O então Subsecretário da Previdência Complementar do Ministério do Trabalho e Emprego, Paulo Valle, disse, durante o painel, que o País tem potencial para chegar a 30 milhões de pessoas no regime de previdência complementar até 2035, destacando que a Previdência Social está chegando ao limite e ainda vai passar por novas reformas nos próximos anos.

Valle também citou as mudanças na demografia, provocadas pelo aumento da expectativa de vida e redução das taxas de natalidade, além do crescimento do número de profissionais autônomos que vai mudar o perfil do mercado de trabalho, como fatores que terão peso nas transformações.

Para o subsecretário, a previdência complementar também deve dar mais um salto de crescimento com os fundos de aposentadoria para servidores de estados e muni-

cípios que têm regimes próprios de Previdência, ou seja, não contratam pela CLT.

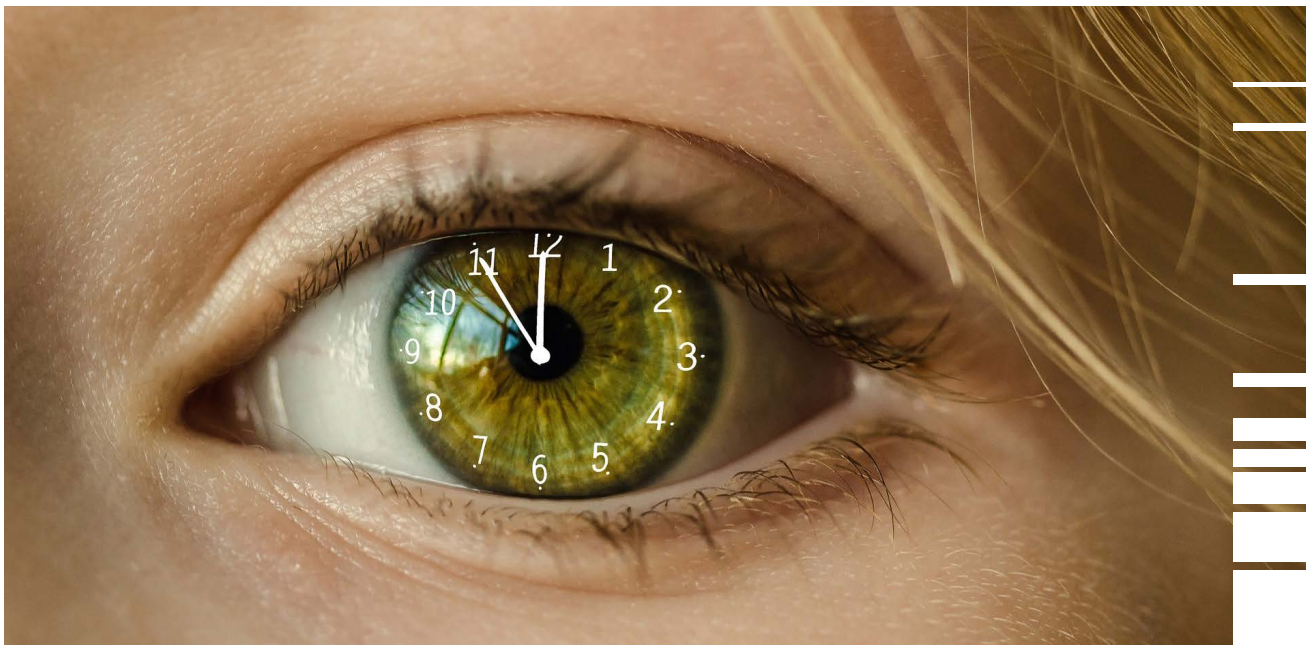
Ele lembrou que o prazo para criação desses fundos vai até 13 de novembro deste ano e apenas 24 dos 369 entes federativos sujeitos à obrigação já implementaram fundos. Desse total, 369 possuem mais de cem servidores com salário superior ao teto do INSS (que precisaram da aposentaria complementar).

“Isso indica cerca 1,2 milhão de pessoas que entrariam no regime de previdência complementar e uma arrecadação adicional de R\$ 13,7 bilhões por ano”, frisou Valle, observando ainda que a previdência complementar para servidores está prevista na Emenda Constitucional 103 (Reforma da Previdência de 2019) e atingiria potencialmente 2.155 entes da federação, entre estados e municípios.

Sobre a questão do planejamento de longo prazo, o subsecretário Paulo Valle desta-

“É preciso que cada um faça seu próprio planejamento financeiro e recorra à previdência complementar para manter o poder de compra que tinha antes da aposentadoria.”

Paulo Valle, MTE



cou que é preciso aumentar a conscientização das pessoas. “É preciso que cada um faça seu próprio planejamento financeiro e recorra à previdência complementar para manter o poder de compra que tinha antes da aposentadoria”.

Ele enfatizou a importância da educação financeira neste cenário em que cada um terá que se responsabilizar individualmente pela sua aposentadoria. “A aposentadoria complementar terá que ser adotada desde o primeiro emprego”, alertou.

MUDANÇA EM CURSO

Moderador do painel, Jorge Nasser, Presidente da FenaPrevi, disse que a expansão do mercado mostra uma mudança no comportamento do consumidor brasileiro. “Os números apontam a resiliência do mercado e também revelam que está em curso uma

mudança do comportamento do brasileiro em relação à necessidade de planejamento para o futuro”, destacou.

Nasser fez um breve balanço do setor nos últimos anos, apontando grandes transformações ainda mais aceleradas pela pandemia, que trouxe maior rapidez nas transações e atendimentos em meios digitais e digitalização de processos, entre outras consequências.

Segundo ele, entre abril de 2020 e agosto de 2021, o setor pagou mais R\$ 4,6 bilhões em sinistros decorrentes da Covid-19. “A pandemia revelou para a sociedade a importância do segmento de previdência complementar na rede de proteção social do País e para a economia”, complementou.

SEGUROS DE VIDA

A educação financeira e planejamento pessoal também estão no radar dos seguros

“Os números apontam a resiliência do mercado e revelam que está em curso uma mudança de comportamento do brasileiro em relação ao planejamento do futuro.”

Jorge Nasser, FenaPrevi

de vida, segmento que registrou crescimento de 15% em 2021, em relação a 2020, mas que ainda tem um grande potencial de expansão.

Isso porque, somando-se as apólices corporativas, contratadas pelas empresas para seus funcionários, e as adquiridas individualmente, apenas 15% da população brasileira conta com o serviço. É uma taxa considerada muito tímida, principalmente quando comparadas a países semelhantes.

“O dado mostra a importância de compartilhar conhecimentos, para que possamos juntos avançar com a indústria de seguros no País” observou David Legher, Diretor Estatutário da FenaPrevi.

Segundo Legher, a pandemia mostrou para a sociedade a importância do segmento de seguros de vida como forma de proteção social, conscientizou as pessoas da importância do seguro e também levou as seguradoras a dar mais atenção ao produto.

Tanto que as vendas de seguros de vida individuais aumentaram cerca de 25%. “Estamos falando de um produto que atende a várias necessidades, como afastamento

por doença ou invalidez. A chegada de um produto novo não canibaliza o anterior, mas complementa e estende a proteção aos clientes”.

Segundo Legher, dados de uma pesquisa mostram que os consumidores começam a ver o seguro de vida como um instrumento de proteção financeira e da educação dos filhos, além de garantir renda em caso de acidente pessoal, doença ou gravidez. O levantamento apontou que a principal causa para as pessoas não comprarem o seguro de vida é nunca terem recebido uma oferta do produto. “Quando o produto é oferecido, a taxa de conversão é de 60%, taxa bastante alta. As pessoas querem o serviço, mas não o conhecem”.

A chave para vender essa barreira é disseminar informações sobre o produto, sobretudo por meio de educação financeira. Mas as companhias seguradoras também têm seu dever de casa. “É preciso que as empresas tenham um portfólio que cubra as necessidades do cliente, ofertando o produto diferenciado para o momento certo, que acompanhe a realidade do País”.

“É preciso que as empresas tenham um portfólio que cubra as necessidades do cliente, ofertando produtos diferenciados no momento certo, acompanhando a realidade do País.”

David Legher, FenaPrevi



PAINEL: SAÚDE | O FUTURO NA PÓS-PANDEMIA

CUSTOS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE PODEM SER REDUZIDOS COM AUTOCUIDADO

Especialistas debateram as lições aprendidas com a pandemia e as tendências da promoção da saúde para os próximos anos

O Brasil precisa criar um serviço de alerta epidemiológico para prever a ocorrência de novos desastres sanitários e um órgão com a responsabilidade de acompanhar dados de saúde populacional e capacidade para fazer segurança genômica. Deve, ainda, incentivar a formação de novos epidemiologistas especializados em ciências genômicas nas universidades.

A proposta foi apresentada pelo médico sanitário Gonzalo Vecina, professor da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente da Anvisa, no painel “Saúde: o Futuro na Pós-Pandemia”, no quarto dia da Conseguro 2021.

Segundo ele, a Epidemiologia deve ser vista como ciência fundamental para dar suporte aos planos de saúde e atender às demandas

da assistência. “É preciso recuperar a capacidade de pensar a saúde populacional, cruzando grandes bancos de dados. Essas informações são fundamentais para o futuro da saúde no Brasil, tanto privada, quanto a estatal”, destacou.

Na avaliação do ex-presidente da Anvisa, se as empresas privadas não incorporarem a promoção de saúde, não será possível gerar impacto positivo na assistência. “Está na hora de repensar o *check up*, que sempre foi uma fonte importante, mas muito cara”, frisou.

Entre as lições da pandemia, ele destaca a escalabilidade. “A rede D’Or e os planos de saúde mostraram a importância de escalar. O grande problema é que a escalabilidade é tóxica”, questionou o sanitário.

“É preciso recuperar a capacidade de pensar a saúde populacional, cruzando grandes bancos de dados. Essas informações são fundamentais para o futuro da saúde no Brasil.”

Gonzalo Vecina, RFSP-USP e FGV



ATENÇÃO BÁSICA

No painel, que discuti as lições aprendidas da pandemia e as principais tendências da assistência à saúde para os próximos anos, o professor Guilherme Hummel, Head Mentor da eHealth Mentor Institute, defendeu mais incentivo ao autocuidado, para diminuir o já crônico déficit na oferta de serviços de assistência.

Hummel destacou o desequilíbrio entre oferta e procura de serviços de saúde. Ele citou um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS), feito em 2017, que apontava um “caos enorme na atenção básica”, com 7,7 bilhões de habitantes com 1.3 ou 1.4 patologia por habitante. A situação deve perdurar até o final do século, mas tende a se estabilizar a partir de 2050 ou 2060, quando, então, o gap assistencial deve começar a ser reduzido.

Para o especialista, uma das ferramentas para reduzir as desigualdades no acesso é o autocuidado. “Este será o século do autocuidado, não tem outra saída para reduzir o acesso aos sistemas de saúde”, destacou. Segundo ele, setores público e privado devem trabalhar para que, em 50 anos, a população alcance uma “formação sanitária” para se proteger antes de buscar os sistemas de saúde.

“A pandemia trouxe uma perspectiva animadora para fomentar o autocuidado. Tivemos excelentes exemplos de como estamos mais preparados, sem precisar depender da cadeia de saúde”, disse. Ainda segundo Hummel, a mudança de hábitos (distanciamento social, uso de máscara e de álcool em gel) fez surgir uma nova engenharia de autocuidado e tanto o estado brasileiro quanto a cadeia de saúde precisam aproveitar melhor isso. “Nenhuma operadora ou cooperativa vai reduzir

“A pandemia trouxe uma perspectiva animadora para fomentar o autocuidado. Tivemos excelentes exemplos de como estamos mais preparados, sem precisar depender da cadeia de saúde.”

Guilherme Hummel,
eHealth Mentor Institute



esse *gap*, se não for com um novo pacto com o usuário, através do autocuidado”.

OPEN HEALTH

Hummel salientou ainda que, após o *open banking*, é a vez do *open insurance* – que abrangerá todo o setor de seguros – e, em dois ou três anos, o *open health* deve se consolidar. “Isso vai reduzir o custeio, melhorar a integração e diminuir a fragmentação, além de trazer outras vantagens aos usuários dos sistemas de saúde, assim como já existe nos Estados Unidos e na Inglaterra, com enorme sucesso”, aposta.

Para ele, a criação do prontuário único deve melhorar o atendimento e ajudar o Brasil a encarar o *gap* demográfico de profissionais de saúde, além do próprio financiamento da longevidade e do bem-estar alcançados nas últimas décadas. “O autocuidado

será amplificado com o *open health* neste século”, destacou.

O evento contou com moderação de João Alceu Amoroso Lima, Presidente da FenaSaúde, que considera bem-vindo o *open health*. “Se é para melhorar o acesso e o mercado, somos a favor”, destacou. No entanto, lembrou que a privacidade de dados e outros aspectos ainda deverão ser desenvolvidos. “O sonho de consumo era que houvesse um prontuário eletrônico de cada usuário, mas isso ainda é utopia. As empresas estão começando a enquadrar suas bases”, disse.

Sobre a revisão do marco regulatório, em discussão no Congresso Nacional (Lei 9.656), Amoroso Lima disse que engessa a ampliação do acesso aos planos e que a FenaSaúde tem contribuído para o debate com objetivo de aumentar a penetração das operadoras. “Cada brasileiro que migra para o setor privado, desonera o setor público”, pontuou.

“O sonho de consumo seria que houvesse um prontuário eletrônico de cada usuário, mas isso ainda é utopia. As empresas estão começando a enquadrar suas bases.”

João Alceu Amoroso Lima,
FenaSaúde

PAINEL: O DESAFIO DO ACESSO ÀS INOVAÇÕES EM SAÚDE

ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS É DESAFIO PARA A SAÚDE SUPLEMENTAR

O paradoxo entre o crescimento sustentável e as despesas extraordinárias geradas pelas novas tecnologia

Um paradoxo marca a incorporação de novas tecnologias no setor de saúde suplementar: preços crescentes dos custos, ao contrário de outros segmentos econômicos, cujas inovações destacam-se pela redução dos preços. Em razão disso, a incorporação de novas tecnologias é permanentemente desafiante para a Saúde Suplementar.

O tema sobre como financiar o custo da saúde, em paralelo à adoção de novas tecnologias, revelou o quanto complexa é essa equação. No painel da Conseguro, os palestrantes concordaram que é preciso avaliar os reais benefícios das novas tecnologias e se os custos compensam sua utilização. A área de saúde apresenta rotineiramente novas tecnologias, o que é positivo, mas é necessário que sejam criados critérios para sua incorporação com base em resultados reais.

O orçamento do sistema nunca crescerá na mesma velocidade que o lançamento de ino-

vações na área de saúde, mas toda empresa precisa ter o mínimo de previsibilidade sobre gastos, comentou o professor e Pró-Reitor da UERJ, Denizar Vianna. “A sustentabilidade do setor de saúde está no tripé acesso à população, qualidade assistencial e sustentabilidade”, defendeu. Segundo Vera Valente, Diretora-Executiva da FenaSaúde, o papel das inovações e os mecanismos de precificação e financiamento compõem o debate mais atual em todos os sistemas de saúde.

NOVOS CUSTOS

Os riscos de o sistema ser sobrecarregado com novos custos aparecem de todos os lados. O mais recente é a possibilidade de derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 6.330/19, que prevê a ampliação do acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral para os beneficiários de planos de saúde. Essa deliberação se daria a partir, úni-

“Se aumentar a base de clientes, com planos de preços acessíveis, o custo da tecnologia será diluído. Já se diminuir a base, o custo será inviável e parte da população vai migrar para o SUS.”

Dr. Luizinho, Deputado PP-RJ



“Os políticos precisam entender a cadeia do setor, para não ficarem reféns das campanhas financiadas por grupos empresariais que desrespeitam as leis e colocam em risco o sistema de saúde suplementar.”

Denizar Vianna, UERJ

ca e exclusivamente, do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sem que seja analisada também pela área técnica da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Pela proposta, os medicamentos devem ser fornecidos em até 48 horas depois da prescrição médica.

A FenaSaúde avalia que essa mudança abriria espaço para o gasto excessivo com medicamentos sem comprovação de custo-efetividade, eliminando uma etapa importante do processo adotado pelas maiores economias do mundo, a Avaliação de Tecnologia em Saúde (ATS).

Caso o veto seja derrubado, haverá impacto direto sobre os reajustes dos planos de saúde, o que vai no caminho contrário do que se almeja: um número maior de pessoas atendidas pela saúde privada para que o SUS seja o sistema para aqueles que mais necessitam.

O deputado federal Luiz Antônio Teixeira (PP-RJ), o Dr. Luizinho, avalia que educar

os políticos, com debates, congressos e seminários, é uma agenda importante. “Temos muito a avançar no País neste tema, no Brasil e no mundo. O acesso à tecnologia barateia o setor de serviços, mas, em saúde, não. Se aumentar a base de clientes, com planos de preços acessíveis, o custo da tecnologia será diluído. Já se diminuir a base, o custo será inviável para a população e uma grande parte dela vai migrar para o SUS, sobrecarregando o sistema público”.

BASE POLÍTICA

Na opinião de Denizar Vianna, é preciso ter uma base política que compreenda o funcionamento do sistema de saúde suplementar. “Os políticos precisam entender melhor a cadeia do setor, para não ficarem reféns das campanhas de mídias financiadas por grupos empresariais que desrespeitam as leis e colocam em risco o sistema de saúde

suplementar”, afirmou.

Segundo Denizar Vianna, o grande desafio da saúde suplementar é aumentar o acesso da população aos tratamentos. Na sua avaliação, a ANS precisa olhar os indicadores de resultados e cobrar das operadoras mais transparência dos custos, acrescentando que o indutor do processo é a ANS e o melhor caminho é o uso da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). “Essa ferramenta é fundamental para melhorar a qualidade do segmento e desafogar o sistema público de saúde, permitindo um aumento da escala e diluição de custos da saúde suplementar.”

Para a FenaSaúde, a ATS deve ser vista como etapa obrigatória, trazendo a segurança clínica e prevenindo a “toxicidade financeira”, termo usado por Stephen Stefani para demonstrar que temos que avaliar também as consequências econômicas da incorporação.

PAINEL: A FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS DOS PRODUTOS

PRODUTOS TRADICIONAIS E INOVADORES CONVIVERÃO COM REGRAS ATUALIZADAS

Inovações normativas ampliam penetração dos seguros de Danos e Responsabilidades e devem baixar custos

Normas mais flexíveis começam a traçar um caminho sem volta para uma safra de novos produtos massificados e de grandes riscos. A contagem regressiva, no plano regulatório, já está valendo, mas o mercado ainda faz seu “aquecimento” sobre a maratona que, no final da linha, deverá aumentar a incursão dos seguros de danos e responsabilidades na vida das pessoas e empresas, baixar custos e atingir a era das coberturas personalizadas.

O mercado estuda a oferta de produtos combos – combinação de coberturas de diferentes ramos; apólices intermitentes (o tal liga-desliga acionado de acordo com a conveniência do consumidor) e a linha de coberturas personalizadas.

A flexibilidade das normas de criação de produtos, entretanto, não ocorrerá em es-

cala industrial nem representará o fim dos seguros convencionais hoje existentes de Danos e Responsabilidades. O Presidente da FenSeg, Antonio Trindade, garantiu que “não haverá um *big bang* no mercado” em virtude das normas que flexibilizam os produtos, acrescentando que os atuais seguros não deixarão de existir. De qualquer forma, as novas normas representam inovações importantes e abrem caminho para seguros sob medida para clientes diferentes entre si.

“Uma mineradora difere de um grande supermercado, que difere de uma montadora em termos de riscos. Um novo arcabouço permitirá que cada um decida os riscos que quer assumir, os que quer transferir e até mesmo estar apto a acolher, no mercado doméstico, os planos globais de seguros das multinacionais presentes no País”, afirmou.

Um novo arcabouço permitirá que cada um decida os riscos que quer assumir, estando apto a acolher, no mercado doméstico, os planos globais de seguros das multinacionais presentes no País.”

Antonio Trindade, FenSeg



● ● ●
“As novidades regulatórias permitem que o mercado estique para o lado das coberturas e dos preços. Mas, como tudo, vamos depender de tempo para desenhar esses produtos.”

Bruno Garfinkel, FenSeg

● ● ● ÔNUS E BÔNUS

O papel dos corretores de seguros, quer para seguros massificados, quer para grandes riscos, e a proatividade das resseguradoras serão fundamentais para o mercado andar na mesma sintonia. Ao corretor, caberá esclarecer os consumidores sobre os ônus e os bônus das coberturas inovadoras, já que preços menores poderão significar riscos parcialmente cobertos, dependendo do caso.

Para Bruno Garfinkel, Vice-Presidente da FenSeg, as normas que flexibilizam os produtos devem conduzir o mercado por dois caminhos: um com foco em coberturas; outro com ênfase nos preços.

“As novidades regulatórias permitem que o mercado estique tanto para o lado das coberturas quanto para o lado dos preços. Mas, como tudo, vamos precisar de um tempo para desenhar esses produtos”.

Segundo ele, quando se fala de menor detalhamento no contrato, é preciso também fazer uma análise de crédito diferenciada, e isso significa que o seguro não será barato. Mas o produto, acrescentou, atenderá aquele consumidor que não sabe ou não quer detalhar os riscos que planeja proteger. Em contrapartida, haverá oferta de produtos com coberturas mais restritivas.

“De qualquer forma, o bom andamento dependerá de uma maior educação da população sobre a nova gama de produtos, da participação dos corretores nesses contratos, da criatividade das companhias e mesmo da entrada de novos *players*. Tudo isso é um movimento muito positivo do mercado e estamos todos empolgados em criar os produtos flexíveis”, afirmou.

Os Diretores da Susep, Rafael Pereira Scherre e Igor Lins da Rocha Lourenço, demonstraram confiança de que as regras atualizadas,



pela Circular 621 para seguros massificados ou pela Resolução CNSP 407, para os grandes riscos, reduzem a burocracia e os preços, estimulam a diversificação de produtos oferecidos, além de ampliar o alcance da proteção.

Para eles, os produtos estruturados de maneira flexível são o caminho para assegurar que o mercado dobre de tamanho nos próximos anos. As normas flexíveis continuarão a ser adotadas, além dos seguros de Danos e Responsabilidades, também para as coberturas de pessoas em breve.

“As regras buscam gerar os melhores resultados para atender as diferentes necessidades do consumidor, facilitando as condições de seu acesso ao mercado de seguros”, afirmou Rafael Scherre.

Igor Lourenço acrescentou: “A segregação proposta pelos normativos entre seguros de danos e de grandes riscos reconhece os perfis diferentes de consumidores e assegura também tratamento diverso”.

Moderadora do painel Thisiani Matsumura Martins, Presidente da Comissão de Grandes Riscos da FenSeg, afirmou que um novo momento se configura para o mercado a partir das normas inovadoras de produtos.

“Acreditamos que essa flexibilização das normas dos produtos vai fomentar o crescimento do mercado”, completou, chamando a atenção para contribuições dos corretores na era de produtos flexíveis. “Há duas atribuições nesse novo cenário: identificação da necessidade do cliente e esclarecimento sobre os produtos mais adequados aos segurados”, acrescentou.

A bagagem do corretor é um consenso. Ele poderá fazer o vaivém entre as seguradoras e o consumidor, assegurando maior nível de satisfação e menor nível de judicialização, que pode ocorrer com a oferta de inúmeras coberturas combinadas e intermitentes, por exemplo. Dele também poderão nascer os seguros personalizados, por ter conhecimento dos riscos que envolvem seus segurados.

“As regras buscam gerar os melhores resultados para atender as diferentes necessidades do consumidor, facilitando as condições de seu acesso ao mercado de seguros.”

Rafael Scherre, Susep

“A segregação proposta pelos normativos entre seguros de danos e de grandes riscos reconhece os perfis diferentes de consumidores e assegura também tratamento diverso.”

Igor Lourenço, Susep

PAINEL: CAPITALIZAÇÃO: ACESSO POR MEIOS REMOTOS

A LONGEVIDADE DO SEGMENTO ASSEGURADA PELA GUINADA DIGITAL

Debates apresentaram soluções inovadoras, aceleradas pela chegada da pandemia, e os novos desafios endereçados à Capitalização

Vítima de primeira hora do fechamento dos bancos, lotéricas e quiosques, principais canais de venda, os títulos de capitalização encontraram na guinada digital o caminho para recuperar a demanda, afetada pelas regras de restrições à mobilidade nos primeiros meses da chegada da pandemia, em março de 2020. Os meios remotos não só garantiram a retomada em um ano de muita complexidade, como são a partir de agora a garantia de novas oportunidades de negócios.

Olhando a história da Capitalização no País e os exemplos de resiliência, a crise sanitária vai tornando-se uma página virada. Moderador do painel, Carlos Alberto dos Santos Corrêa, Diretor-Executivo da FenaCap, afirmou: “Os desafios apressaram a digitalização do setor, assegurando aos títulos participação na formação de reservas financeiras para realizar projetos

pessoais, promover filantropia ou fazer uso emergencial dos recursos. Agora, a Capitalização prepara-se para estar conectada a um mundo cada vez mais *open*.”

A experiência de conversão digital da Bradesco Capitalização foi apresentada no painel pelo Superintendente Douglas Duran, que detalhou etapas importantes da migração. “O cliente, diante do momento tecnológico, assume o papel de protagonista da relação de consumo e tem o poder da escolha nessa nova fase que une tecnologias digitais, físicas e biológicas.”

DINÂMICA COMERCIAL

Em resposta a esse universo de inovação necessária para superar percalços às vendas dos títulos, a empresa acelerou os projetos de tecnologia, oferecendo ainda mais conveniência, relevância e convergência aos serviços.

“A digitalização do setor assegurou aos títulos participação na formação de reservas financeiras para realizar projetos pessoais, promover filantropia ou fazer uso emergencial dos recursos.”

Carlos Alberto dos Santos Corrêa,
FenaCap

“Repensamos a jornada do consumidor, processos e ferramentas para eliminar o físico, buscando atender o cliente onde, quando e como ele quiser os produtos e serviços, nessa nova dinâmica comercial.”

A empresa criou ferramentas para que a força de vendas pudesse atuar de forma remota; promoveu a ampliação dos serviços e possibilidades de negócios nos canais digitais; e soluções para que os clientes pudessem concluir os negócios de forma remota. Resultado: até agosto, a empresa computou 240 mil títulos formalizados com assinatura eletrônica e quase 400 mil contratados nos canais digitais.

“Reinventamos a maneira de disponibilizar produtos e serviços. Mais do que colocar os clientes no centro dos negócios, eles norteiam nosso planejamento estratégico”, descreveu Duran.

TRANSIÇÃO DIGITAL

Vivian Freire, Superintendente da Santander, detalhou o case do Din Din do Milhão, produto de Capitalização da modalidade tradicional e carro-chefe de vendas da empresa. Tendo como público-alvo pessoas físicas e pequenas empresas, o produto está disponível a partir de parcelas entre R\$ 20 e R\$ 200 mensais.

Afetado pelo fechamento de agências bancárias, que respondiam por 90% das vendas, o produto iniciou a retomada de negócios a partir de junho do ano passado, quando ficou disponível via aplicativo do banco, após dedicados esforços de um time de profissionais da empresa para promover a transição digital. Em três cliques, é possível concretizar a compra do produto. Ações nas redes sociais atraíram clientes de variadas rendas, empresas de diferentes portes e também uma nova faixa de público, não só jovens familiarizados com a tecnologia.

Além da garantia de criar um milionário



por mês, há outras premiações semanais para manter o interesse do cliente, de acordo com o plano escolhido. Os números que compararam o desempenho do produto no primeiro semestre de 2020 versus os seis meses de 2021 demonstram o acerto da estratégia.

As vendas digitais, que representavam 6% do total no primeiro semestre de 2020, alcançaram 26% de participação no mesmo período de 2021. A alta foi de 69%, informou Vivian. Apenas em um mês, de junho para julho, houve novo salto na participação das vendas digitais, que atingiram 44% do total.

Outro case de sucesso apresentado no painel foi o do produto de filantropia da Capemisa Capitalização. A executiva Patrícia Nepomuceno explicou que o produto é fruto da necessidade de reinvenção surgida a partir da pandemia. O EstaçãoCap é um título de Capitalização destinado a pessoas interessadas

em contribuir com entidades beneficentes e em participar de sorteios.

Parte dos recursos é destinada à Casa Ronald McDonald RJ, que cuida de crianças e adolescentes com câncer. Outra parte é usada para promover *lives* de artistas, permitindo o aquecimento do mercado de entretenimento, um dos mais afetados. Essa parceria com artistas e influenciadores é um passo importante na estratégia comercial do produto que é 100% digital e tem contribuição única.

Natanael Castro, Superintendente da Icatu, e Simone Moregola, gerente da Liderança, além de destacarem as iniciativas das três empresas e o grau de maturidade do setor, assinalaram os novos desafios da Capitalização. Entre outros, os efeitos da LGPD e o avanço do *open insurance*, respectivamente, que exigem *compliance* mais adequado e tornam a concorrência ainda mais acirrada.

PAINEL: SEGURANÇA JURÍDICA NOS TEMPOS ATUAIS

ESTABILIDADE JURÍDICA É FUNDAMENTAL PARA ATRAIR INVESTIDORES

Presidente do STF afirmou que a insegurança jurídica dos países também baliza o ranking Doing Business do Banco Mundial

Um dos quesitos mais observados na decisão de investimentos estrangeiros e na colocação dos países no ranking do Doing Business do Banco Mundial é a segurança jurídica. Países que têm regras instáveis acabam preteridos pelos investidores, o que prejudica o próprio desenvolvimento destas nações. “Segurança jurídica é sinônimo de previsibilidade, essencial para reduzir o Risco Brasil. O investidor estrangeiro procura saber o que vai acontecer se surgir um litígio”, afirmou o Ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao participar da Conseguro 2021.

Recepcionado no evento pelo Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, o Ministro afirmou que a segurança jurídica significa previsibilidade e é uma questão de justiça, natural ao estado de direito. “Ninguém aguenta esperar uma eternidade para a resolução de um processo, que deve ter duração razoável, porque a Constituição estabeleceu esse prazo como direito fundamental”, acrescentou.

Luiz Fux ressaltou que a estabilidade jurídica deve ser um mantra para evitar reações negativas dos investidores, pois não se pode, no estado de direito, ser surpreendido por mudanças retroativas. “A legislação não pode retroagir, atingindo direitos já adquiridos”, frisou.

OBRIGAÇÕES ONEROSAS

O magistrado disse que as regras jurídicas “são estabelecidas para momentos de normalidade”, citando a lei da Liberdade Econômica, que permite que as partes rompam os acordos estabelecidos quando as obrigações se tornam muito onerosas.

O excepcional ocorre apenas em momentos extraordinários, que permitem que os pactos possam ser flexibilizados, como é o caso da pandemia. Como exemplo, citou a redução da carga horária semanal e a redução de salários. O acordo foi autorizado pelo STF, sem a interferência dos sindicatos, para preservar empregos e evitar o fechamento de empresas. “O Direito Brasileiro procura o cumprimento dos

“A legislação não pode retroagir, atingindo direitos já adquiridos”

Ministro Luiz Fux

pactos, mas não há como não conviver com a cláusula da imprevisão”, afirmou.

Na mensagem de boas-vindas ao ministro Luiz Fux, Marcio Coriolano destacou o desafio que a pandemia trouxe para a sociedade. “Diante dessa crise sem precedentes, foram impostos obstáculos à normalização da vida de todos os brasileiros, exigindo medidas públicas para compatibilizar interesses econômicos e os direitos sociais”, declarou.

FORMATO ONLINE FOI UM SUCESSO PONTUADO DE RECORDES

Ambiente virtual reuniu especialistas para fazer reflexões e propostas sobre o universo de seguros do Brasil

Pela primeira vez realizada de forma totalmente online, a Conseguro 2021 foi marcada por recordes. Os números superlativos – destacados no texto de abertura deste encarte especial – foram comemorados com entusiasmo pelo Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, no painel de encerramento da Conferência, no dia 1º de outubro.

Na avaliação dele, essa última edição provou que hoje a CNseg, mais do que uma confederação associativa, é o mais importante centro que reúne especialistas para fazer reflexões e propostas sobre o universo de seguros do Brasil.

“Sabemos ser críticos e independentes do *mainstream*, quando necessário, para aportar soluções construtivas, propositivas e viáveis”, destacou Coriolano, que dividiu os principais temas abordados durante os cinco dias de evento em cinco tópicos (Economia, Consumidor, Regulação, ASG e Infraestrutura, que nortearam essa edição) e fez um resumo dos debates,

● ● ●
“Sabemos ser críticos e independentes do mainstream, quando necessário, para aportar soluções construtivas, propositivas e viáveis.”

Marcio Coriolano, CNseg

.....
propostas e conclusões tiradas dos painéis realizados em cada área.

No mesmo painel de encerramento, o professor de economia e Decano do Cen-

tro de Ciências Sociais da PUC-RJ, Luiz Roberto Cunha, apresentou dados comparando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e da arrecadação do setor de seguros, também per capita, entre 2007 e 2020, destacando a capacidade de o mercado resistir aos momentos de crise.

Segundo ele, no período pesquisado, a variação da arrecadação do setor foi sempre superior à do PIB, com exceção de alguns momentos mais agudos, como em 2009, após a grave crise das *subprimes* no mercado norte-americano, e, em 2018, quando a economia brasileira passava por dificuldades.

“Os dados mostram bem a importância que o seguro tem na economia brasileira e sua resiliência. O setor não é uma ilha e, como tal, também é afetado, mas sempre mantém um desempenho acima do observado na economia em geral”, comentou Cunha, que apontou algumas razões para isso: incorporação constante de inovação pelas seguradoras, aumento da produtividade e incremento na oferta de produtos que atendam à busca por segurança e minimização do risco.



● ● ●
“Os dados mostram a importância do seguro e sua resiliência. O setor sempre mantém um desempenho acima do observado na economia em geral.”

Luiz Roberto Cunha, PUC-RJ

● ● ●
FEDERAÇÕES

Os Presidentes das Federações associadas também participaram do painel de encer-

ramento da Conseguo 2021 e destacaram questões pertinentes às suas áreas de atuação.

Representante da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima, destacou os dados sobre a atuação das operadoras de saúde no tratamento da Covid-19, de março de 2020 a junho deste ano. Segundo ele, foram 295 mil internações, a um custo de R\$ 12 bilhões. Já o valor gasto com as internações em UTI chegou a R\$ 9 bilhões.

“No total, as operadoras gastaram R\$ 22 bilhões com tratamentos da Covid-19, um valor que não estava previsto ou precificado pelas empresas”, declarou Amoroso Lima.

A importância de estimular o brasileiro a poupar foi destaque na fala de Marcelo Farinha, da FenaCap. “Foram muitos os desafios enfrentados, como pressão na renda, inflação e distanciamento social, mas nenhuma novidade para uma indústria secular como a de seguros”, comentou Farinha, lembrando a importância da formação de reservas para realização de sonhos e projetos.

O executivo acrescentou que, na crise, é que o mercado segurador se faz mais rele-

vante e presente. “Seguimos crescendo. Os títulos de capitalização são instrumento de formação de reserva, e as seguradoras têm investido em plataformas de acesso remoto, para atender a um cliente cada vez mais digital”, complementou.

Antonio Trindade, da FenSeg, elogiou os debates sobre temas regulatórios, ao longo da semana de painéis. “Quando falamos em flexibilização regulatória, penso em quantidade de circulares, consultas públicas e resoluções que debatemos ao longo da pandemia. E esse trabalho, no futuro, não vai parar. São medidas facilitadoras e que abrem possibilidades de criação de novos produtos”, destacou.

Trindade também chamou a atenção do debate em torno do seguro automotivo versus as associações de proteção veicular. “Temos que acelerar o trabalho no Congresso, para resolver o assunto, porque a atuação dessas empresas, que não são seguradoras, pode afetar a imagem do setor”, afirmou.

A eficácia das seguradoras, ao longo da pandemia, ao atender às novas demandas da sociedade, foi reforçada por Jorge Nasser, da FenaPrevi. “As seguradoras atenderam prontamente à demanda da sociedade e, em caráter de exceção, amenizaram mortes decorrentes da Covid-19”, afirmou o executivo, lembrando ainda que a pandemia é um risco não coberto.

Segundo ele, até julho, as indenizações decorrentes de mortes por Covid-19 chegaram a R\$ 4,6 bilhões, e as captações líquidas da previdência aberta chegaram a R\$ 21 bilhões, um salto de 16% sobre igual período do ano passado. Os ativos cresceram 7,2%, totalizando R\$ 1,06 trilhão. “São números que mostram a recuperação do segmento e o quanto somos resilientes”, completou.



Conseguro
2021